



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIA CLARA DA SILVA CAVALCANTE

**O (RE)FAZER DA CIDADE:
USOS E APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DE PAULISTA-PE**

Recife
2017

MARIA CLARA DA SILVA CAVALCANTE

O (RE)FAZER DA CIDADE:

USOS E APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DE PAULISTA-PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C376r Cavalcante, Maria Clara da Silva.
O (re)fazer da cidade : usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE /
Maria Clara da Silva Cavalcante. – 2017. 175 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.
Inclui Referências e apêndices.

1. História. 2. Espaços públicos. 3. Espaços urbanos. 4. Indústria têxtil. 5. Patrimônio cultural. I. Rezende, Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

MARIA CLARA DA SILVA CAVALCANTE

O (RE)FAZER DA CIDADE: Usos e Apropriações do Espaço Urbano de Paulista - PE

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **03/08/2017**

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.º Dr. Antônio Jorge de Siqueira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.ª Dr.ª Sylvia Costa Couceiro (Examinador Externo)
Fundação Joaquim Nabuco

Aos meus pais, Márcia e Valdir.
A minha avó, Alaíde.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e escrita acadêmica são comumente descritas como um trabalho solitário, e, em parte, elas o são, pois exigem concentração e entrega que enveredam pelas descobertas de si mesmo. No entanto, essa trajetória é muito mais ampla, e mesmo nos momentos de aparente solidão, estive acompanhada pelas contribuições de diversas pessoas, para as quais destino meus agradecimentos.

Meus Agradecimentos:

Primeiramente, ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende, incentivador do meu amor pela História desde o início da graduação, pela confiança que depositou em meu trabalho e pelo apoio, não apenas acadêmico, mas também afetivo.

Agradeço aos professores que compuseram a banca da qualificação e defesa, Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira e a Prof. Dr^a. Sylvia Costa Couceiro, pela correção cuidadosa e pelas sugestões que muito contribuíram para este trabalho.

Aos professores que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, em especial a Prof. Dr^a. Isabel Guillen, que possibilitou uma nova visão sobre minha pesquisa.

A Sandra e a Patrícia, pela cordialidade e competência com que coordenam a secretaria da Pós-Graduação em História, buscando ajudar e acolher os pós-graduandos.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes, da UFRJ, pela contribuição, que foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa e escrita da dissertação.

A Bernadete Serpa Lopes, Amaro Poeta e Ricardo Andrade pela disponibilidade e contribuição das entrevistas, conversas, trocas sobre Paulista.

A Maria Aparecida da Secretaria de Turismo pela cordialidade e ajuda na busca de fontes nesse setor da Prefeitura do Paulista.

Aos funcionários da Fundação Joaquim Nabuco, do Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, do Sindicato dos Industriais do Estado do Rio de Janeiro, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e da Biblioteca do Museu Nacional da UFRJ.

Agradeço aos meus pais, Márcia e Valdir Cavalcante, que incentivaram meu amor pela leitura e pelos estudos, lutando para que eu tivesse recursos materiais e emocionais desde criança para realizar meus sonhos e projetos.

À minha avó Alaide, pois suas histórias de vida, ouvidas com atenção por sua neta, foram inspiração para começar esse trabalho.

Agradeço à minha irmã, Maria Cecília Cavalcante, pelo carinho e amor, e principalmente pela imensa contribuição na revisão ortográfica desse trabalho.

Agradeço especialmente, ao meu namorado, Rafael Santana, companheiro das alegrias e angústias fora e dentro da vida acadêmica, estando presente desde a gestação do projeto até o alívio e a realização do ponto final, sempre com amor e paciência.

Gostaria de agradecer também aos meus sogros Lourenço Bezerra e Maria de Fátima Bezerra, pelo apoio e sugestões.

Aos meus queridos amigos de graduação Anderson Rodrigues, Estevam Machado, Flávia Braga, Rodrigo Lemos e Wayne Rodrigues e que agora me acompanham na vida. Aos novos amigos com que a Pós-graduação me presenteou, Marlíbia Raquel e Rômulo Barros. Aos demais amigos que compreenderam ausências e ouviram minhas histórias, angústias e também incertezas.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que permitiu o desenvolvimento da pesquisa e a escrita deste trabalho.

RESUMO

A área central do município de Paulista, localizado na Região Metropolitana do Recife, conviveu com o desmonte recente de um núcleo industrial têxtil (1990), e atualmente passa por reestruturações urbanas que transformam e recriam os usos dos rastros de seu período de vila operária. As indústrias têxteis compuseram parte das vivências no estado de Pernambuco, durante o século XX. Além dos caminhos políticos e econômicos, as relações em torno dos empreendimentos do ramo de fiação e tecelagem se inscrevem nas construções cotidianas, de laços sociais e espaços culturais. Dessa forma, a temática central dessa dissertação é a construção do espaço urbano de Paulista, tendo como objetivo analisar a relação da Companhia de Tecidos Paulista e de suas vilas operárias com as transformações do espaço urbano da cidade, considerando como parte integrante dessas mudanças as experiências dos trabalhadores-moradores, a sua relação com a empresa, e usos dos diversos lugares da cidade, enquanto espaço habitado. Para tanto foram utilizadas variadas fontes históricas, como periódicos, obras memorialistas e processos de tombamento. A análise dessa documentação permitiu uma série questionamentos e possibilidades narrativas dispostas nesta dissertação em quatro momentos: a formação da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista, mais evidente a partir do final da década de 1920; o cotidiano público das vilas operárias, incluindo a hierarquização na ocupação e usos da cidade, entre 1930 e 1950; espaços em disputa e a contestação da propriedade territorial da Companhia de Tecidos Paulista, durante os anos iniciais da abertura política pós-Estado Novo, entre 1945 e 1949; e finalmente, a relação dos rastros das vilas operárias com o cotidiano público e os usos do espaço urbano atualmente, abarcando a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Paulista. Espaço Urbano. Indústria Têxtil. Patrimônio.

ABSTRACT

The central area of the municipality of Paulista, located in the Recife's Metropolitan Region, has been living with the recent dismantling of a textile industrial nucleus (1990), and it is currently undergoing urban restructuring that transforms and recreates the uses of the traces of its workers' village period. The textile industries composed part of the experiences in the state of Pernambuco during the 20th century. In addition to the political and economic paths, the relationships around the spinning and weaving business are part of everyday constructions, social ties and cultural spaces. Thus, the central theme of this dissertation is the construction of Paulista's urban space, in order to analyze the relationship of Companhia de Tecidos Paulista and its workers' villages regarding the transformations of the urban space of the city, considering as an integral part of these changes, the experiences of workers-dwellers, their relationship with the company, and uses of the various places of the city, while inhabited space. For this purpose, a variety of historical sources were used, such as periodicals, memorialist papers and heritage's proceedings. The analysis of this documentation allowed a series of questionings and narrative possibilities arranged in this dissertation in four moments: the formation of the Companhia de Tecidos Paulista's working villages, more evident from the end of the 1920s; The public quotidian of the working-class villages, including the hierarchy in the occupation and uses of the city, between 1930 and 1950; Spaces in dispute and the contestation of the territorial property of Companhia de Tecidos Paulista, during the beginning years of the political opening post-Estado Novo, between 1945 and 1949; And finally, the relation between the working-class villages' traces, the public quotidian and the uses of the urban space at the present time, encompassing the work of the preservation organs of the cultural heritage.

Keywords: Paulista. Urban Space. Textile industry. Heritage.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Fotografia da família Lundgren.....	27
Fotografia 2 – Frederico lundgren.....	31
Fotografia 3 – Arthur Lundgren.....	31
Fotografia 4 – A sopa.....	35
Fotografia 5 – Fábrica Arthur (velha) em 1919.....	46
Fotografia 6 – Visão das duas fábricas de tecido da CTP em Paulista.....	47
Fotografia 7 – Fotografia registrando o momento de saída dos operários da Fábrica Arthur..	56
Fotografia 8 – Alto do Sumaré.....	61
Fotografia 9 – Rua próxima à Fábrica Arthur, no bairro do Nobre.....	61
Fotografia 10 – Carro usado como ambulância.....	67
Fotografia 11 – Farmácia Paulista.....	68
Fotografia 12 – Policlínica Anna Elizabeth.....	70
Fotografia 13 – Passeio na praia.....	79
Fotografia 14 – Parque instalado no jardim dos Lundgren.....	80
Fotografia 15 – Jogadores de futebol no “campo do paulista”.....	82
Fotografia 16 – JOC feminina diante da Igreja de Santa Isabel.....	84
Fotografia 17 – Fachada do Paulista Northway Shopping.....	124
Fotografia 18 – Visão de parte do Paulista Northway Shopping.....	125
Fotografia 19 – Aurora do Paulista.....	126
Fotografia 20 – Visão da Igreja Santa Isabel e da Faculdade Joaquim Nabuco.....	130
Fotografia 21 – Chaminés.....	133
Fotografia 22 – Casa Grande e Jardim do Coronel.....	134
Fotografia 23 – Busto do Coronel Frederico Lundgren.....	135
Fotografia 24 – Abraço do jardim do coronel.....	146
Fotografia 25 – Igreja de Santa Isabel vista do alto.....	153
Fotografia 26 – Abraço da Igreja Santa Isabel.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTP – Companhia de Tecidos Paulista;

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife;

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco;

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco;

IEPs – Imóveis Especiais de Preservação;

IPHAN – Instituição do Patrimônio Histórico e Artístico

JOC – Juventude Operária Católica;

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	PAULISTA E A INDÚSTRIA TÊXTIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE.....	22
2.1	Símbolos do “Progresso”: a Companhia de Tecidos Paulista e a sua vila operária.....	22
2.2	As Seduções de Paulista: os caminhos da migração.....	34
2.3	Formação das Vilas Operárias e a Cidade de Paulista.....	45
3	AO SOM DOS APITOS E TAMANCOS: COTIDIANO E TRABALHO NA VILA OPERÁRIA DE PAULISTA.....	55
3.1	Espacializações das relações de trabalho: a vila da Fábrica Velha e da Fábrica Aurora....	55
3.2	Assistência Social e os Lugares da Cidade.....	63
3.3	A vida fora das fábricas: o cotidiano público entre sociabilidade e lazer.....	73
4	MOVIMENTO PELA “LIBERTAÇÃO DA CIDADE”: ESPAÇO EM DISPUTA.....	88
4.1	“A Democracia é quase divina”: a abertura política pós-Estado Novo.....	88
4.2	Os Impasses da Propriedade Privada dos espaços de Paulista.....	97
4.3	Movimento pela “libertação da cidade” e a apropriação do espaço urbano de Paulista.....	108
5	CRIANDO CARTÕES POSTAIS: PATRIMÔNIO, LUGARES DE MEMÓRIA E USOS DA CIDADE.....	121
5.1	Entre os rastros da Companhia de Tecidos Paulista: a desindustrialização e o espaço urbano.....	121
5.2	A Política de Tombamento e o Patrimônio Cultural da “Cidade das Chaminés”.....	132
5.3	Movimento Pró-Museu: os lugares de memória em disputa.....	145
6	CONCLUSÃO.....	162
	REFERÊNCIAS.....	166
	APÊNDICE A - FONTES.....	174

1 INTRODUÇÃO

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas¹.

Ítalo Calvino traduz poeticamente a diversidade das cidades e das experiências desse ambiente fascinante. A cidade, contudo, não responde por si só às perguntas. As respostas serão tão múltiplas como as cidades encontradas, e dependem das questões a serem formuladas. “As mesmas cidades, nos mesmos momentos, têm esconderijos que só serão descobertos, quando as mesmas perguntas forem exaustivamente repetidas”, todavia, “nem elas, as cidades, nem eles, os esconderijos, permanecem estáticos”². Ao se tentar formar uma imagem, provavelmente não serão poucas as cidades a surgir, mesmo quando se busca dizer uma única. A pluralidade permeia seus espaços, pessoas e vivências.

Dialogando com Ítalo Calvino, Antônio Paulo de Moraes Rezende aponta a metáfora da cidade como moradia, percebendo nisso o estabelecimento de ordens e regras de convivência, utopias, identidades, linguagens e também possibilidades de transgressão. “Como moradia a cidade é o ninho da cultura. A sua descrição não se esgota no que é visível, nem na condenação das suas máscaras, mas exige um olhar penetrante e atento”³. Para observar a cidade, assim como qualquer outro objeto, deve-se estar atento aos diversos pontos que pululam sem compartimento certo, e que se misturam aos diversos olhares das fontes e arquivos e ao olhar do pesquisador. O visível permanece com mais fixidez, já o invisível teima em ser fugaz e esquecível. As experiências e as possibilidades da vida humana na cidade são permeadas pelos desejos, pelos sentimentos e esperança. As vivências parecem colorir o cotidiano e os espaços.

Envolvendo-se em uma pesquisa, o historiador, atualmente, encara a problemática do seu próprio lugar social e a relação que o discurso histórico tem com o tempo. Para Walter Benjamin, “A história [...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo tempo-agora”⁴. Dessa forma, o presente inscreve-se como âmbito importante no fazer historiográfico. E, ainda a partir de autores como Jeane Marie

¹ Calvino, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 44.

² REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **(Des)encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte**. São Paulo, 1992 – USP (TESE). p.26.

³ Idem, 2010, p.137.

⁴ BENJAMIN, 1935 apud GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. p.41.

Gagnebin, Reinhart Koselleck e François Hartog, é possível perceber que a própria relação entre presente, passado, e também futuro, é “profundamente histórica”⁵.

Em ocasião do trabalho final de uma disciplina da graduação em História, foi-nos proposta a escrita de um ensaio relacionando à trajetória familiar de cada aluno com as tramas históricas de Pernambuco no século XX. Ao longo das leituras e da pesquisa, percebi que os caminhos percorridos por meus familiares não são apenas relacionáveis com essa história, mas fazem parte dela. Como membro de uma família humilde, em que os mais velhos conheceram de perto as desventuras dos engenhos e usinas para os que seguravam a enxada, questioneei não o valor das experiências dos meus familiares, mas como havíamos chegado à nossa moradia atual, a cidade de Paulista, e o que nos trouxera de tantas vivências anteriores até àquele momento.

No Brasil, as primeiras décadas do século XX abarcaram um fluxo de industrialização significativo, fazendo surgir novas indústrias e também modernizando diversas formas de produção, inclusive agrícola⁶. A urbanização e crescimento das cidades seguiam por diversos estados, e este foi um período de grandes transformações espaciais em Pernambuco, principalmente nas áreas urbanas, modificadas e aumentadas gradualmente⁷. Embora a industrialização tenha sido elemento relevante nas configurações urbanas, as pessoas que tomam a cidade como sua moradia também a constroem e transformam. A urbanização, dessa forma, teve grande contribuição do fluxo crescente de migração interna.

A urbanização, por um lado, não está restrita às cidades, mas refere-se, também, ao papel que as mesmas desempenham em determinada sociedade. A “urbanização do planeta significa que, mesmo não estando dentro de uma cidade, somos atingidos por seus projéteis”⁸. Diversas poderiam ser as motivações para que parte da população saísse do interior em direção às capitais ou cidades menores. Entretanto, nem sempre compelidas a fugir de uma situação difícil, muitas vezes as pessoas eram seduzidas pelas possibilidades de melhorias que ecoavam em torno das descrições sobre essas cidades.

Meus avós maternos vieram do interior da Paraíba e Pernambuco em direção ao Recife. Minha avó, ainda na infância, trabalhou para famílias abastadas de bairros como Espinheiro, Graças e Aflitos. De família numerosa e sem a presença do pai, falecido precocemente, Alaíde e as irmãs foram espalhando-se para sobreviver. Sem muitas

⁵ GAGNEBIN, op. cit. p.3.

⁶ Cf. SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1977.

⁷ Sobre as configurações urbanas de Recife. Cf. PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950** – Recife, Ed. Da UFPE. Recife 2001.

⁸ Ibidem, p.73.

possibilidades dentre as expectativas para o futuro, não “pegar na enxada” parecia a melhor opção. Só na década de 1970, meus parentes maternos chegam a Paulista para viver em uma das vilas recém-construídas da COHAB, Jardim Paulista. Frequentaram, então, o centro da cidade, ainda uma vila operária em funcionamento. Muito antes da minha família, outras pessoas já haviam depositado suas esperanças e expectativas trilhando seus caminhos em Paulista, em grande parte dedicando-se ao trabalho industrial.

Hoje compondo a chamada Região Metropolitana do Recife, Paulista era um distrito de Olinda, cuja área destinava-se à produção de açúcar durante a maior parte do século XIX. Segundo Amaro Poeta, artista local, das muitas divisões de Capitânicas Hereditárias, as terras das freguesias de Maranguape e Paratibe, nomes de atuais bairros da cidade, foram passadas, no século XVII, para o mestre de campo Manoel Alves Moraes de Navarro, que, devido à sua origem, era chamado de paulista. A área correspondente à sua propriedade teria então ficado comumente conhecida como Engenho do Paulista⁹. Antes da República, Paulista, dentro da jurisdição de Olinda, era uma vila. Com a República proclamada, contudo, quase em nada se modificou sua situação política, pois continuava sob a jurisdição olindense.

Em 1892, foi fundada, por José Adolpho Rodrigues Lima, a Fábrica Paulista, modificando-se a paisagem com a presença das chaminés, e provavelmente já atraindo a população à região central do distrito. Devido a problemas financeiros, essa indústria de fiação e tecelagem passa, a partir de 1904, a ser controlada por Herman Lundgren e sua família. Os Lundgren eram de origem sueca, e já exerciam atividades comerciais de importação, exportação e fabris, no ramo da pólvora, em Pernambuco¹⁰. Durante o século XX, a Companhia de Tecidos Paulista possui duas plantas fabris de fiação e tecelagem, estamparia e trabalhos conexos, contando, inclusive, com ligação direta da fábrica com a rede varejista “Lojas Paulista” e, depois, “Casas Pernambucanas”¹¹.

Peculiaridades teriam chamado a atenção de escritores e ensaístas como José Lins do Rego, que escreve *Moleque Ricardo*, em 1973. E ainda dentre as pessoas que deixaram registros sobre Paulista, estão Agamenon Magalhães, Gregório Bezerra e industriais têxteis concorrentes localmente e no Rio e São Paulo¹². “Considerada como uma das principais

⁹ POETA, Amaro. **Paulista terra e gente**. Olinda, PE: Babeco, 2012. p.24. Atualmente, muitas pessoas referem-se à cidade como município ou cidade do Paulista.

¹⁰ S/A Pernambuco Powder Factory. Cf. GOES, Raul. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. p. 104.

¹¹ Cf. SINGER, op. cit.; LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés**. Ano de obtenção: 1986.

¹² Cf. LEITE LOPES, op. cit.

fábricas têxteis brasileiras nos anos 30, 40 e 50, e a maior delas no imediato pós-guerra”¹³, a Companhia de tecidos Paulista abrigou um número considerável de operários e trabalhadores empregados em atividades extra fabris. Em 1939, a empresa admite empregar 8.400 operários, além dos que se dedicavam a outros tipos de serviços auxiliares ao funcionamento das fábricas e vilas operárias¹⁴.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por debates sobre a relação entre urbanização, disciplina e higiene. As vilas operárias, em contraste com mocambos e cortiços, foram consideradas o padrão modelar de moradia para os trabalhadores urbanos, pois eram “ideais para o florescimento da classe trabalhadora saudável, honesta, operosa e disciplinada”¹⁵, ainda constituindo-se como mais uma forma rentável e lucrativa de investimento para os industriais ou proprietários de imóveis. No Brasil, desde as últimas décadas do século XIX, as vilas operárias multiplicaram-se e, ao longo dos anos, expandiram-se, formando bairros ou cidades inteiras.

Por volta dos anos 1950, as vilas construídas em torno da fábrica Velha, posteriormente chamada de Arthur, e da fábrica Aurora, teriam aproximadamente 6.000 casas em Paulista. A empresa detinha, então, o controle territorial quase completo, principalmente no que se refere à parte central da cidade. A própria mudança para o status de município entremeia-se com os interesses da Companhia e ganha força em sua influência político-econômica. Segundo José Sérgio Leite Lopes, a relação entre a Companhia de Tecidos Paulista e esta cidade “distingue-se assim por esta superposição entre uma unidade econômica de atividades fabris e agrícolas centralizadas e uma unidade político-administrativa que vem assim notabilizar a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos”¹⁶.

Dessa forma, o presente trabalho tem por tema a construção do espaço urbano de Paulista, objetivando a análise da relação da Companhia de Tecidos Paulista e de suas vilas operárias com as transformações do espaço urbano da cidade, considerando-se como parte integrante dessas mudanças as experiências dos trabalhadores-moradores, a sua relação com a empresa, e usos e as apropriações dos diversos lugares da cidade enquanto espaço habitado¹⁷. Esta temática parte da minha aproximação sociocultural com as vivências atuais do Município

¹³ CETEX, 1946, p.53 apud LEITE LOPES, op. cit. p.16.

¹⁴ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p. 2.

¹⁵ CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e Trabalho: o desmonte da cidade empresarial**. ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 2013, Recife. Anais... Recife: [s. n.], 2013. p. 715-727.p.715

¹⁶ LEITE LOPES, op. cit. p.16.

¹⁷ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

do Paulista, o qual há três décadas presenciou o fechamento total das atividades da Companhia de Tecidos Paulista, passando por diversas modificações dos hábitos cotidianos, como o trabalho, moradia, uso do espaço público e, concomitantemente, a expansão da cidade, principalmente no que se refere à sua área central, onde se localizava a vila operária. A própria identificação de Paulista como “Cidade das Chaminés” notabiliza a importância relegada à vivência com as fábricas na paisagem paulistana.

O espaço urbano aparece como um objeto de relevância no cenário atual de constante urbanização de toda a sociedade. As cidades têm sido campo de investigação de várias áreas do conhecimento. A fim de abordar um objeto tão múltiplo como uma cidade, buscaram-se diversas contribuições dentro da própria historiografia, bem como de outras áreas do conhecimento, como Geografia, Sociologia e Arquitetura e Urbanismo, colocando a interdisciplinaridade como indispensável ao estudo do espaço urbano. Na historiografia, o desenvolvimento econômico das cidades, as relações sociais e, mais recentemente, a modernidade fazem parte das temáticas que abrangem uma gama imensa de objetos estudados a partir de fontes cada vez mais variadas ¹⁸.

Dentre as contribuições historiográficas, podemos destacar pesquisas com interesse pelo urbanismo, tendo como objetos as práticas de embelezamento, higiene, políticas públicas e planejamento das cidades. A partir desses elementos, são analisados os impactos e objetivos dessas mudanças modernizadoras e, muitas vezes, disciplinadoras que ocorreram a partir do século XIX no Brasil. A obra organizada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Robert M. Pechman, *Cidade Povo e Nação*, procura pensar a transferência de modelos urbanísticos e a sua aplicação no Brasil. Nicolau Sevcenko, com a obra “Orfeu extático na metrópole”, aborda as transformações nas práticas cotidianas e no imaginário de cidade, a partir da introdução do automóvel, do avião, do rádio e do planejamento urbano na São Paulo dos anos 1920. As produções desse tipo seguem principalmente uma abordagem sobre as questões técnicas introduzidas e pensadas para o espaço urbano, servindo como base para analisar as práticas e pensamentos modernizadores do início do século XX.

A questão social aparece com maior destaque em obras que colocam os trabalhadores urbanos e seus ambientes em evidência, como é o caso de Margareth Rago em “Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar”, em que procura abordar projetos de higienização e controle social do espaço urbano na Primeira República, com enfoque na questão das vilas operárias. Dessa maneira, Rago aborda o contexto de industrialização analisando o ambiente

¹⁸ A produção historiográfica das décadas de 1990 e 2000 seguiu as linhas internacionais, focando os aspectos técnicos, sociais e/ou culturais.

de uma vila operária, a partir da construção da disciplina imposta aos operários, os quais desenvolvem suas próprias maneiras de burlar essa disciplina presente em diversos âmbitos do dia a dia.

Sandra Pesavento, em “Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no século XIX”, aborda a questão social a partir dos agentes históricos das classes baixas, e mais especificamente os excluídos. Dessa forma, as autoras, de maneiras diferentes, tratam a idealização burguesa para a cidade do ponto de vista social dos menos privilegiados, considerando a própria participação desses atores como relevante para a elaboração desses projetos. Pesavento, em vários momentos de sua trajetória, segue diferentes tendências dentro do estudo urbano. A questão da modernidade, da identidade e mesmo da perda da identidade em meio à multidão, que esteve sendo trabalhada por diversos autores, influenciados, inclusive por Walter Benjamin, aparece em “Os sete pecados da capital”.

A autora utiliza em alguns de seus trabalhos uma abordagem cultural do espaço urbano. Em “Memória Porto Alegre: espaços e vivências”, o lazer aparece entre essas vivências abordadas no cenário sociocultural da cidade de Porto Alegre. Abarcando a multidisciplinariedade necessária para estudar as cidades, Sandra Pesavento valoriza práticas cotidianas relacionadas à noção de espaço, embasada em geógrafos culturais como Kevin Lynch e Richard Sennett, além de utilizar a concepção de espaço-tempo, discutida por Paul Ricoeur.

Partindo do entendimento antropológico da cultura como um conjunto de sentidos partilhados, o historiador buscaria resgatar a alteridade do passado de uma cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplos sentidos¹⁹.

A multiplicidade é noção largamente utilizada, principalmente ao tratarmos do tempo das cidades. O espaço se reinventa nos seus usos cotidianos, nas intervenções sobre o espaço urbano, representações, “pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço, [...] a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro”²⁰. Buscando uma forma de analisar a relação com o tempo, perpassando outros momentos históricos, Reinhart Koselleck utiliza dois conceitos específicos: “campo de experiência” e “horizonte de expectativa”. Experiência e expectativa são categorias que, segundo o autor, entrelaçariam

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano**. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V.II, nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005. p.10.

²⁰ Ibidem, p. 14.

passado e futuro²¹, não em seus sentidos comuns, mas acompanhadas de termos que aprofundariam sua utilização. A relação entre essas duas categorias é utilizada por François Hartog, no sentido de ““como em cada presente, as dimensões temporais do passado e futuro tinham sido postas em relação””²².

Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar a construção do espaço urbano de Paulista, a partir da investigação de diferentes espaços-tempos em relação às experiências com a presença ou ausência da Companhia de Tecidos Paulista no cotidiano público da cidade. A noção de cotidiano público aparece como ênfase às experiências vividas, “que constroem sociabilidades de rua, enquanto espaço de uma vida pública”²³, vivências essas que atribuem significados aos espaços, criando lugares. O conceito de lugar, por sua vez, diz respeito às abordagens historiográficas mais recentes, as quais se fazem valer das práticas cotidianas como objetos de estudo, pois o lugar é criado enquanto uso do espaço.

Isto é, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – daí a importância do corpo e dos sentidos que comandam as ações, que envolvem e definem o ato de morar que tem a casa como centro, mas que a partir dela vai ganhando os significados dados pela articulação desta com o bairro, com a praça, com a rua através do movimento da vida²⁴.

O espaço-tempo²⁵ do lugar é aquele definido pela utilização do espaço na vida cotidiana, ou seja, os espaços da vivência, da experiência e significação para determinados indivíduos, que se modificam conforme as relações cotidianas de uso se dão. Esse conceito é discutido tanto por Milton Santos quanto por Ana Fani Carlos em comparativo com o espaço, dando-se a ideia de que este é um fator social mais geral, de onde participam formações econômicas, sociais e culturais. O lugar, longe de estar distante do conceito espacial, é uma fração do movimento que é o espaço, porém dotado de significação simbólica, abrindo a possibilidade para o pertencimento.

A produção acadêmica sobre Paulista e a vila operária é escassa, podendo-se encontrar algumas produções monográficas de diversas disciplinas em Universidades e Faculdades de Pernambuco, como “A vila operária da Companhia de Tecidos Paulista, e sua importância no espaço urbano da cidade de Paulista”, de Patrícia Boness, da área de Arquitetura e Urbanismo

²¹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.308.

²² KOSELLECK, 1990 apud HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 22, no 36: p.261-273, Jul/Dez 2006/2006, p.263.

²³ LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007. p.19

²⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.p. 44

²⁵ Termo utilizado por CARLOS (2007) e PESAVENTO (2005) para nomear a relação entre espaço e tempo.

da UFPE. “Saúde e Salvação: o sagrado das rezadeiras em Paulista”, dissertação em Ciências da Religião, escrita por Sandro Roberto de Santana Gomes, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Livros de cronistas e poetas com intenção de relembrar o passado também podem ser encontrados. Em 1964, Raul Góes lança um livro intitulado “Um sueco emigra para o Nordeste”, publicado no Rio de Janeiro pela Editora da livraria José Olympio.

A obra de Góes tem caráter biográfico, abordando a vida de Herman Lundgren e seus descendentes. Contudo, perpassa acontecimentos da modernização em Pernambuco, e da construção das fábricas e vila operária em Paulista. A partir das decisões e trajetórias dos membros da família Lundgren, o livro de Góes indica muitos elementos da organização do município e da Companhia de Tecidos Paulista. Entretanto, “Um sueco emigra para o Nordeste” não é uma obra escrita por um especialista em História ou outra área acadêmica. Seu autor teve contato direto com o município e com a fábrica, produzindo, assim, uma obra memorialista. Trata-se de uma narrativa cronológica, não sistemática, com tom laudatório sobre personagens e acontecimentos. Constitui-se, então, como fonte relevante para analisar a construção de uma imagem de Paulista. Os empreendimentos industriais são vistos como o progresso esperado para Paulista, e os membros da família Lundgren, descritos como grandes visionários e benfeitores.

O cronista Santos Filho, operário da Companhia de Tecidos Paulista, no livro “Paulista entre algumas lembranças”, apresenta momentos e lugares da Paulista que recordou e de que ouviu falar. Em breve narrativa, com tom nostálgico, se constituiu em uma fonte relevante para investigar o cotidiano e as práticas culturais dos trabalhadores no período anterior ao lançamento do livro. Poemas e narrativas mais recentes são apresentadas em livros dos atuais membros da Academia de Letras e Artes do Paulista (ALAP), Bernadete Serpa, Amaro Poeta e Laurita Alcântara, que ainda convivem com a cidade e a rememoram constantemente.

A produção acadêmica mais conhecida sobre o município e o período de funcionamento da vila operária pertence à área de Antropologia. A obra de Sérgio Leite Lopes, “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”, classifica a vila operária e as fábricas como o “Sistema Paulista”, delineando as características de um sistema de dominação a partir de um caso específico. A obra tem como objetivo principal discutir as características da vila operária de Paulista e de seu operariado, de forma a definir maneiras de dominação e interiorização da dominação com elementos específicos, em que o padrão controlaria não só o trabalho, mas a moradia e as atividades no tempo livre dos operários. Entretanto, a obra também contém um esforço historiográfico, que faz do livro uma base para se começar uma pesquisa sobre o município de Paulista do século XX.

O autor descreve as partes da vila, sua organização, e as relações dos operários com um sistema de dominação. Com significativa contribuição no sentido de levantamento de fontes oficiais e orais, a obra trabalha principalmente as questões teóricas sobre dominação, a partir do exemplo de Paulista, privilegiando as relações entre trabalhador e patrão, e as formas de resistência dentro do ambiente de trabalho ou relacionadas ao trabalho. O recorte temporal perpassa os períodos iniciais da vila e abrange análises da situação observada contemporaneamente pelo autor, na década de 1970, dando-se destaque aos movimentos grevistas posteriores à década de 1950.

Inserindo-se no mesmo seguimento e área, Maria Rosilene Alvim também utiliza Paulista como um caso de estudo antropológico, tendo como tema a formação e as mudanças da família operária de Paulista entre 1930 e a década de 1970, quando a pesquisa foi feita. O primeiro trabalho de Alvim sobre Paulista, do campo da Antropologia, que estuda a formação familiar, foi sua tese defendida pela UFRJ em 1985: “Constituição da Família e Trabalho Industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária”. O próprio título já demonstra a proposta do trabalho de construir um modelo interpretativo da constituição da família operária, baseando-se em um estudo de caso. A autora questiona as mudanças nas famílias anteriormente camponesas e posteriormente dedicadas ao trabalho industrial. O segundo, “A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e a Fábrica dos Lundgren” tem a mesma temática, contudo, focando nas famílias de origem camponesa aliciadas para o trabalho operário na vila de Paulista.

Dessa forma, buscaram-se fontes variadas que pudessem apresentar os caminhos das construções espaciais, incluindo os significados atribuídos aos lugares do período da vila operária, tanto no que se refere aos industriais quanto aos trabalhadores. Alguns periódicos locais das primeiras décadas do século XX dão espaço às temáticas do trabalho, festas religiosas, esportes. Os textos escritos pela empresa delineiam um ambiente dentro dos padrões exigidos na época, exibindo um amplo aparato de assistência social e benefícios aos operários e empregados em outros tipos de serviços, enquanto alguns depoimentos de trabalhadores, na década de 1970, cedidos pelo Professor José Sérgio Leite Lopes, apontam outra perspectiva, outros usos e conflitos. Os periódicos Folha do Povo e Folha da Manhã apresentam, então, impasses cotidianos da propriedade privada por uma única empresa de quase todo o território do município.

O fechamento das fábricas e o desmonte do núcleo industrial que abrangia o cotidiano público da parte central do município, além de estender suas teias entre vários outros espaços, possibilita outro relacionamento com a cidade, convivendo agora com ausências que, ao

mesmo tempo, continuavam sendo reinventadas através dos rastros da Companhia de Tecidos Paulista, que vão muito além dos antigos prédios das fábricas, e ainda inscrevem-se na vida de boa parte de sua população, nas experiências compartilhadas e na própria paisagem da cidade. O presente trabalho, então, foi dividido em quatro partes. O primeiro capítulo aborda as tramas e as narrativas em torno da formação das vilas operárias, enquanto ambiente destinado aos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista sob a administração da família Lundgren. Entretendo, assim, os caminhos da industrialização em Pernambuco com a movimentação de parte da população em direção às cidades e especificamente a Paulista.

O segundo capítulo aborda os usos cotidianos dos espaços da cidade de Paulista durante o auge das vilas operárias, entre 1930 e 1950. Mais especificamente, expõe as desigualdades e hierarquias na ocupação e uso dos espaços, dentro e fora do ambiente de trabalho, interseccionando esse cenário com as diversas facetas das relações de poder entre a Companhia de Tecidos Paulista e seus trabalhadores-moradores das vilas operárias, incluindo as atribuições simbólicas e afetivas aos lugares da cidade. O terceiro capítulo busca apresentar os discursos em torno dos impasses do domínio dos Lundgren sobre o território municipal. As críticas e disputas pela “libertação da cidade” circundam as tramas políticas do período de abertura política de 1945. Os últimos cinco anos da década de 1940 aparecem, dessa forma, como um momento de emergência pública de impasses e representações da vida na Paulista da Companhia.

O quarto e último capítulo analisa a relação atual do município com os rastros da Companhia de Tecidos Paulista, entrelaçando-se a noção de lugar de memória, de Pierre Nora, aos percalços da política de patrimônio, principalmente no que diz respeito à noção de patrimônio industrial, e também, à atuação de moradores da cidade na construção de narrativas sobre o passado das vilas operárias e na busca da preservação de lugares considerados significativos para a representação da cidade de Paulista. O município de Paulista apresenta diversas sobreposições, então, de espaços-tempos diferentes, que permeiam a relação de seus moradores com os seus lugares, que vão se transformando e, muitas vezes, ganhando novos usos e significados.

2 PAULISTA E A INDÚSTRIA TÊXTIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE.

2.1 Símbolos do “Progresso”: a Companhia de Tecidos Paulista e a sua vila operária.

Uma das estratégias para o desenvolvimento do setor industrial no Brasil clamava pelo apoio do Estado e, já “nos primeiros anos da República – 1890-1892 – foi forjado, com esforço, o vínculo entre desenvolvimento industrial e intervenção governamental”²⁶. Apesar das diversas controvérsias e oposições, o apoio do Estado era reivindicado pelos empreendedores desse ramo, os quais cresciam em número, influência econômica e política frente aos homens dedicados exclusivamente ao setor agroexportador, encarado como o grande sustentáculo da economia do país. A discussão em torno da intervenção estatal e autonomia econômica, no período, é um emaranhado de interesses.

Da parte dos que reivindicavam essa intervenção em favor do setor industrial, a argumentação, segundo Stein, girava em torno da crítica à dependência econômica na exportação de matéria-prima. Forjava-se, ainda, a imagem da indústria como um agente de novos e prósperos tempos. Dois grandes argumentos eram pautados nessa figura: os industriais “tendiam a identificar a indústria com o progresso da nação”, assim, “auxiliar a indústria representava, por extensão, um ato de patriotismo”²⁷. Em grande parte das sociedades ocidentais, a partir do século XVIII, o desenvolvimento técnico-industrial se entrelaça com a concepção de progresso. Segundo Koselleck, esse conceito era nutrido por novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida cotidiana e não existiam anteriormente. Observa-se, então, uma forte interação dessa concepção com as formas de se relacionar com o passado e o futuro durante parte do século XX.

Essa nova maneira de conceber o tempo, ou de ser no tempo, contrastava com o fim cristão da história, de desfecho predeterminado. A abertura ao futuro parecia não ter fim previsível, contudo, podia-se fazer um prognóstico partindo das experiências com a técnica: um aperfeiçoamento constante a partir das ações e realizações em terra. “O futuro não é mais o fim do mundo. Agora, a espera é outra: a realização da história, do progresso, como obra dos homens, que se tornam competidores de Deus na criação do mundo”²⁸. Não se pode

²⁶ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.91.

²⁷ Ibidem, p.92.

²⁸ KOSELLECK, 1979; HABERMAS, 1981 e 1985 apud REIS, JOSÉ CARLOS. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.30.

homogeneizar a abrangência dessa concepção ou precisar sua emergência. Entretanto, os defensores do setor industrial utilizavam-se desses significados para aclamar a indústria e seu papel no futuro da nação.

Independente da relação entre Estado e desenvolvimento industrial estar consolidada ou não, as medidas governamentais, que ficaram conhecidas como Encilhamento²⁹, contribuíram para o *boom* deste setor no início dos anos 1890. A euforia da especulação, a liberação de grande quantidade de crédito e as relações com o Estado favoreceram, de forma abrangente, a indústria têxtil algodoeira. A ampliação da sua atuação viria acompanhada, também, do surgimento de muitas fábricas novas, em diversas regiões do Brasil. Algumas dessas empresas, fundadas entre os anos de 1890 e 1892, seriam consideradas, posteriormente, grandes fábricas têxteis do país. Em Pernambuco, a indústria têxtil algodoeira esteve presente, em quase todo o século XX, como atividade de destaque no setor industrial.

Além da capacidade abrangente de empregar mão-de-obra, o setor têxtil contribuiu para o incremento da agricultura, como no caso da cultura de algodão, e serviu de alicerce do estado em períodos de pouca rentabilidade do açúcar³⁰. Para Paul Singer, os caminhos da industrialização pernambucana já se construíam a partir da modernização da produção do açúcar e derivados, desde meados do século XVIII ao XIX, algo que favorece o desenvolvimento de outras indústrias.

O surgimento da indústria no Setor de Mercado Interno e a revolução industrial no Setor de Mercado Externo não podiam deixar de estar inter-relacionados. Na realidade, as transformações na produção açucareira, com a substituição do engenho pela usina, também criaram condições favoráveis para a indústria no mercado interno³¹.

Singer também destaca a relação entre industrialização e urbanização das cidades de Pernambuco. Fábricas como as de Paulista, mencionadas pelo autor, são instaladas em locais ainda sem atribuição do *status* de cidade³², em seu sentido prático ou administrativo, e, muitas vezes, passam a ser elemento que impulsiona sua urbanização e seu desenvolvimento urbano. Imbricando-se à situação favorável ao investimento na produção para o mercado interno, o povo pernambucano presenciaria, nesse período, novas chaminés começarem a baforar sua

²⁹ STEIN, op. cit. p.95

³⁰ BONESS, Patrícia Karina Pereira. **A Vila Operária da Companhia de Tecidos Paulista e sua importância no espaço urbano da cidade de Paulista**. Recife, 2000. TCC (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco. p.11.

³¹ SINGER, op. cit. p.307.

³² Ibidem, p.7. O autor separa a cidade, enquanto “urbe”, da atividade de produção de alimentos. Provavelmente, refere-se à relação entre indústria e cidade, mesmo que ainda em inícios de urbanização, pelo seu tipo de produção, no entanto, não atribui à cidade o monopólio da atividade industrial.

fumaça, muitas destas no ramo têxtil. E, provavelmente seguindo o aparecimento de diversos empreendimentos industriais nas primeiras décadas da República, foi fundada por José Adolpho Rodrigues Lima, ainda no século XIX, em 1892, a Fábrica Paulista. O jornal “A Província”, ao comunicar sobre esse novo empreendimento a caminho, anuncia com empolgação o surgimento de fábricas em Pernambuco: “o desenvolvimento industrial vai tomando proporções animadoras em nossa praça e não cansamos de aplaudi-lo e encorajá-lo”³³.

No final do século XIX, enquanto a Companhia de Tecidos Paulista organizava-se e começava a funcionar, em Olinda, Recife e outras cidades pernambucanas tornavam-se o lar de outras fábricas têxteis. Com exceção da Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco (Fábrica da Torre), em Recife, fundada em 1875 ³⁴, outras grandes fábricas têxteis foram fundadas em Pernambuco nos primeiros anos da República, como as fábricas de Camaragibe, Goiana e Paulista. Assim como a da Torre, as Companhias vão abrigando, ao seu redor, vilas operárias. Bairros e cidades inteiras se tornariam outras em convívio com as fábricas, novas relações entre os moradores seriam tecidas, e destes com os lugares. A Paulista dos anos 1890 provavelmente pareceria um tanto distante para seus habitantes das primeiras décadas do século XX.

A relação entre urbanização e industrialização, ou entre indústria e cidades, não passou incólume nos estudos de diversas áreas acadêmicas. Percorrem, contudo, caminhos variados na construção das concepções de abordagem desse ambiente social, seu desenvolvimento ou transformações. Fustel de Coulanges e Max Weber são dois nomes importantes quando se pretende empreender uma aventura por entre as facetas do espaço urbano. Coulanges buscava a história da cidade através da própria história das sociedades humanas. Já Weber utilizava um método comparativo, assim, relacionava política e economia na análise das cidades. A abordagem de Max Weber, contudo, não pretendia atribuir importância ao tempo histórico, enquanto a de Coulanges seguia uma temporalidade bastante linear e, de certa maneira, causal³⁵.

Essa noção do tempo histórico deu suporte ao levantamento de diversas causas econômicas e sociais designadas para o fenômeno urbano e para a formação de cidades, colocando como causa da urbanização ou sintoma do fluxo contínuo do tempo a industrialização. Porém, muitas das dificuldades na compreensão do que vem a ser cidade

³³ **A Província**. Recife, 28 de maio de 1891, p.2.

³⁴ SINGER, op. cit. p.305.

³⁵ RAMINELLI, Ronald. **História Urbana** in CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p. 187.

decorrem, também, do fato dela ser enfocada de uma perspectiva a-histórica³⁶. Tanto cidade quanto urbano são conceitos, e estes são “vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”³⁷. Dessa forma, aponta-se “a impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado”³⁸.

Não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, naturalizada), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo³⁹.

Se a indústria, dentro de uma perspectiva mais linear e tradicional da história, é considerada uma das causas e até mesmo efeito da urbanização, com uma relação quase intrínseca entre uma e outra, sacrifica-se, dessa maneira, a multiplicidade de formas das cidades e de suas áreas urbanas, assim como as singularidades das relações entre fábricas e os locais onde se instalam, além das interações entre as diversas pessoas, e entre estas e as cidades. Dentro dessa perspectiva causal, as fábricas e seus proprietários podem emergir como os grandes idealizadores e construtores da área onde as recordações e histórias são criadas. As representações desses industriais e os símbolos entrelaçados a eles devem ser pensados e analisados como relevantes para a compreensão das imagens desse passado e suas ressignificações no presente.

Das diversas indústrias instaladas no Brasil, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, muitas organizaram sua estrutura de produção fora das capitais, ou em áreas descentralizadas destas⁴⁰. Nesses casos, muitas fábricas recorriam à construção de vilas operárias. Segundo Eva Blay⁴¹, referindo-se principalmente à industrialização de São Paulo, “nos anos 1870-1890, as tentativas de expandir este setor da economia têm de procurar uma solução para a fixação da mão-de-obra, sobretudo daquela mais especializada”. Posteriormente, essa ação, direcionada em maior parte aos trabalhadores especializados, teria sido ampliada. As indústrias instaladas nas regiões mais distantes precisavam de toda uma infraestrutura que possibilitasse a produção e a comercialização dos produtos.

A instalação das empresas industriais no Interior obriga o empresário a construir os estabelecimentos fabris e a implantar uma certa infra-estrutura

³⁶ PEREIRA, 2001 apud LENCIONI, Sandra. **Observações para o conceito de cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008. p. 116.

³⁷ KOSELLECK, op. cit. p. 109.

³⁸ CARLOS, op. cit. p.11.

³⁹ Ibidem, p.19.

⁴⁰ Cf. BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**. Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

⁴¹ Ibidem, p.30.

para o funcionamento das fábricas. A ausência de condições gerais para a produção, na passagem do século, foi um entrave à industrialização superado pelo capital privado⁴².

O vilarejo de Paulista, em Olinda, onde a Companhia de Tecidos Paulista foi instalada, na última década do século XIX, encontrava-se fora da capital, e em uma área mais descentralizada em relação ao centro comercial e das vias de transporte. Segundo o Anuário de Olinda, de 1956, a fábrica foi fundada no antigo Engenho do Paulista, que anteriormente também era conhecido como Paratibe de Baixo⁴³. A Companhia teria começado as atividades com não mais que cem teares dedicados à produção de algodão cru⁴⁴, passando por momentos de dificuldades financeiras pouco tempo depois. O controle acionário acaba sendo passado a Herman Theodor Lundgren, em 1904⁴⁵, como resultado de compras graduais de ações⁴⁶.

O sueco, que chega ao Brasil em 1855⁴⁷, é descrito, em documentos oficiais da Companhia e discursos de outrem, como o idealizador e propulsor da empresa, nos moldes em que se apresenta no início do século XX, e da estrutura construída ao redor das fábricas, símbolos do “progresso” daquela época, em Paulista. Em texto de 1939⁴⁸, é possível encontrar um histórico da Companhia e seu núcleo fabril. Segundo a “Exposição sobre a Fábrica Paulista”, a fábrica, que teria passado por maus momentos ainda no século XIX, encontra outros rumos nas mãos do industrial Herman.

O Sr. Herman Lundgren, [...] fez uma investigação, afim de descobrir um meio de elevar o ambiente industrial de Paulista, concluindo que o deficiente estado produtivo da empresa provinha, principalmente do péssimo estado sanitário local. Parque industrial localizado em baixios e pântanos insalubres era quase diminuta a produção dos operários, os quais, atacados de malária, eram indivíduos muito doentes, nada podendo produzir⁴⁹.

Seguindo um pensamento semelhante ao do documento acima, Raul Góes, em “Um Sueco Emigra para o Nordeste”⁵⁰, constrói uma imagem de um homem com genialidade

⁴² BLAY, op. cit, p.38.

⁴³ Anuário de Olinda. Companhia de Tecidos Paulista. Olinda, Dezembro de 1956. p.60.

⁴⁴ Ibidem, p.60.

⁴⁵ Herman chegara primeiro no Rio de Janeiro, indo para Salvador e algum tempo depois para Recife. Em 1861, dava-se início a sua trajetória como industrial, fundando uma fábrica de pólvora na aldeia denominada Pontezinha, no Município do Cabo, a S/A Pernambuco Powder Factory, seguida de outros empreendimentos. GÓES, op. cit. pp.20-21.

⁴⁶ Cf. Anuário de Olinda. Companhia de Tecidos Paulista. Olinda, Dezembro de 1956. p.60.

⁴⁷ GÓES, op. cit. p.19)

⁴⁸ Trata-se, aparentemente, de um texto expondo de forma laudatória os feitos da administração dos Lundgren, contendo um histórico da fábrica e da Companhia de Tecidos Paulista, além de detalhamentos da estrutura técnica e social da empresa e suas vilas operárias em Paulista.

⁴⁹ **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.1.

⁵⁰ O autor indica como fonte dos dados mencionados em seu livro o depoimento do diretor das fábricas de Paulista durante os anos iniciais da administração Lundgren, José Cândido de Miranda.

empreendedora, algo que teria sido herdado por seus filhos. Góes atribui a Herman as iniciativas e ações de formação de toda a cidade. Para o autor, Herman foi um “herói do trabalho que não se deteve diante de nenhum obstáculo”, sendo necessário estudar como “o seu idealismo empreendedor, do nada construiu um mundo”⁵¹. Assim, com o sueco atraindo trabalhadores dos sertões e regiões litorâneas para trabalhar “na fábrica reorganizada e modernizada, o lugarejo toma outra fisionomia urbana e entra no ritmo de desenvolvimento que faz hoje da cidade de Paulista o mais importante centro fabril de Pernambuco”⁵². E ainda demonstraria preocupação com os moradores do distrito: “Herman Lundgren, ao ficar de posse de Paulista, com a quase desmantelada fábrica de tecidos, em 1904, tratou logo de melhorar as condições de vida daquela gente”⁵³.



Fotografia 1 – Fotografia da família Lundgren. Herman Lundgren, a esposa Ana Elizabeth, e os filhos Herman, Guilherme Alberto, Frederico, Arthur e a caçula Ana Louise. Retirada de GOES, Raul de. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

Essa forma de descrever Herman não é exclusiva dos discursos de pessoas próximas aos industriais, claramente favoráveis à empresa. O ex-operário Santos Filho parece compartilhar dessa imagem e reproduzi-la: “A semente do progresso desta terra foi plantada e

⁵¹ GÓES, op. cit. p. 17. Trecho escrito em 1949.

⁵² Ibidem, p. 21.

⁵³ Ibidem, p.73.

semeada por Herman Theodor Lundgren, chefe de uma família de idealistas e empreendedores”⁵⁴. Na descrição do livro chamado “Paulista entre algumas lembranças”, Antonio Nunes dos Santos Filho não indica o uso ou consulta de nenhuma bibliografia ou fonte, mas apenas suas lembranças e as “valiosas informações de várias pessoas”⁵⁵. O autor ainda ressalta que a ideia de escrever essas memórias “surtiu do nosso desejo de trazer ao presente algumas imagens do passado desta terra, já tão distanciadas pelos anos e ameaçadas de serem apagadas das lembranças pelo passar do tempo”⁵⁶.

Ao referir-se ao “nosso desejo”, Antonio Nunes parece se colocar como porta-voz dos que compartilharam informações para a escrita dos breves relatos sobre um passado que, em 1982, ano da segunda edição do livro, parecia distante, principalmente para os jovens que não o vivenciaram. Ainda enquanto fala no plural, é possível perceber a complexidade da construção dessas memórias. Elas se entrecruzam nas diversas lembranças dos que vivenciaram esse tempo, mescladas também nas histórias de outros moradores ainda mais antigos, e possivelmente na leitura do livro de Góes, no que se refere a Herman Lundgren, dada a semelhança de informações, além de outras fontes de origens variadas.

O autor de “Paulista entre algumas lembranças”, contudo, não conheceu o sueco Herman, e provavelmente constrói sua representação a partir de outras imagens e representações comuns entre os moradores de Paulista. José Sérgio Leite Lopes⁵⁷, ao analisar o funcionamento desta vila operária, ressalta que, para além dos símbolos escolhidos pelo patronato local, estão os escolhidos pelos trabalhadores de Paulista quando compõem uma história incorporada ao seu grupo social. Entre estes símbolos, a “semente do progresso” poderia ser pensada como a representação do início de tempos considerados prósperos. Amaro Rodrigues, que recebeu a alcunha de Poeta devido ao seu ofício, descreve em versos a Companhia de Tecidos Paulista dos Lundgren:

A Fábrica Rodrigues Lima,
Em ruínas,
Herman Lundgren a comprou,
Mudou toda a estrutura
E na altura,
Paulista o nome a elevou,
Foi a Companhia Paulista,
Uma Conquista que a cidade sonhou⁵⁸.

⁵⁴ SANTOS FILHO, A. N. **Paulista entre Algumas Lembranças**. Paulista, s/ed, 1982. p.25.

⁵⁵ Ibidem, p.15.

⁵⁶ Ibidem, p.15.

⁵⁷ LEITE LOPES, op. cit. p.32.

⁵⁸ POETA, op. cit. p.62.

O patriarca da família Lundgren não viveria o suficiente, após a compra da Companhia e das propriedades em Paulista, para acompanhar as diversas transformações por que passou o vilarejo, sua população e o seu cotidiano. A partir da análise dos relatórios anuais aos acionistas⁵⁹, é possível perceber que as ações empreendidas pela administração da Companhia de Tecidos Paulista, direcionadas ao entorno das fábricas, assim como a expansão das vilas com casas de alvenaria e outros aspectos da organização urbanística e funcional desse núcleo populacional, se dão, em grande parte, no período posterior ao falecimento de Herman, em 1907. Dessa forma, parte das ações atribuídas a Herman, ou a ênfase em algumas dessas medidas, possivelmente são antecipações e reconstruções da história da fábrica e da Companhia.

O histórico feito na “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista” ainda associa o possível sucesso de Herman Lundgren com uma preocupação sanitária e social do empresário em relação a Paulista. A questão sanitária, particularmente, já vinha sendo pauta de discussão no Brasil desde o século XIX, incluindo-se nos debates e ações de modernização urbana. A preocupação inicial partira dos higienistas sociais ligados aos poderes públicos⁶⁰. As estratégias sanitárias que “se constituem neste momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil pretendem realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano”⁶¹. Ao falar de Paulista, a “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista” menciona um parque industrial localizado em “baixios e pântanos insalubres”, o que prejudicaria, ou melhor, justificaria a “quase diminuta [...] produção dos operários”. A doença que ataca os operários também aparece como motivo do insucesso da fábrica anterior. Segundo Margareth Rago, “na ordem do discurso médico-sanitarista, a doença adquire a dimensão de problema econômico, político e moral, e a miséria se torna o novo veículo de contágio”⁶², e este discurso estaria relacionado à tentativa de disciplinarização do operariado e, de forma mais ampla, da população pobre das cidades.

Este discurso não passa livre de críticas, advindas, principalmente, de lideranças dos operários. Margareth Rago analisa especificamente a atuação da imprensa anarquista de São Paulo, que o define como uma “instituição disciplinar que os dominantes queriam apresentar revestida da imagem da neutralidade, da necessidade econômica e do progresso social”⁶³. Apesar das resistências, esse discurso continua a ser utilizado, expandido, e as ações baseadas

⁵⁹ Cf. LEITE LOPES, op. cit.

⁶⁰ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**: Brasil 1890-1930. p. 214.

⁶¹ Ibidem, p. 215.

⁶² Ibidem, p. 216.

⁶³ RAGO, op. cit. p.35.

nele passam a ser mais frequentes. As cidades, que já faziam parte da configuração do espaço brasileiro e pernambucano, vivenciam um processo maciço de urbanização em inícios do século XX. Brito, Horta e Amaral, em “A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas”, estão em concordância com Pontual acerca da indicação da década de 1940 como período em que a urbanização é sentida, tomando proporções estruturais no Brasil e em Pernambuco.

Foi a partir dos anos 30 e 40 que a urbanização se incorporou às profundas transformações estruturais que passavam a sociedade e a economia brasileira. Assume, de fato, uma dimensão estrutural: não é só o território que acelera o seu processo de urbanização, mas é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana⁶⁴.

Tendo como centro de ação o Recife, o poder público em Pernambuco direciona mais atenção à modernização com base nas estratégias sanitárias, a partir da década de 1920 em diante. A “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”, inclusive, data de um período de destaque para esse tipo de reorganização urbana em Pernambuco, momento de formação da “Liga Social Contra o Mocambo”⁶⁵. A vila operária de Paulista, com casas de alvenaria, vai se constituindo a partir dos anos 1910, mas os mocambos vão ser, por muito tempo, a moradia mais comum entre os operários, e ainda após a derrubada de muitos deles: “ela [a Companhia] tolera os mocambos como solução provisória à superpopulação da vila operária”⁶⁶. Mesmo que tenham sido empreendidas modificações no terreno próximo à fábrica e uma modernização da produção, a ênfase sanitária dada ao sucesso de Herman pode ser uma antecipação como as feitas no livro de Góes.

Após a morte de Herman, Frederico e Arthur, dois dos seus cinco filhos, assumem a CTP e a S/A Pernambuco Powder Factory, respectivamente⁶⁷. Ao analisar diversos depoimentos de trabalhadores da Companhia, José Sérgio Leite Lopes indica a idealização da época em que Frederico era gestor das fábricas e da vila operária. Neste período, ocorreria o pleno emprego da força de trabalho, ou seja, um período de oportunidades de trabalho e assistência a quem desejasse trabalhar nas fábricas, mesmo sem experiência no trabalho

⁶⁴ BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração, 2001. p.1. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=362&nivel=1&texto_id=2092>. Acesso em: 18 dez. 2015.

⁶⁵ Cf. Cf. GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza americana x mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). 1997 (Mestrado) – UFPE, Recife.

⁶⁶ LEITE LOPES, op. cit. p.177.

⁶⁷ O filho mais velho, Herman Lundgren Júnior teria comandado a empresa mesmo antes da morte do pai. Após a morte de Herman, no entanto, teria passado pouco tempo nessa posição, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde constituiu sua própria empresa Teltcher Lundgren & Cia. Cf. GÓES, op. cit. p.99 e 104.

industrial. O tempo do Coronel Frederico, delimitado por José Sérgio Leite Lopes, estender-se-ia, contudo, após sua morte, em 1946, até parte da década de 1960, com a administração de Arthur Lundgren. Maria Rosilene Alvim Barbosa descreve esse recorte temporal, chamado tanto por ela quanto por José Sérgio de “Tempo dos Coronéis”, como marcado por fortes relações pessoais⁶⁸.



Fotografia 2 – Frederico Lundgren. Retirada de GOES, Raul de. Um Sueco Emigra para o Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.



Fotografia 3 – Arthur Lundgren. Retirada de GOES, Raul de. Um Sueco Emigra para o Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

A presença marcante, principalmente de Frederico, não seria possível de ser percebida unicamente através dos documentos oficiais, como os relatórios aos acionistas⁶⁹, pois parecem distanciar as relações. Dessa forma, os depoimentos cedidos pelos trabalhadores, na década de 1970, teriam sido de grande importância para a conclusão dos antropólogos da existência de uma representação recorrente desse período. Os trabalhadores estariam comparando um momento de desemprego e afastamento da administração da fábrica da vida cotidiana, em gradativo desmonte do núcleo industrial, com o período associado à abundância em diversos âmbitos, de condições materiais e sociais. Essa situação aquiesce o jogo entre a memória e o esquecimento das experiências construídas nas décadas anteriores. Se o progresso se referia sempre ao futuro, ele passa a ser uma referência constante ao passado.

⁶⁸ ALVIM, M. R. B. . **A Sedução da Cidade:** Os Operários-Camponeses e A Fábrica dos Lundgren. 01. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998. p. 55.

⁶⁹ Com exceção do relatório de 1946, na ocasião da Morte de Frederico Lundgren. Ibidem pp.55-56.

A abundância de emprego entre as décadas de 1920 e 1950⁷⁰ pode relacionar-se com a grande oferta do mercado de trabalho nas indústrias pernambucanas, do Recife e das áreas posteriormente incluídas e nomeadas como Região Metropolitana desta capital. Neste ínterim, as duas plantas fabris de Paulista têm vasto quantitativo de operários⁷¹. As atividades complementares para a produção, e também as que envolviam a manutenção e expansão das vilas, parecem ampliar as possibilidades de trabalho, mesmo com remunerações ínfimas. Dessa forma, o número de funcionários poderia ser consideravelmente maior que o apresentado em documentos oficiais. Além dos trabalhos extra-fabris⁷², a menção à empregabilidade de pessoas em diversas condições físicas e idades também figura de forma positiva nos depoimentos. José Sérgio Leite Lopes refere-se a casos-limites, em que crianças, idosos e deficientes encontrariam alguma ocupação.

No tempo do Coronel Frederico, ele dava trabalho até a aleijado, teve muito aleijado que trabalhava. Tinha um aleijado aqui que andava engatinhando. Esse assumia lá a seção de gravação. Era gravador. Tinha outro também que andava com uma muletinha desse tamanhinho assim. Tudo trabalhava na fábrica⁷³.

A imagem de Frederico se sobressaiu, se comparada à do seu irmão Arthur, tanto na narrativa de Raul Góes quanto nos depoimentos trabalhados por José Sérgio Leite Lopes e Maria Rosilene Alvim em suas teses de doutorado. Frederico tornar-se-ia quase um elemento folclórico do auge das fábricas de tecido da CTP. O autor de “Um sueco emigra para o nordeste”, ao mencionar certa resistência dos servidores dos escritórios à autoridade de Frederico, quando este assume os negócios após a morte do pai, descreve o homem conhecido pelo título de Coronel como alguém que “nasceu para mandar e ser obedecido, [...] uma espécie de rolo compressor sobre aquelas resistências silenciosas mas tenazes”⁷⁴.

A figura do Coronel Frederico ainda perpassa por outros âmbitos, como o da sua relação hierárquica direta com os operários⁷⁵. A seleção dos trabalhadores dentre as famílias que buscavam emprego, a presença constante em comemorações ou lugares frequentados

⁷⁰ Rosilene Alvim e José Sérgio Leite Lopes fazem o recorte entre as décadas de 1930 e 1950, mas neste trabalho optou-se pelo recuo à década de 1920, pois as fábricas mantinham alguns diferenciais comparadas a outras em aspectos como estampa. Cf. SINGER, op. cit.. Nessa situação, provavelmente, empregaria grande quantidade de operários dentro e fora das fábricas.

⁷¹ A Companhia de Tecidos Paulista informa o número de operários (“8.400 operários, sem incluir os que se dedicam aos serviços de cortes de lenha e outros misteres de campo”) em nota enviada ao então Ministério de Indústria e Comércio, em 1939. Cf. **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.2.

⁷² LEITE LOPES op. cit. p.63.

⁷³ Ex-baqueiro apud LEITE LOPES, op. cit., pp.61-62.

⁷⁴ GÓES, op. cit. p.104.

⁷⁵ LEITE LOPES, op. cit. p.77.

pelos operários, e a possibilidade de comunicação direta com o Coronel para resolução de alguns problemas, são aspectos supervalorizados e, possivelmente, ampliados em relação à frequência com que aconteciam no cotidiano das vilas operárias de Paulista. As relações afetivas com diversas mulheres da vila e sua paixão por esportes como o turfe ainda compõem a representação desse personagem.

Em seu testamento, apresenta vinte e um (21) herdeiros reconhecidos anteriormente ou através do próprio documento, sendo poucos gerados pela mesma mãe. No inventário estão presentes as listagens dos cavalos puro sangue, tanto do Haras de Maranguape, em Paulista, quanto do Stud F. J. Lundgren, no Rio de Janeiro ⁷⁶. Esses seriam dois dos vários “caprichos” dos “donos da cidade”. O ex-cozinheiro do casarão dos Lundgren, em Paulista, diz que os patrões eram namoradores, “mas não era que eles forçassem a barra de ninguém. Era alguém... os homens eram galã, os homão bonito danado, e o povo caía em cima. Os homens do dinheiro, né? Lundgren é Lundgren”⁷⁷.

Os homens do dinheiro, e com o nome tão forte em Paulista, eram também os proprietários de quase todo o território do que em 1935 passa a ser município, e de muitas outras áreas ao redor, como Araçoiaba e Aldeia. As chaminés, que baforam o progresso tão aclamado pela sociedade da época, representariam o progresso de uma cidade que teria prosperado por intermédio de pessoas desse nome, Lundgren. Paulista, que não se resumiria às vilas operárias da CTP, apesar de formarem, provavelmente, o núcleo urbano principal durante muito tempo, era construída na complexidade das vivências, em sua imprevisibilidade, equilibrando-se entre os arquétipos das relações entre patrões e empregados. Contudo, esse relacionamento transbordava os portões da fábrica, inundava as ruas, as praças, as festas, as casas, e se multiplicava em diversas formas.

A cidade não é erguida pela simples presença dessa indústria, mas das singularidades construídas nas possibilidades históricas. Não se pode privilegiar um ou dois homens como autores de uma obra tão inacabada e complexa, surpreendente e inquietante como a vida e o ânimo de uma cidade inteira. Devem-se considerar os investimentos e esforços de homens de negócios, mas também os desejos, aspirações e caminhos dos que trabalhavam, seja no corte da lenha ou nas lavouras, seja no universo novo das máquinas. A construção dos espaços da cidade, em sua forma, função e uso, é bem mais intrincada e labiríntica quando observamos a multiplicidade dos aspectos e a tênue separação entre eles, além de suas representações.

⁷⁶ **Testamento de Frederico João Lundgren**, 1948. Arquivo pessoal de José Sérgio Leite Lopes.

⁷⁷ **Seu Bené**, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

Paulista vai incorporando diversas formas, as quais vão sendo construídas, significadas e reformuladas pelos habitantes, seres incompletos, cheios de desejos, medos e sonhos.

2.2 As seduções de Paulista: os caminhos da migração.

Um “ônibus velho todo aberto” ⁷⁸ carregava, pelas estradas de Pernambuco e outros estados da região que seria chamada de Nordeste, pessoas com diversas histórias de vida. O destino a que todos chegavam era o mesmo, apesar de não existir apenas um ponto de partida. Paulista, mesmo antes de emancipada à condição de município (1935), acolhia e era acolhida por mulheres, crianças e homens. Um lugar estranho, em um primeiro momento, tornava-se a moradia onde se construiriam novas experiências entre o nascimento e a morte de uns, a luta e o trabalho de tantos outros, os quais aconteciam ao redor de chaminés e cercados pelos limites da propriedade dos empregadores da maioria dos que chegavam.

O ônibus, mencionado nas entrevistas dos ex-operários, fazia percursos extensos pelos sertões, passava também pelo agreste e zona da mata. “Chamava-se de ‘sopa’ o transporte que se deslocava desta cidade para o interior de vários estados nordestinos, inclusive de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, em busca de pessoas ou famílias inteiras para trabalharem na Cia. de Tecidos Paulista” ⁷⁹. As viagens na “sopa”, como Antônio Nunes dos Santos Filho refere-se a esse ônibus em suas “lembranças”, também continham no itinerário a passagem por áreas mais próximas ao Recife. A ex-tecelã Isabel relata a vergonha sentida por seus familiares ao andar em um carro tão sucateado, vindo de Camaragibe até Paulista para trabalhar em uma das fábricas da Companhia.

E a Companhia sempre mandava um carro velho, ia buscar a gente, que só passava no Recife de noite, que se passasse de dia o povo era capaz de apedrejar, que ele vinha por Boa Viagem né, que era o setor sul. Então a gente só vinha, só passava de noite, fazia uma cerinha lá no, em Escada⁸⁰, por aí assim. Davam um almoço à gente, pra passar no Recife de noite, nada de passar de dia, né? [...] E aí, nessa sopa a gente saía de lá dos sítios mesmo saía de madrugada, fazia cera no caminho né, pra chegar tarde, pra passar tarde no... passar no Recife, de noite⁸¹.

⁷⁸ **Isabel**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

⁷⁹ SANTOS FILHO, op. cit. p.27.

⁸⁰ Provavelmente o ônibus transportava primeiro os trabalhadores das áreas mais próximas e estes seguiam em viagem até os “interiores” mais distantes, voltando pelo litoral, e passando por Boa Viagem.

⁸¹ **Isabel**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

A viagem sem conforto e, para alguns, humilhante, na “sopa”, foi o caminho seguido pelos indivíduos e famílias que deixaram seus lugares de origem, ou situação anterior, com intermediação da Companhia. Esse percurso parece ter sido bastante comum aos novos moradores de Paulista, principalmente entre 1930 e 1950⁸², e mesmo fazendo parte da trajetória de muitos, não era a única forma de migrar, e muito menos foi igual para todos que embarcaram nesse transporte. Entre estes, e mesmo os que percorreram seus caminhos por conta própria, os estímulos para adentrar as portas do novo nem sempre foram pautadas nas condições materiais. A pluralidade de caminhos segue perpassada por algo mais que a forma. Inscreve-se nas expectativas, na relação com a moradia anterior, nas alegrias e nas tragédias, no sofrimento que castiga e pede alívio, mesmo se for só pra sofrer diferente; associa-se, também, com a maneira pela qual se estiveram construindo os discursos relacionados com a população mais pobre do Brasil e, nesse caso, principalmente do norte do país.



Fotografia 4 – A sopa, s/d. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura.

Se, dos muitos que se arriscavam a abandonar as zonas rurais, na primeira metade do século XX, uma parte compartilhasse dos sentimentos de Ricardo, personagem do romance de José Lins do Rêgo ⁸³, despertariam a imaginação ao ouvir falar de feira e de terras que não eram engenho, pois não teriam esperado muito da vida, além do que já conheciam tão bem. A diferença talvez não fosse muita, mas “no engenho os trabalhadores eram alugados”; “Alugar, trabalhador alugado!”, pensava Ricardo, “não, ele ia se empregar. Era subir um pouco mais,

⁸² Período apontado por Maria Rosilene B. Alvim (1985) e José Sérgio Leite Lopes (1988) como de maior intensidade da prática nomeada por eles de “aliciamento”.

⁸³ Refere-se aqui ao romance “O Moleque Ricardo”, publicado pela primeira vez em 1935.

mas era subir”⁸⁴. E Ricardo foi ao Recife, fugido, e apontado pelas palavras do seu Coronel como ingrato. Assim como o moleque, entram em fuga, não só de engenhos, tantos outros.

A cidade em José Lins do Rêgo não vai ser melhor amiga para Ricardo, ela é outro mundo, tão grande e complexo, que carrega ainda mais perigos que o engenho. Depois de passado um ano no Recife, “do negro besta que chegara do engenho ia uma diferença enorme”⁸⁵, mas, contrariando o que se poderia pensar, Ricardo não tinha ficado ruim, ou se perdido na cidade, tinha “aprendido a viver mais um pouco”, para isso, “empenhava-se o que se possuía de mais puro para se chegar ao fim”⁸⁶, e a cidade era, então, sua, embora a saudade e as marcas do engenho permanecessem presentes de maneira nostálgica⁸⁷. O engenho aparece romantizado, ou até mesmo idealizado quando comparado ao Recife, considerado cidade grande. A construção de imagens dos migrantes, e também do “interior” do norte do país, não é, contudo, uma exclusividade da literatura, e perpassa discursos de diversos grupos sociais.

As dificuldades impostas pela situação climática e as sintomáticas das relações sociais nas zonas rurais figuram em discussões das primeiras décadas do século XX acerca da questão da migração, e se inscrevem na construção das regiões do Norte do país. Durval Muniz de Albuquerque Jr., utilizando-se do caráter produtivo do discurso, que lhe é atribuído pela obra de Michel Foucault, analisa justamente “A invenção do Nordeste”. Para o autor, esta região “nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder”⁸⁸. Dentre os vários discursos repetidos e reelaborados sobre o antigo Norte, se criaria o Nordeste⁸⁹, entrelaçado às relações de forças. Os regionalismos iam ganhando espaço em um momento de busca por uma identidade nacional, e na disputa Norte versus Sul, todo o atraso teria moradia no Norte.

Durante os anos iniciais da década de 1930, a campanha por apoio do governo para o setor industrial inscrevia-se no discurso de uma crise de superprodução⁹⁰. A Companhia de Tecidos Paulista, já uma das grandes indústrias têxteis do país no momento, envia um memorial ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, em Outubro

⁸⁴ RÊGO, José Lins do. **O Moleque Ricardo**. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.p.8.

⁸⁵ Ibidem, p.22.

⁸⁶ Ibidem, p.23.

⁸⁷ Para uma análise mais extensa e aprofundada da imagem da cidade na obra de José Lins do Rêgo, conferir ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. São Paulo: Cortez, 2011. pp.153-154.

⁸⁸ Ibidem, p.33.

⁸⁹ A abordagem teórico-metodológica do autor não toma o espaço como simples categoria geograficamente morfológica, mas inserido em práticas e discursos com caráter produtivo, criando relações não naturais. Essa invenção, contudo, emerge de relações de formas, e da homogeneização a partir de discursos variados.

⁹⁰ Cf. STEIN, op. cit.

de 1938, comparando a situação econômica do setor, no Norte e no Sul, questionando a existência dessa crise. Dos muitos pontos que indicavam a maior dificuldade dos industriais do Nordeste⁹¹, um destacava o déficit de eficiência produtiva dos operários desta região. Nas populações do norte, predominariam:

Elementos primitivos que entram no seu amalgamento – o branco, o negro e os indígenas –, formando as chamadas raças de mamelucos e mestiços, quando, no sul, em virtude dos movimentos migratórios, a influência tem sido benéfica na formação da raça meridional do país⁹².

Se em um comparativo considerado nacional, é construída uma imagem dos nordestinos como povo predominantemente mestiço ou “esquálidos retirantes”⁹³, no âmbito regional ou local, a migração das zonas rurais para as cidades urbanizadas não diferiam tanto desse quadro desenhado a partir de vários discursos, mas homogeneizante enquanto obra principal. Agamenon Magalhães, Interventor de Pernambuco durante o Estado Novo (1937-1945), pauta suas propostas políticas na assistência social, e na crítica e combate dos fatores envolvidos com a migração no Nordeste.

O fluxo migratório, vindo das diversas localidades do Nordeste para o Recife, acarretava um crescimento populacional que não correspondia a um desenvolvimento sócio-econômico da cidade. Ou seja, este aumento populacional ocorria à revelia do desenvolvimento das atividades e das funções urbanas. Fruto de um grande desequilíbrio regional, o fenômeno migratório no Nordeste, existente desde o século XIX, deveu-se não só a fatores mais temporários – como é o caso das secas ou guerras – mas basicamente esteve relacionado à própria estrutura produtiva da região⁹⁴.

Sobre a zona da mata pernambucana, Christine Dabat⁹⁵ ressalta o maciço emprego de mão-de-obra escrava nos canaviais desde o início dessa atividade no Brasil. Os senhores de engenho detinham o poder sobre a terra e a política, e também o domínio abrangente sobre a população da região⁹⁶. Após a abolição da escravidão, os trabalhadores que permanecem nos engenhos são os descendentes de escravos e herdeiros do jugo dos senhores dos canaviais, que vivenciam uma estrutura produtiva semelhante aos anos anteriores.

⁹¹ Um dos pontos ressaltados por Durval Muniz Albuquerque (2011) é a utilização, em alguns momentos, de Norte e Nordeste como sinônimos, no início do século XX.

⁹² **Relatório CIFITA**. Rio de Janeiro, 1938, p.43.

⁹³ Folha apud ALBUQUERQUE, op. cit. p.55.

⁹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984. p.60.

⁹⁵ Christine Rufino Dabat discute questões trabalhistas na zona canavieira. Cf. DABAT, Christine Rufino. **“Caminhada Penosa”**: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco in CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-2, 2008 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

⁹⁶ Dabat (2008) coloca essa questão mencionando Manuel Correia de Andrade.

Milhões de brasileiros, particularmente aqueles cujas peles escuras os marcavam como descendentes de escravos, continuaram vivendo de uma forma muito semelhante àquela em que viviam sob a escravidão – já legalmente livres, mas incapazes de competir em liberdade devido a sua classe e cor, com poucas alternativas além de trabalharem as terras de outro homem, na pobreza e no servilismo ⁹⁷.

Uma única família possuía inúmeros engenhos, e também a cidade onde se localizavam era regida segundo as regras desses proprietários. Apesar do açúcar não ter se mantido com estabilidade no mercado interno e externo, muitos engenhos continuavam funcionando, e os chamados senhores de engenho mantinham firme a credibilidade e influência política. A modernização não fora privilégio unicamente urbano, a produção agrícola também é envolta na industrialização durante as primeiras décadas do século XX. Engenhos transformando-se em usinas, exigindo mais espaço. As altas do açúcar ou de produtos derivados da cana impeliam os proprietários a aumentar a plantação, em contrapartida, diminuía parte da mão-de-obra, tanto pela necessidade de plantar mais em suas terras, como pela própria transformação técnica que abrange parte da produção.

A usina produziu um impacto ecológico e social ao substituir o trabalhador pela máquina, ocupar o espaço que poderia ter sido dedicado ao cultivo para a subsistência dos trabalhadores e ainda, sob a justificativa da queda no preço do açúcar, fazê-lo receber um salário em torno de 1\$500 ⁹⁸.

Apesar de incluir um elemento de maior abrangência, como a estrutura produtiva dessas localidades, Agamenon Magalhães não atribuía, no entanto, uma conotação positiva aos migrantes ou à própria migração, e pretendia minimizá-la. O Recife, capital de Pernambuco e grande centro urbano do Nordeste, no século XX, parecia se dividir em mais de uma cidade: Mucambópolis e Veneza Americana⁹⁹, duas alcunhas que traduziam em palavras a desigualdade da ocupação do espaço urbano, entrelaçada à desigualdade social. A capital de Pernambuco, longe de ser a única onde essa situação ocorria, era tomada pela pobreza, o que enfejava a cidade, de acordo com os padrões de cidade moderna. A ideia, então, era criar condições para que o sertanejo pudesse viver e trabalhar na terra onde nasceu¹⁰⁰, diminuindo a necessidade de sair das zonas rurais.

Agamenon Magalhães referia-se, principalmente, ao fluxo migratório em direção ao Recife e ao contingente populacional aglomerado à beira dos rios e mangues nos mocambos.

⁹⁷ CONRAD, 1975, p. 336 apud DABAT, op. cit.

⁹⁸ GOMINHO, op. cit. p.12.

⁹⁹ Ibidem, p.3. A autora se utiliza do termo Mucambópolis, mas ressalta que foi utilizado anteriormente pelo geógrafo pernambucano Mário Lacerda de Melo.

¹⁰⁰ GOMINHO, op. cit. p.11.

Os fatores temporários, assim como a estrutura produtiva¹⁰¹, impulsionavam a migração. Entretanto, o fluxo populacional também é atraído pela urbanização e novos mercados de trabalho ¹⁰². As áreas urbanas se formavam e cresciam independente da sua população estar ligada às atividades agrícolas, como no caso de pequenos aglomerados, porém numerosos, espalhados por todo o interior de Pernambuco. E as cidades mais próximas ao Recife recebiam, também, enorme quantidade de pessoas seguindo a trajetória em direção ao litoral recifense e se locomovendo por este.

O Interventor de Pernambuco não seria a única voz ou o solitário ponto de vista sobre o tema dos migrantes nas cidades pernambucanas. Outros intelectuais, escritores, políticos, forjariam seus homens, mulheres e crianças que saíam, mas também chegavam de/em muitos lugares¹⁰³. Entretanto, Agamenon Magalhães mantém uma relação de oposição e, quando necessário, de conciliação política, com integrantes da família Lundgren e com a CTP. Paulista, um desses lugares próximos ao Recife, não podia ser chamado de cidade grande e, até 1935, ainda era apenas um distrito de Olinda, mas viu chegar, e também sair, pessoas com experiências e expectativas diversas. Chegariam dos “interiores” mais distantes, de áreas próximas, da cidade grande, das caminhadas por muitos lugares.

O retrato do migrante sofrido que precisa “fugir” do seu local de origem, contudo, prevalece no discurso oficial da Companhia de Tecidos Paulista. Os relatórios anuais da CTP aos acionistas, publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, mencionam, em várias ocasiões ¹⁰⁴, a fuga da seca como principal motivação dos trabalhadores oriundos do “interior” ¹⁰⁵ “optarem” pelo trabalho industrial. A maioria das secas, se considerarmos apenas a primeira metade do século XX, ocorreram antes de 1930¹⁰⁶, e não podem ser excluídas da relação de elementos envolvidos no movimento populacional em direção às áreas urbanas de Pernambuco, e também na urbanização de outras áreas.

Mesmo as secas posteriores à década de 1930 podem, no entanto, ter contribuído para aumento do fluxo de trabalhadores em direção a Paulista, tanto de forma espontânea, como por intermédio da CTP, apropriando-se da necessidade ou desejo de mudança dessa população. Contudo, ela se torna fenômeno destacado e utilizado na construção discursiva da

¹⁰¹ A estrutura produtiva de que se fala não se restringe às zonas açucareiras, mas, refere-se aos latifúndios e à relação entre esses latifundiários e os trabalhadores.

¹⁰² Cf. SINGER, op. cit.

¹⁰³ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit.

¹⁰⁴ Relatórios de 1923, 1924 e 1925 apud ALVIM, op. cit.

¹⁰⁵ ALVIM, op. cit. p.132.

¹⁰⁶ Ibidem, p.143.

vila operária como local ideal para uma vida melhor, e dos industriais como benfeitores preocupados com o bem estar social.

Apesar da seca constar como um elemento que não pode ser desconsiderado no quadro da vinda de trabalhadores para Paulista, ela não pode ser vista como a única causa do deslocamento social levado a cabo pelos trabalhadores e suas famílias como quer fazer crer a versão oficial da CTP¹⁰⁷.

Segundo Rosilene Alvim, o movimento espontâneo de famílias para Paulista seria mais comum antes da década de 1930, momento anterior à ação mais direta para o “recrutamento” de mão-de-obra por parte da Companhia de Tecidos Paulista, e de alternância de períodos de seca. Entretanto, a multiplicidade de “motivações” e origens sociais deve ser ressaltada. A maioria dos trabalhadores seria de origem rural. José Sérgio Leite Lopes e Maria Rosilene Alvim Barbosa abordam a proletarização de camponeses e a relação com um sistema de dominação específico, e ressaltam a grande quantidade de trabalhadores com contato anterior com a produção agrícola. Apontando-se a origem rural da maioria, não se apaga, contudo, a diversidade mencionada.

A diversidade de categorias de trabalhadores das áreas rurais que são transformados em operários, no caso, vai desde os moradores até grupos camponeses como pequenos proprietários, rendeiros, foreiros. Acrescentando-se a esta diversidade outras categorias como os pequenos comerciantes das cidades do interior, assim como pescadores e pequenos comerciantes de carvão de áreas próximas a Paulista e da periferia de Recife¹⁰⁸.

A análise do fluxo migratório em direção a Paulista, e das estratégias utilizadas na movimentação de parte das famílias que migraram para a vila é ampliada por Rosilene Alvim ao indicar, em sua abordagem, a existência de “motivações culturais”. Deve-se ressaltar, contudo, o entrelaçado entre “condições materiais” e outras situações possíveis. A confluência de elementos pode tornar ainda mais amplo o leque de possibilidades e a paleta de cores dessa relação entre experiências anteriores e expectativas direcionadas ao futuro próximo dessas pessoas. As dificuldades impostas pela vida nas zonas rurais não relativizam a possível necessidade de movimentação de quem vivia nas áreas urbanas. Mesmo moradores de áreas próximas daquela região, procuravam, por exemplo, a segurança de ter onde trabalhar e morar, oferecida por uma vila operária.

A Paulista das primeiras décadas do século XX encontrava-se nos caminhos e itinerários das pessoas que movimentavam o fluxo migratório interno de Pernambuco,

¹⁰⁷ ALVIM, op. cit. p.143.

¹⁰⁸ Ibidem, p.49.

incluindo o Recife e áreas próximas, e também o externo, fluindo de outros estados do Nordeste. Maria Rosilene Barbosa Alvim insiste, contudo, que o aliciamento de famílias inteiras foi a estratégia mais comum da Companhia de Tecidos Paulista, empregada principalmente a partir da década de 1930, para atrair mão-de-obra.

Antônio N. Santos Filho descreveu o processo de “arregimentação de trabalhadores”. Segundo o ex-operário, buscavam-se pessoas e famílias inteiras, e era estabelecido previamente um local para se reunir e fornecer alimentação às pessoas já arregimentadas. Essas pessoas eram chamadas pelos “agenciadores de famílias”. Esse modo de recrutar trabalhadores é mencionado em relação ao interior. Porém, as diversas áreas que compunham o território de Paulista também viam partir alguns de seus moradores em direção ao centro, à vila operária.

Nasci na Praia do Pau Amarelo, no Forte. E eu vim praqui com seis anos, né? Meus pais, meu pai era pescador, minha mãe ajudava na renda da família fazendo renda, fazendo crochê pra vender, né? E ajudar na sobrevivência. Aí quando a Companhia de Tecidos Paulista tava chamando as famílias pra vim trabalhar aqui, né, aí meu pai trouxe a gente ¹⁰⁹.

Distanciando-se mais um pouco do centro de Pernambuco, uma ex-fiandeira relata sua trajetória em direção a Paulista. A família, composta de pai e filhas, morava e trabalhava na Usina Pedrosa. O envolvimento amoroso de uma das moças com um pintor, que não pertencia ao local, teria tornado insustentável a convivência cotidiana na usina. Em 1936, a partir de informações e rede de relações do próprio pintor, a família segue fugida para Paulista no ônibus da Companhia ¹¹⁰. A presença majoritária de mulheres na família também pode ser pensada como um elemento que contribui para a mudança. A postura patriarcal, ainda mais forte nesses locais, provavelmente tornava difícil a permanência de moças solteiras nas usinas, no caso do falecimento do pai, e não só as famílias mais pobres conviviam com essas situações nas quais estão imbricadas condições materiais e culturais.

Eu morava em Vitória de Santo Antão. Eu era de lá. Morava lá com a família toda. Meu pai era negociante, vendia, era muito trabalhador. Depois ficou numa situação precária, ele deixou de negociar e a gente nunca tinha trabalhado na enxada (as filhas). Ele achava difícil pra gente, ele gostava muito da gente, e, ele não queria que a gente trabalhasse. Passamos lá assim

¹⁰⁹ **Rosália**, 2006. Depoimento cedido ao pesquisador José Sérgio Leite Lopes, o mesmo integra o material reunido para o documentário *Tecido Memória* (2008). A transcrição do roteiro inicial do filme, parte do acervo pessoal de José Sérgio Leite Lopes, foi cedida para a realização da presente pesquisa.

¹¹⁰ ALVIM, op. cit. p.193.

um ano, no outro ano, aí ele não podia mais negociar. Aí viemos embora pra Paulista¹¹¹.

A manutenção da família reunida recebe destaque no trabalho de Rosilene Alvim, e também encontra certo espaço na obra de José Sérgio Leite Lopes. Esse aspecto, aparentemente de grande interesse para os industriais, também pode ser apontado como importante para as articulações e expectativas dos trabalhadores. Paulista parecia ser o lugar do “trabalho para todos”¹¹², o que incluía várias famílias e o aproveitamento tanto de homens como de mulheres e crianças em diversas funções relacionadas às fábricas de tecido.

Da minha família veio sete. Sete pessoas que o Coronel Frederico ficava satisfeito quando arrumava uma família grande, vinha e ia trabalhar, tinha muito trabalho pra todo mundo, né? Eu com onze anos fui trabalhar. Quis trabalhar, né, quero trabalhar, eu influenciada, bem animada e comecei a trabalhar com onze anos¹¹³.

O trabalho infantil aparece como comum, e até mesmo valorizado, no período, apesar da ex-operária Isabel apresentar opinião menos otimista ou positiva no momento da entrevista, pois diz que, “influenciada”, teria ido animada trabalhar com apenas onze anos. Seu Bené, que trabalhou dentro da casa dos Lundgren, parece manter uma visão mais positiva da situação. O mesmo relembra que “os meninos de sete oito anos eram contíguos da companhia. Tinha um grande cenário de aprendizagem, a serralheiro, torneiro mecânico, frisador, tudo por conta da companhia, não se pagava um centavo”¹¹⁴.

O emprego da maior parte da família, incluindo as inúmeras crianças, atraía inclusive pequenos proprietários. João Francisco conta que seu avô Francisco Luiz da Silva era dono de algumas terras em Aldeia e Paudalho, e teria recebido proposta de “capangas” da CTP, a qual incluía emprego para todos os seus 18 filhos e, além disso, casa, água e um pedaço de terra para plantar. Então, por volta de 1905, Francisco Luiz teria optado pela cidade¹¹⁵. Mesmo que parte das promessas tenham se mostrado enganosas posteriormente, o caso evidencia a sedução dessa cidade, da garantia de remuneração para todos os membros da família, inclusive crianças de apenas 12 anos, como o pai de João.

Esses atrativos despertavam o interesse até mesmo de pessoas que não estavam fugindo da seca ou do jugo dos senhores de engenho e usineiros. Além disso, a rede de contatos entre os próprios trabalhadores e familiares, e até com padres, movimenta o fluxo de

¹¹¹ Ex-tecelã apud ALVIM, op. cit. pp.194-195.

¹¹² LEITE LOPES, op. cit. p.461.

¹¹³ **Isabel**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

¹¹⁴ **Seu Bené**, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

¹¹⁵ **João Francisco**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

mão-de-obra de Paulista, e entre as fábricas de Pernambuco¹¹⁶. A migração para Paulista através de contatos com os “agentes recrutadores”¹¹⁷ seria datada, entre 1930-1950. Porém, esse contato com os “capangas” não parece ser exclusividade desse período indicado por Alvim, como é possível observar no caso do avô de João Francisco, mesmo que se possa afirmar que foi mais intenso em determinado espaço de tempo.

O período de utilização dessa estratégia é marcado por disputas pelo mercado consumidor entre as indústrias têxteis de Pernambuco, o que incluía a confluência de diversos fatores como máquinas e técnicas disponíveis para a produção, mas também, e com grande relevância, a mão-de-obra barata¹¹⁸. Das famílias numerosas, empregavam-se bastantes mulheres e crianças, abrangendo a maioria dos membros familiares. A Companhia se valeria de um monopólio de oferta de emprego para a imobilização da mão-de-obra, algo que facilitaria o domínio e o emprego das regras e simbologias de dominação¹¹⁹.

Ao sistematizar e transformar em medida administrativa a vinda costumeira e ‘espontânea’ de famílias de trabalhadores do interior a Paulista, o ‘aliciamento’ direto, ao mesmo tempo em que faz continuar esse fluxo tradicional, provoca sua mudança de qualidade ao discipliná-lo. Essa disciplinarização da força de trabalho através deste controle sobre o mercado de trabalho traz consequências sobre as famílias dos trabalhadores que são a unidade social básica de tal mercado de trabalho¹²⁰.

A intensificação dessa estratégia de recrutamento é rememorada por muitos trabalhadores como uma medida de repressão ao movimento grevista organizado em torno da abertura do primeiro sindicato dos trabalhadores do distrito, em 1932¹²¹. Dessa forma, a moralização do trabalho, tão difundida na época, na vila operária de Paulista, tinha apelo familiar e disciplinador, além de ser referência para distribuição de terrenos e/ou casas na vila. Essa ação mais organizada, e a própria construção de casas com determinados padrões, só teria se intensificado em meados da década de 1930, dando resposta também ao crescimento industrial, ao aumento populacional, e aos projetos higienistas de cidade. Em mais um poema, Amaro Poeta escreve que:

Começaram construindo
E possuindo
O povo da migração,
Prometendo vida boa,

¹¹⁶ LEITE LOPES, op. cit. p.47.

¹¹⁷ ALVIM, op. cit. p.37.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem, p.155.

¹²⁰ Ibidem, p.157.

¹²¹ LEITE LOPES, op. cit. pp.206-262.

Às pessoas,
Trabalho, casa e pão,
Tinha pouco o prometido,
e se oprimido,
Calava por opressão¹²².

Os trabalhadores mencionados nos versos são os da migração e, aos mesmos, tinham sido prometidos “vida boa”, “trabalho, casa e pão” ¹²³. Tanto Leite Lopes quanto Rosilene Barbosa Alvim indicam a presença insistente da prática de aliciamento de trabalhadores no discurso dos ex-operários entrevistados. Os relatórios anuais aos acionistas¹²⁴ apontam como motivação principal da migração dessas pessoas os problemas decorrentes das secas. Em contrapartida, existe a recorrência do aliciamento, nos depoimentos, como prática bastante comum. No entanto, apesar das possíveis dificuldades enfrentadas no local onde viviam antes, a história de cada um vai multifacetando essa imagem do trabalhador migrante e enganado pelas promessas. Aparentemente, alguns até buscam ressaltar que não acreditavam nos “chafarizes de leite e nas montanhas de cuscuz”, provavelmente como forma de distinguir-se.

A gente não veio nessa onda de chafariz de leite não, mas no interior se falava. Se falava mesmo que a coisa de [sic] não sei o que, era muita coisa, o povo contava muita vantagem. Quando a gente veio que viu, não viemos nessa vantagem não, né, mas quando a gente veio, chegou mesmo, disse, ô gente, como é? Não tem aquela coisa que o povo dizia no interior não? Depois foi descoberto que não era essa a história, né?¹²⁵.

A sedução da cidade era rodeada de vários atrativos, contudo, a própria maneira como os trabalhadores colocam seu nascimento ou sua vinda para Paulista, e sua postura em relação às promessas, parece uma forma de diferenciação entre eles¹²⁶. Isabel, ex-tecelã, encara as promessas como uma forma de contar vantagem sobre a vila, e algo que se mostrou incompatível com a situação encontrada por ela ao chegar de Camaragibe. Já Seu Bené, que trabalhou na Casa Grande dos Lundgren desde que chegou a Paulista, ainda criança, na década de 1940, responde à pergunta de Leite Lopes sobre a veracidade dos chafarizes de leite e das montanhas de cuscuz de maneira diferente: “Era. Exatamente, porque de tudo tinha né? Tudo tinha...” ¹²⁷. Essa diferença entre os dois depoimentos deixa-nos entrever a possibilidade de relações múltiplas entre os diversos trabalhadores, as expectativas sobre a vida em Paulista e a rememoração das experiências construídas com e na cidade.

¹²² POETA, op. cit. p.62.

¹²³ Ibidem, p.62.

¹²⁴ Cf. LEITE LOPES, op. cit.

¹²⁵ **Isabel**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

¹²⁶ ALVIM, op. cit. pp.181-182.

¹²⁷ Seu Bené, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

2.3 Formação das vilas operárias e a cidade de Paulista

As críticas que Agamenon Magalhães tinha a direcionar à Companhia por sua tendência latifundiária¹²⁸ não o impediram de fazer uma ressalva elogiando o empreendimento em sua coluna para a *Folha da Manhã*, jornal de sua propriedade. “A fábrica construiu uma civilização no Estado”¹²⁹. A CTP não via a chegada de novos moradores como problema e, sim, precisava desse fluxo para o aumento do contingente de mão-de-obra, com desdobramentos e interesses econômicos que dialogam tanto com o mercado de trabalho na indústria têxtil, em Pernambuco, quanto com estratégias de barateamento do custo de manutenção destes trabalhadores para a empresa.

Paulista, distrito de Olinda nas primeiras décadas do século XX, apesar de já abrigar uma fábrica têxtil e outros povoados, era majoritariamente composta por propriedades rurais. O território atual do município, inclusive, é consideravelmente menor que o desse período, devido a mais de um processo de desmembramento. Até 1982, o município de Abreu e Lima, anteriormente chamado de Maricota, compunha seu território. Os desdobramentos em torno da emancipação da cidade, definitivamente estabelecida em 1935, também contribuem para algumas mudanças. Dessa forma, o espaço de Paulista passa por diversas transformações político-administrativas, mas também de infraestrutura e modos de viver, onde as intervenções da Companhia de Tecidos Paulista figuram como relevantes para pensarmos a construção do espaço urbano da cidade.

As informações divulgadas pela própria Companhia de Tecidos Paulista sobre a antiga fábrica e sua administração indicam que era de magnitude ínfima comparada à modernizada dos Lundgrens. Quando da compra de maior parte das ações da empresa por Herman, a quantidade de teares em atividade, e o tipo de produto final, apenas tecidos de algodão cru¹³⁰, limitavam a disputa por mais mercados. Além disso, algo que prejudicava a expansão da fábrica e a saúde dos trabalhadores era o local onde a indústria funcionava: um “parque industrial localizado em baixios e pântanos insalubres”¹³¹. A partir de investigações minuciosas, o novo proprietário da Companhia teria conseguido transformar Paulista em um lugar habitável¹³².

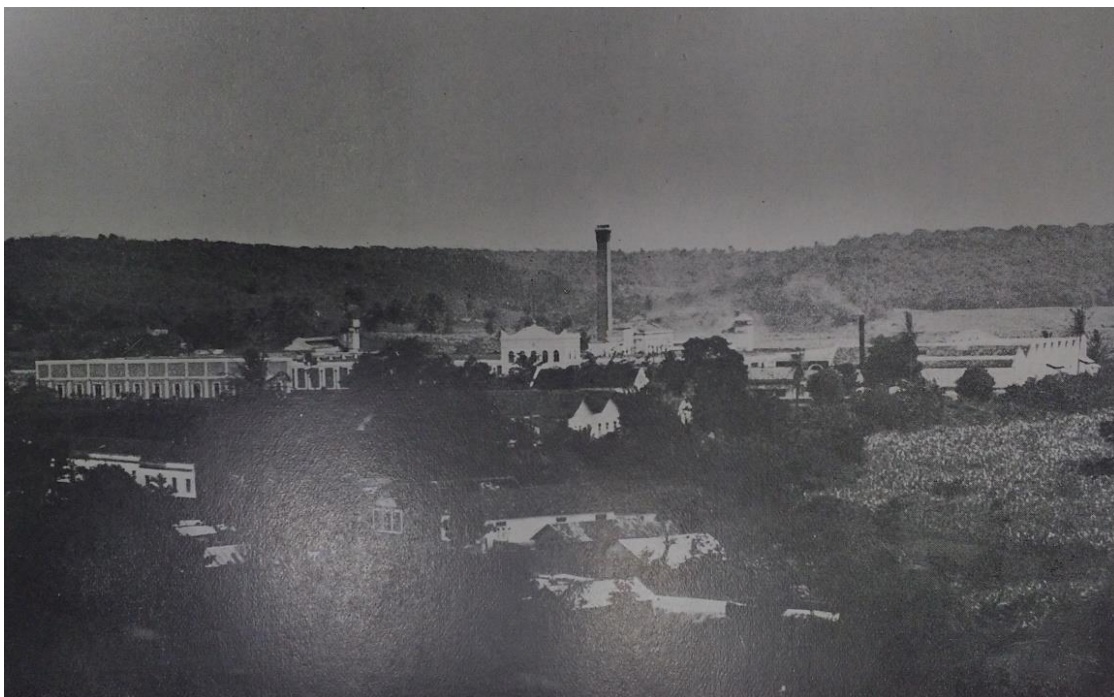
¹²⁸ *Folha da Manhã*, 28 de Janeiro de 1939.

¹²⁹ *Folha da Manhã*, 28 de Janeiro de 1939.

¹³⁰ *Anuário de Olinda*. Olinda, Dezembro, 1956.

¹³¹ *Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista*. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.1.

¹³² Cf. GÓES, op. cit. p.74.



Fotografia 5 – Fábrica Arthur (Velha) em 1919. Fonte: COELHO, Arnaldo Barbosa ; LINS, João Batista; LEÃO, Hilton Carneiro. **Documentário Ilustrado do Tricentenário da Restauração Pernambucana, 1654-1954**. Recife: Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, 1954.

Estes indícios do que foi a CTP, na sua década inicial de existência, contudo, são memoriais e históricos feitos já no século XX. Em todos eles Herman aparece como grande idealizador da estrutura das fábricas e da área em que funcionavam. A morte do patriarca da família, em 1907, é anterior ao período em que esses textos apontam como o momento em que o lugar teria se tornado habitável, em 1910¹³³. Essa data marco também representaria a chegada dos Lundgrens enquanto moradores do distrito, em residência construída em posição centralizada e, praticamente, entre as duas plantas fabris que vão compor a Companhia durante essa fase: A Fábrica Arthur (inicialmente chamada de Fábrica Velha), provavelmente a instalação fabril original e a Fábrica Aurora.

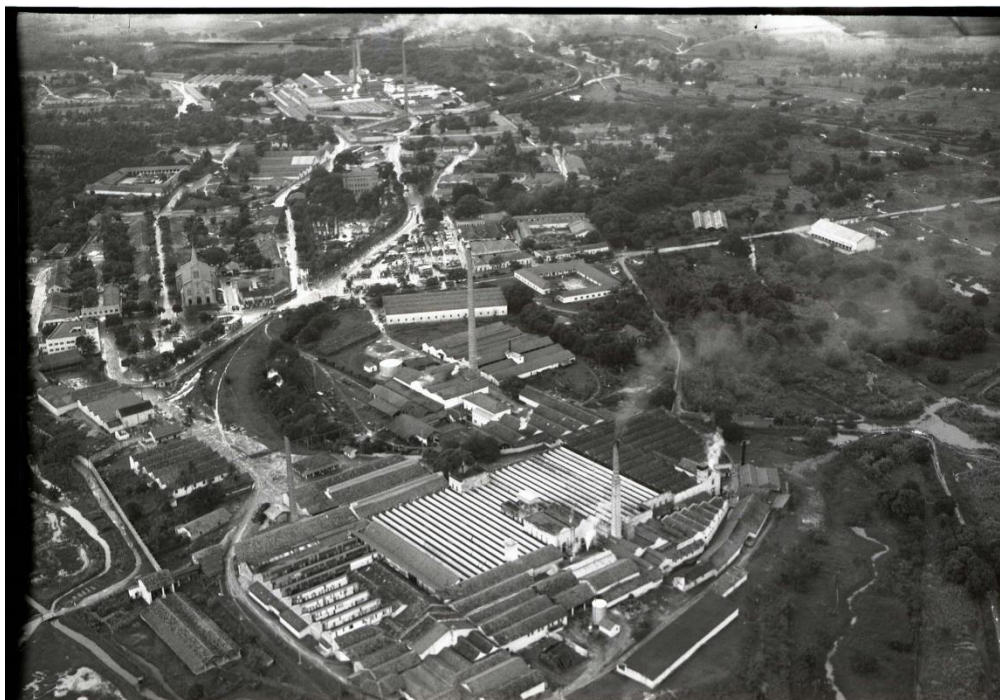
As fábricas ganhariam destaque, principalmente em Pernambuco, mas também nacionalmente. Até boa parte da década de 1920, a Companhia fazia funcionar a única estamperia no Estado¹³⁴, e estaria “entre as primeiras fábricas brasileiras a comercializar a sua produção através de escoadouros próprios”¹³⁵. A “Marca Olho” era comercializada na rede de lojas da própria empresa, as Lojas Paulista, em Pernambuco, e Lojas Pernambucanas, em filiais fora do estado. Outro núcleo industrial têxtil seria construído pela CTP, em Rio Tinto,

¹³³ **Anuário de Olinda**. Olinda, Dezembro, 1956.; **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.1.

¹³⁴ Cf. SINGER, op. cit.

¹³⁵ STEIN, op. cit. p.128.

na Paraíba, fundada em 1926 e também de propriedade dos Lundgren. O intercâmbio entre os dois núcleos abrangia, principalmente, materiais auxiliares ao funcionamento das vilas operárias¹³⁶.



Fotografia 6 – Visão das duas fábricas de tecido da CTP em Paulista, s/d. Fonte: Acervo José Sérgio Leite Lopes. Editado pela autora.

O transporte desses materiais e também de mercadorias ocorria, dentro das vilas, através de locomotivas, e para fora delas, através de embarcações saídas do Porto Arthur, que era parte da infraestrutura de conexão entre as fábricas da CTP em Pernambuco e na Paraíba. Localizado na atual Praia de Marinha Farinha, próximo do encontro entre o Rio Timbó e o mar, o Porto Arthur era a porta de entrada do “mundo exterior”; as máquinas e outras mercadorias, os estrangeiros, e até mesmo alguns dos trabalhadores comuns tiveram acesso a Paulista através dele. Amaro Poeta, ao se lamentar da situação atual do local, associa-o com o progresso passado: “O progresso e o crescimento de Paulista passaram pelo Porto Arthur”¹³⁷. Ainda em uma das poesias, o poeta que adotou Paulista como sua terra ressalta:

Talvez se não fosse o cais
Porto Arthur nesta cidade,
Não existisse a metade
Da grandeza de Paulista
Cais você foi a bandeira
Que trouxe todo progresso
E todo esse sucesso

¹³⁶ ALCANTARA, Laurita Maria de. **Paulista e sua história**: algumas contribuições. pp.49-50.

¹³⁷ POETA, op. cit. p.66.

Você foi nossa conquista¹³⁸

Essa última estrofe do poema destaca o papel do Porto na produção fabril e construção da cidade. E esse lugar tão importante na Paulista de outrora estaria esquecido, totalmente abandonado. O discurso do ex-operário associa o cais aos anos de sucesso. Já Bernadete Serpa escreve em suas páginas de memórias uma aproximação afetiva e cotidiana com o porto. A paulistense recorda a pesca naquela área, e as festas onde comia os peixes do “Sr. Adauto”. A chegada de seus familiares paternos também está privilegiada nessas lembranças. “Por isso”, diz ela, “o Porto Arthur tem muito de importância para as minhas origens. Os meus pais [...] trouxeram do litoral e da zona da mata o cheiro da terra cultivada e o verde do mar para emprestar à menina Bernadete o entusiasmo pela vida e a cor dos olhos”¹³⁹. Segundo, Laurita Alcântara, na época da instalação do Porto, por volta da década de 1920, “Paulista tinha cerca de 32 quilômetros de estradas de ferro, que alcançavam as estações dos municípios vizinhos, passavam pelo centro da cidade, indo até aquele cais”¹⁴⁰.

As vilas operárias foram sendo construídas, ao longo dos anos, seguindo a lógica de proximidade com as duas fábricas. Em torno da Fábrica Arthur, encontra-se a área que hoje corresponde aos bairros do Centro e do Nobre, enquanto o bairro da Aurora se distribui ao redor da Fábrica com o mesmo nome. Como já mencionado, a formação dessas vilas é posterior às ações empreendidas por Herman, e mesmo com a administração de seus filhos, o uso sistematizado das casas de alvenaria e de uma infraestrutura que aproximava, cada vez mais, os trabalhadores dos locais de trabalho, se dá gradualmente e envolta em complexas relações entre disciplina, custo de mão-de-obra e expansão da indústria.

Analisando as tramas em torno da prática de concessão de roçados e da criação da feira, a complexidade da construção dos espaços pode ser observada. A concessão de roçados não existiria apenas para os operários; em decorrência da alta demanda da feira da companhia, abrangia também grupos de camponeses antes trabalhadores de engenho¹⁴¹. Contudo, Leite Lopes, a partir dos relatórios aos acionistas e depoimentos dos trabalhadores, aponta “uma visão geral dos roçados operários e da feira como um processo mais complexo de construção”¹⁴². Uma das questões envolvidas seria a gestão dos custos com mão-de-obra. Concessões como essas eram utilizadas como uma aparente compensação pela remuneração baixa, que se tornava ainda menor com outros tipos de descontos em torno da estrutura da vila operária.

¹³⁸ POETA, op.cit. p.67.

¹³⁹ LOPES, Bernadete Serpa Gomes. **A vida na minha aldeia**. Olinda, PE: Babeco, 2011, p.20.

¹⁴⁰ ALCANTARA, op. cit. p.48-49

¹⁴¹ LEITE LOPES, op. cit. p.96.

¹⁴² Ibidem, p.101.

Segundo José Sérgio Leite Lopes, o roçado seria também um elemento relacionado à moral do trabalho. Os trabalhadores poderiam cultivar alimentos para subsistência e, também, para vender, sob as regras da Companhia, para os outros habitantes de Paulista. E vários membros da família estariam envolvidos com algum tipo de atividade, mesmo os que não fossem funcionários das fábricas, tanto como operários quanto como “trabalhadores da folha amarela”¹⁴³. As vilas operárias de casas de alvenaria, de alguma maneira, contrastam com o próprio padrão anterior utilizado. Os roçados são comuns aos terrenos onde eram construídas as casas de taipa, mais distantes entre si e das fábricas. No entanto, todos esses elementos também convivem simultaneamente.

A forma como a construção da feira e dos roçados é narrada é bastante similar ao caso das vilas como um todo. Assim como as vilas parecem ter sido idealizadas logo nos primeiros anos do século XX, a feira e os roçados seguem a representação feita dos industriais. O livro de Raul Góes, que faria algumas antecipações e até romantização das ações dos proprietários da empresa, narra em suas páginas uma constituição da feira e do roçado como “um ato originário, produto da vontade, da criatividade e da onisciência patronal”¹⁴⁴.

Conta-nos Góes que, no período de mudança entre Herman e Frederico na direção-geral da Companhia de Tecidos Paulista, o então chefe político de Olinda, o senador estadual Cornélio Padilha, que foi um dos diretores da CTP, era também proprietário de plantações de cana fornecedoras da Usina Timbó, localizada entre Caboatã (atual Paratibe) e o então Distrito de Maricota¹⁴⁵, de casas alugadas por operários, além de um barracão, que fornecia os alimentos a partir de descontos de vales semanais.

Padilha teria discordado das demissões de antigos servidores a mando de Frederico, começando, assim, uma disputa que entrecruzava o âmbito político e também o policial. Por ser influente em Olinda, onde se localizava o Distrito de Paulista, o senador provavelmente dispunha de diversos elementos para pressionar os proprietários das fábricas. A solução encontrada por Frederico, segundo Góes, foi a compra das propriedades do senador Padilha, as quais interferiam na vida dos empregados da CTP.

Frederico não conversou, não regateou, fechou logo o negócio. Para ele não era alto o preço para poder libertar-se das pressões de ordem política e policial. Sua primeira providência foi livrar os operários dos descontos semanais de vales no barracão, substituindo esse monopólio odioso e desumano de fornecimento de gêneros e outras utilidades por um sistema de

¹⁴³ LEITE LOPES, op. cit. p. 65.

¹⁴⁴ Ibidem, p.101.

¹⁴⁵ ALCANTARA, op. cit. p. 46.

concorrência comercial com melhor oferta e com procura livre, a preços mais acessíveis¹⁴⁶.

Apesar do alto preço cobrado pelo proprietário, Frederico teria aceitado o negócio. A partir de então, já teria transformado um “odioso” monopólio em um comércio concorrencial, segundo Góes, mas que teria sido rigidamente tabelado pela administração da CTP, como mencionam alguns ex-operários¹⁴⁷. Além da relação entre a representação dos patrões como figuras fortes e onipotentes, e a complexidade da construção de lugares e práticas, a criação da feira nos coloca de frente a outra questão: a expansão da vila está imbricada, também, com a própria ampliação das propriedades dos Lundgrens em Paulista e áreas próximas. O Coronel Padilha, enquanto homem envolvido com a política no início do século XX, provavelmente detinha, também, vastas propriedades em Olinda, e seus domínios no Distrito de Paulista entravariam os interesses de expansão e controle da Companhia de Tecidos Paulista.

Assim como a instituição dos roçados estaria atrelada a fatores diversos, que beneficiavam a própria Companhia, a diminuição da sua utilização também é um entrecruzamento de fatores. A expansão da produção e dos elementos acessórios das fábricas demandava um aumento de mão-de-obra, em diversas funções. Ao longo da década de 1920 até 1940, a proporção de casas de alvenaria teria aumentado consideravelmente¹⁴⁸. As casas de taipa ficavam mais próximas dos sítios de propriedade da Companhia, e as casas de “pedra e cal”, conjugadas entre si, eram construídas em torno das plantas fabris. As casas típicas da vila operária, contudo, não permitem a conjugação da moradia ao roçado como as de taipa, mais afastadas umas das outras.

Além da expansão da vila e aumento da população, a exigência da substituição dos mocambos por outro padrão de moradia, principalmente no final da década de 1930, provavelmente contribui para a diminuição dos roçados, os quais estavam geralmente atrelados às casas de taipa. A existência dos roçados e desse tipo de moradia foi diminuindo na medida em que a construção de casas de “pedra e cal” foi intensificando-se, entre 1927 e 1940¹⁴⁹. A distribuição de casas cada vez mais próximas às fábricas e, também, umas das outras, centralizando os trabalhadores, é abordada em boa parte da bibliografia como uma estratégia de disciplinarização. Além de Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim já ressaltarem diversos elementos de um “sistema de dominação” de fábrica com vila operária, Eva Blay indica que:

¹⁴⁶ GÓES, op. cit. p.108.

¹⁴⁷ Cf. LEITE LOPES, op. cit. pp.93-118.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 108.

¹⁴⁹ LEITE LOPES, op. cit. pp.107-108.

Ao construir suas vilas operárias, o industrial não está apenas tentando superar uma lacuna que, eventualmente, poderia ser solucionada pelo poder público. Ele está, antes de mais nada, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de frequentes crises de mercado e de conflito nas relações de trabalho¹⁵⁰.

Em Paulista, a diminuição dos roçados, e a expansão do modelo de vila com casas de alvenaria parece coincidir com o aumento do fluxo de novos trabalhadores aliciados pelos “agentes” da Companhia de Tecidos Paulista. E “muitos trabalhadores veem nas demissões em massa que se seguem à repressão ao 1º sindicato operário, em 1932, a causa do aperfeiçoamento e desenvolvimento quantitativo da política de aliciamento massivo de trabalhadores nas áreas do interior”¹⁵¹. Dessa forma, a diminuição dos roçados pode ser vista como repressão e mudança negativa. É importante ressaltar, contudo, que apesar da menção da moradia e do roçado como uma concessão, o trabalhador tanto em função de operário quanto de “gerência externa”¹⁵², tinha descontada de seu salário ou remuneração uma quantia referente ao aluguel.

As indústrias fazem parte dos elementos envolvidos na construção ou transformação de diversos núcleos urbanos no Brasil inteiro. “Aliando-se à concentração de população na cidade desenvolve-se uma produção industrial, criando um novo mercado de trabalho e, consequentemente, de produção e de consumo”¹⁵³. Dessa forma, o mercado imobiliário passa a ser uma forma atraente de investimento, com altas taxas de lucro¹⁵⁴. A vila operária, mesmo envolvendo também a rentabilidade do aluguel das casas, tem uma singularidade. A própria empresa detém a propriedade dos imóveis e terrenos da vila.

A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento medidor entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. Quando a casa é ofertada ao trabalhador ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca¹⁵⁵.

A vila vai ser uma maneira de fixar a mão-de-obra, e também discipliná-la. Os industriais vão recorrer a inúmeras “tecnologias de disciplinarização”¹⁵⁶ dentro e fora das fábricas. E do interior do espaço da produção ao percurso de volta à casa, penetram na habitação dos trabalhadores, “invadindo e procurando controlar até mesmo os momentos mais

¹⁵⁰ BLAY, op. cit. p.97.

¹⁵¹ LEITE LOPES, op. cit. p. 205.

¹⁵² Ibidem, p. 63.

¹⁵³ BLAY, op. cit. p.10.

¹⁵⁴ Ibidem, pp.10-11.

¹⁵⁵ BLAY, op. cit. p. 11.

¹⁵⁶ RAGO, op. cit. p.32.

inesperados de sua vida cotidiana”¹⁵⁷. A presença da empresa pode ser sentida em todo o percurso da fábrica para a moradia, ela inunda as ruas também, e toda a infraestrutura de manutenção da vida cotidiana dos moradores-operários. Em Paulista, a abrangência cada vez maior das propriedades da Companhia expande as possibilidades de investimento imobiliário, utilização de terras para agricultura, escoamento de mercadorias e, sem dúvida, controle, considerando-se limites do uso dos espaços do distrito.

O distrito acabaria tendo donos, os membros da família Lundgren. As propriedades da Companhia correspondiam ao próprio território de Paulista, e ainda iam muito além dele. A maioria seria utilizada, de alguma maneira, para dar suporte à produção industrial têxtil, seja na produção de lenha¹⁵⁸, ou como sítios cultivando gêneros alimentícios para o abastecimento da feira, e até como espaço manutenção de maquinário e locomotivas, como no caso da Usina Timbó, em Maricota. Esse poder, porém, ia além da posse territorial. Os interesses dos industriais eram manejados em torno da influência na cena política de Olinda, e também de Pernambuco.

Arthur Lundgren exerceu mandato de Deputado Estadual entre 1918 e 1930, passando pelos governos de Manoel Borba, José Bezerra, Sérgio Loreto e Estácio Coimbra. Foi no governo deste último que o industrial elaborou o projeto de desmembramento de Paulista do Município de Olinda, criando um novo município¹⁵⁹. A lei estadual nº 1931, de 11 de Setembro de 1928, sancionada com apoio do governador, então, oficializava a emancipação de Paulista. A lei ainda definia a nova configuração territorial, que favorecia os interesses dos Lundgren, deslocando suas propriedades para dentro da nova cidade¹⁶⁰.

O recorte desse novo município tem por critério principal a inclusão das propriedades da CTP em seu território, pois além do desmembramento dos antigos territórios dos distritos olindenses de Paulista, Canoas, Nobre e Conceição dar-se relativamente a Olinda, há também outros desmembramentos relativamente a outros municípios, como é o caso do distrito policial de Maricota, além dos engenhos Improviso e Regalado e a propriedade Pitanga do Inglês, desmembrados do município de Igarassu, e como é o caso do engenho Utinga, desmembrado do município de São Lourenço da Mata¹⁶¹.

¹⁵⁷ RAGO, op. cit., p. 32.

¹⁵⁸ Em Paulista a utilização de vasta área para a plantação de eucaliptos aparece com o propósito de produzir lenha de forma mais ampla, já que o Eucalipto é vegetação de reposição rápida. Cf. LEITE LOPES, op. cit. p. 101.; ALCANTARA, op. cit. p.48.

¹⁵⁹ GOES, op. cit. p. 169.

¹⁶⁰ Cf. LEITE LOPES, op. cit. p.202.

¹⁶¹ LEITE LOPES, op. cit. pp. 202-203; LEVINE, Robert. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.170.

As mudanças no cenário político brasileiro, a partir de 1930, contudo, modificaram essa definição administrativa. O Decreto de 25 de Novembro de 1930 subordinava, novamente, Paulista a Olinda, e devolvia os territórios aos devidos municípios de onde foram desmembrados, em 1928¹⁶². O decreto é assinado pelo Interventor Carlos de Lima Cavalcanti, pelo secretário de Justiça Arthur de Souza Marinho e por Edgar Teixeira Leite ¹⁶³. O “governo revolucionário”, contudo, fez mais que rebaixar Paulista a sua condição anterior de distrito de Olinda. Pelo que indica o Diário da Manhã, o prefeito de Olinda teria revogado as leis que “concediam isenção de impostos às casas de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, neste e nos povoados adjacentes, onde a firma Lundgren tem as suas fábricas de tecido, usinas, outras indústrias e agricultura” ¹⁶⁴.

A autonomia do município só foi recuperada em 1935, e mesmo após esse período, as interventorias, principalmente de Agamenon Magalhães, além de outros políticos, parecem ser uma oposição política aos Lundgren, embora seja uma oposição velada, devido ao poder econômico dos industriais. A data de 4 de setembro de 1935 vai ser considerada o momento de emancipação da cidade de Paulista, sendo celebrada até os dias atuais. A disposição territorial da lei de 1928 é reestabelecida na lei nº 11 de 1935, incluindo, além das áreas que fazem parte do atual território da cidade, o distrito de Maricota, hoje município de Abreu e Lima.

Dessa maneira, a partir de 1935, inicia-se a formação de um aparato administrativo municipal com sede na “Vila de Paulista”, onde estavam localizadas as fábricas. Entretanto, ele coincide com um momento de auge da Companhia de Tecidos Paulista e suas vilas operárias. Analisando a estrutura dessas vilas e da cidade de Paulista, além do cotidiano principalmente público dos seus habitantes, é possível perceber a quase inexistente separação entre a cidade enquanto unidade administrativa e a cidade-empresa. O município de Paulista é construído de uma propriedade, com os mesmos donos.

Utilizando-nos da terminologia de Marcel Roncayolo, pode-se dizer que os Lundgrens atuam como produtores do espaço¹⁶⁵. Paulista, ao ser descrita pelos que falavam da indústria têxtil, é mostrada como a obra de uma família de idealistas, com um modelo exemplar de produção têxtil e moradia operária. A construção de infraestrutura comparável a uma cidade¹⁶⁶ vai ser ponto relevante nessa imagem propagada de Paulista nesse período. No

¹⁶² LEITE LOPES, op. cit. p.203.

¹⁶³ **Diário de Pernambuco**. Recife, Janeiro de 1931.

¹⁶⁴ **Diário da Manhã**. Recife, 10 de Dezembro de 1930.

¹⁶⁵ PESAVENTO, op. cit. p.14.

¹⁶⁶ **Folha da Manhã**. Recife, 28 de janeiro de 1939.

entanto, o consumo do espaço e sua vivência cotidiana não podem ser separados das decisões dos que teriam poder para intervir, nem desconsiderados como uma maneira de modificar e criar lugares. Dessa forma, as diferentes paisagens e a dinâmica da vida no cotidiano público da cidade devem ser pensadas como uma disputa constante de apropriação, mesmo que silenciosa; uma confluência de fatores que tornam, não só Paulista, mas as cidades contemporâneas, um objeto diverso e fascinante.

3 AO SOM DOS APITOS E TAMANCOS: COTIDIANO E TRABALHO NA VILA OPERÁRIA DE PAULISTA.

3.1 Espacializações das relações de trabalho: a vila da Fábrica Velha e da Fábrica Aurora.

Muito pode ser dito de um lugar, e “a cidade que dizem possui grande parte do que é necessário para existir”¹⁶⁷. Sendo dita, é também nomeada. Uma única cidade pode ter vários nomes e alcunhas. Para Paulista, uma alcunha foi repetida ao longo dos anos, mesmo que nem sempre com o mesmo sentido. A “Cidade das Chaminés” ganha esse nome e essa imagem a partir das experiências e da ressignificação constante das memórias, em sua maioria construídas dos laços afetivos com essa cidade-fábrica, sendo ela, também, cidade dos eucaliptos, ou outras cidades que possam ser criadas no jogo incessante e irregular entre lembrar e esquecer, e também no instante de narrar. A evidente relação deste epíteto com as fábricas indica a importância da vida industrial na criação de imagens de Paulista. As chaminés podem, entretanto, ser símbolo de progresso, de opressão, ou até mesmo de poder. A dinâmica entre trabalho e vida fora dos muros da fábrica pode ressignificar esta simbologia.

A maneira como se vive Paulista e como ela se constrói, nesse período e também a partir do presente, dialoga com esse cotidiano de trabalho. Em alguns horários do dia, a cidade ecoava sons. O que era ouvido se tornaria muito mais que simples barulho ou ruído. Os sons recebem significados, marcam horas, representam momentos. A entrada e a saída das fábricas de Paulista são marcadas pelos sons de apitos e tamancos. “As fábrica apitando, as chaminés esfumaçando, a zoada do tamanco, o povo usava tamanco e sombrinha. Quando dava uma hora o trânsito interrompia as duas fábricas de um lado e de outro. Tudo de tamanco, só se ouvia pra, pra, pra, prá”¹⁶⁸. Estes sons podiam ser ouvidos no início e final de mais de um turno. As pessoas calçando tamancos e segurando suas sombrinhas saíam e entravam nas fábricas ao som do apito, e preenchiam as ruas de segunda a sábado.

A semana inglesa, regime de trabalho que diminuía os turnos do sábado ou encurtava a semana até a sexta-feira, só vai começar a ser instituída no Recife, a capital, no final da década de 1940¹⁶⁹. Em Paulista, na década de 1950, esse regime de trabalho ainda parece distante. Segundo Bernadete Serpa Lopes, que começa sua vida profissional ainda adolescente, por volta de 1950, algumas moças com familiares em Paulista visitavam a cidade aos sábados, pois trabalhavam no Recife com semana inglesa. A escritora relata que, dessa

¹⁶⁷ CALVINO, op. cit. p.65.

¹⁶⁸ Seu Bené, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

¹⁶⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 1949.

forma, ansiava por sair de sua terra natal para ter melhores condições e oportunidades de trabalho.



Fotografia 7 – Fotografia registrando o momento de saída dos operários da Fábrica Arthur. Na imagem é possível visualizar também o prédio da administração. Fonte: Revista Ilustração Brasileira, 1924. Imagem retirada de SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis:** a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.

O movimento das ruas, com as idas e vindas dos operários da CTP durante a semana, tinha, contudo, outro sentido aos sábados, pois era o dia do pagamento. Segundo ex-funcionário dos escritórios da Companhia: “era uma festa, o bairro cheio e o pessoal ia dando dinheiro à gente, a gente pegava o contra-cheque, e eles davam dinheiro à gente. Muita gente ia logo pra feira, a feira ficava... fazia suas compras da semana. Era uma festa aquele dia de pagamento”¹⁷⁰. No entanto, nos depoimentos, é possível perceber, principalmente dentre os envolvidos com a política sindical, a crítica aos baixos salários e à forma como a distribuição e controle da remuneração era feita pelos Lundgren. Segundo o ex-operário João Francisco, “tinha gente que não ganhava nem um salário mínimo, eles davam o que queriam e, se não aceitasse, eles mandavam dar um pisa, tinha capanga pra tudo, né? Então era uma desordem muito grande, a exploração era muito grande”¹⁷¹.

A relação mais evidente, interligando os dois âmbitos, o do trabalho e o do cotidiano nos horários fora da fábrica, está imbricada à vila operária. No início do século XX, a construção de moradias por uma empresa particular demandaria capital possível de ser gasto

¹⁷⁰ **Luiz Barros**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

¹⁷¹ **João Francisco**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

provavelmente apenas por grandes companhias. As moradias operárias não eram os únicos elementos compondo o núcleo fabril. As vilas operárias eram também constituídas por uma infraestrutura que, muitas vezes, visava à autonomia no funcionamento diário, ao isolamento dos trabalhadores e ao aparato de assistência social, que incluía também o lazer. Essa relação entre trabalho e moradia transpassaria e regularia o cotidiano operário dentro e fora das fábricas.

A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento medidor entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. Quando a casa é ofertada ao trabalhador ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca ¹⁷².

As facetas da relação entre trabalhadores e Companhia abrangem, dessa forma, âmbitos diversos das condições de vida, dos hábitos diários e da moradia, a qual tornava imobilizada a força de trabalho, tanto quanto fosse possível. O controle sobre as condições de vida construía uma relação específica com o viver em Paulista. A moradia e outros elementos cotidianos também poderiam ser elementos de pressão, além de terem uma ligação direta com a remuneração final dos trabalhadores.

As forças, desigualdades e pressões das fábricas se multifacetavam ainda mais em cada canto da cidade. No entanto, era comum a generalização dos trabalhadores industriais. Alguns recenseamentos, no Brasil, poderiam simplesmente reduzir a multiplicidade de tipos de operários à indicação de uma “condição operária” ¹⁷³. A diferenciação entre a mão-de-obra empregue em tipos de fábricas diferentes é apenas uma camada entre tantas. As etapas da produção e a divisão de tarefas em cada uma delas tornam-se mundos e redes de sociabilidade complexas e variadas. As empresas, inclusive, utilizam níveis de especialização e a hierarquia para diferenciar a distribuição, não só de remuneração, mas dos espaços da cidade. O morar, comer, beber, divertir-se são entrelaçados ao mundo das fábricas.

A Companhia de Tecidos Paulista, no final da década de 1930, apresentava-se como uma indústria com mecanismos modernos, mas dá-se ênfase especialmente às quatro estamparias, a primeira criada já em 1911¹⁷⁴. Sua produção ficaria em torno de 3.5000.000 metros mensais, quantidade que parece ser relevante. A CTP indica ter 8.400 operários, nesse período, “sem incluir os que se dedicam aos serviços de cortes de lenha e outros misteres de

¹⁷² BLAY, op. cit. p.11.

¹⁷³ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 16

¹⁷⁴ **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.2.

campo”¹⁷⁵. Dessa forma, pode-se destacar dessas informações que, Paulista, enquanto cidade com vilas operárias, ainda tinha parte de sua área rural destinada às atividades ligadas ao processo de fabricação de tecidos e manutenção das próprias vilas, e mantinha, além de operários, trabalhadores do campo.

É possível que os operários oriundos do período da administração anterior da Companhia e também os trabalhadores já residentes nos engenhos e sítios tenham permanecido nessas funções após a chegada dos Lundgrens. Entretanto, muitos outros chegaram, vindos de outros lugares, seja de forma “espontânea” ou intermediada por agentes recrutadores da própria empresa. Seguindo as etapas de introdução de novos trabalhadores, as famílias comuns iam para um mesmo local antes de serem distribuídas funções e, dessa maneira, também as casas ou terrenos que lhe cabiam ocupar.

As famílias recém-chegadas eram mantidas em um prédio chamado de Chalé 2, até que pelo menos parte dos seus membros fosse empregada pela Companhia de Tecidos Paulista, e, só quando saíam de lá, começavam a viver com os salários¹⁷⁶. Segundo Maria Rosilene Alvim Barbosa, “apesar de provisório, tal alojamento coletivo mostra aos trabalhadores recém-chegados a sua total dependência ao poder da administração da fábrica, desde à alimentação até à separação dos membros da família no alojamento”¹⁷⁷.

Posteriormente, os trabalhadores passariam por um momento de apresentação ao Coronel Frederico¹⁷⁸. A ex-tecelã Isabel descreve com detalhes essa “iniciação”. Em uma análise das mãos dos seus possíveis empregados, todos dispostos em fila, o Coronel Frederico “se era mão grossa, dizia é trabalhador [...]”. Mas a gente não tinha mão grossa, não, porque a gente já veio do interior para não trabalhar na cana, né, lá no campo. Mas passamos, todo mundo passou”¹⁷⁹. Apesar da ex-tecelã afirmar que esse processo era comum a todos, não é possível dimensionar a frequência dessa “cerimônia”. Contudo, deve-se atentar ao significado de uma forte presença dos industriais como figuras patriarcais e com controle da própria cidade.

Esse procedimento poderia ser vivenciado de diferentes formas, pois os futuros empregados da CTP tinham diversas origens. Alguns trabalhavam, anteriormente, em terras próprias, e outros poderiam ver naquela situação uma comparação positiva à situação anterior

¹⁷⁵ **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.2

¹⁷⁶ Alvim, op. cit. p.81.

¹⁷⁷ Ibidem, p.49.

¹⁷⁸ SANTOS FILHO, op. cit. p.27.

¹⁷⁹ **Isabel**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

à chegada em Paulista. No entanto, a manutenção da família reunida e empregada¹⁸⁰ parece ter sido um atrativo significativo para a decisão de considerar Paulista e sua vila operária como destino para um recomeço.

A lógica familiar, que se constitui como critério para o recrutamento e empregabilidade, abrange também a distribuição dos trabalhadores em casas. Após a maior parte de seus membros familiares terem sido aproveitados para diversas funções, a Companhia disponibilizava um imóvel de acordo com o nível dessas funções e o tamanho da família, a combinação de fatores como estes poderia resultar, também, em muitas pessoas vivendo em casas pequenas. Porém, segundo alguns trabalhadores, a utilização desse critério era ainda mais ampla. A remuneração era recebida, também, a partir de uma lógica familiar: o salário família¹⁸¹.

Os baixos salários individuais, além de indicarem o grau de exploração a que se encontravam submetidos os trabalhadores no tempo dos coronéis, apontam também para o fato de que ao aproveitar todos os membros da família aptos para o trabalho industrial – numa escala hierárquica que ia desde o trabalho menos qualificado, para os pontos extremos desse amplo leque de classes de idade que são as crianças e os velhos – “o sistema Paulista” condiciona a sobrevivência de seus trabalhadores individuais ao trabalho de toda a força de trabalho familiar¹⁸².

Dessa maneira, de uma única família, podia-se ver exercendo alguma atividade desde uma criança, provavelmente a partir dos 11 ou 12 anos, até os idosos, em diferentes condições físicas¹⁸³. Entretanto, alguns trabalhadores que tinham mais qualificação poderiam ser recrutados independentemente de suas famílias, apesar de constituírem número provavelmente muito menor. A escassez de trabalhadores para ocupar as funções especializadas, inclusive, encorajara diversos empresários do ramo industrial a construírem vilas como uma estratégia para fixar essa mão-de-obra¹⁸⁴. Em Paulista, lugar afastado da infraestrutura de uma cidade grande, essa necessidade de aproximar e fixar um quantitativo de mão-de-obra abrangia desde os trabalhadores mais especializados até os comuns.

Boa parte dos trabalhadores ingressava nas fábricas da Companhia para aprender alguma parte da produção. Esse aspecto é mencionado de forma positiva pelos ex-operários. A fábrica e os escritórios figuram como uma escola, principalmente para os menores que eram alocados nas fábricas. Esse caráter de aprendizagem parece envolver esse trabalho infantil

¹⁸⁰ Cf. ALVIM, op. cit.

¹⁸¹ Ibidem, pp. 83-84. Expressão utilizada pelos trabalhadores. Ibidem, pp. 83-84.

¹⁸² Ibidem, p. 84.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Cf. DECCA, op. cit.

com uma argumentação de defesa. Os Lundgren detinham, inclusive, o poder sobre a produção de documentos cartoriais em Paulista, o que, segundo Leite Lopes, possibilitaria produção de um “campo documental” próprio¹⁸⁵, no qual a idade de crianças poderia ser facilmente alterada. A fábrica, então, seria como uma escola que proveria uma profissão àquele membro da família. Não podemos esquecer, contudo, que o trabalho infantil era uma realidade comum, tanto aos que já haviam tido algum contato com o trabalho urbano quanto aos ex-trabalhadores rurais.

A Companhia de Tecidos Paulista, então, preparava, dentro da própria força de trabalho já fixada, parte de sua mão-de-obra especializada, e provavelmente com um custo bem menor para a empresa, além disso, a relação entre a moradia e o trabalho, possibilitava a manutenção dessa força de trabalho nas fábricas da Companhia. A Vila de Paulista era mais que casas; era composta de uma estrutura próxima de uma cidade inteira, porém, uma cidade que estabelecia suas territorialidades baseadas no poder disciplinar exercido pelos patrões e na hierarquia que saía das fábricas, marcando fronteiras nas ruas, clubes, casas, praças.

A ocupação do espaço se dava “de acordo com critérios estabelecidos na organização do processo produtivo”¹⁸⁶. Embora vivessem no mesmo lugar, os trabalhadores mais especializados poderiam receber casas mais bem localizadas e espaçosas, e estrangeiros, tanto em funções administrativas quanto relacionadas à manutenção das máquinas importadas, tinham tratamento ainda mais privilegiado. Enquanto os operários comuns, que eram alocados para as vilas da Companhia, viviam com sua família numerosa em casas estreitas e pequenas, uma área composta de grandes chalés era destinada aos dirigentes. Uma dessas áreas, um pouco mais distante das fábricas, era o Alto do Sumaré. As casas de mais de um andar, e que não eram geminadas umas nas outras, comparadas à simples fileira de casas, reificam a desigualdade de experiências e condições de vida dos diversos empregados da Companhia.

Dentre as casas maiores e também dentre as mais simples, mais de um tipo pode ser encontrado. As casas de alvenaria podiam ter menos ou mais quartos, e podiam ser mais bem localizadas. Outros trabalhadores ainda moravam nas chamadas casas de taipas ou mocambos. Entretanto, apesar de ser apontado, nas primeiras décadas do século XX, como forma menos higiênica de moradia, o mocambo poderia ser a preferência de alguns moradores de Paulista. Além de serem isoladas e próximas de algum roçado, as casas de taipa custavam menos para o trabalhador da Companhia de Tecidos Paulista.

¹⁸⁵ LEITE LOPES, op. cit. p.60.

¹⁸⁶ RAGO, op. cit. p.245.

Se era uma família grande ganhava uma casa de três quartos. Se era menor, dois quartos e até de um quarto. E tinha mocambo. No tempo, eu ainda morei em mocambo, no Alto do Céu era casa de taipa, coberta de palha. Era mocambo mesmo. E aí o povo preferia que era mais barato, e as casa de alvenaria eram mais caras¹⁸⁷.

Além de configurarem-se com maior custo para os operários comuns, as casas de alvenaria não se encontravam próximas às faixas de terra chamadas de roçado, onde alguns trabalhadores cultivavam gêneros alimentícios para subsistência ou para comercializar na feira da Companhia. As moradias de “pedra e cal” geminadas deveriam, também, ser pintadas sempre da mesma cor. No entanto, alguns trabalhadores poderiam sentir a necessidade de distinguir e embelezá-las, de alguma forma. Burlando algumas regras, era possível conseguir cores diferentes, e até mesmo alguns desenhos decorativos¹⁸⁸.



Fotografia 8 – Alto do Sumaré. Conhecida como a vila dos dirigentes alemães da Companhia de Tecidos Paulista, s/d. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura do Município de Paulista.



Fotografia 9 – Rua próxima à Fábrica Arthur, no bairro do Nobre, s/d. Fonte: Acervo pessoal de José Sérgio Leite Lopes.

No entanto, não só a forma simboliza o lugar social dentro da vila operária. Segundo Laurita Alcântara, “as casas da Vila Fabril, como as antigas, não tinham saneamento básico. A água era tirada de cacimbas ou da levada de água de beber (desviada do rio Paratibe), com vigilância mantida pela CTP em cada quarteirão”¹⁸⁹. A energia e o saneamento não chegavam

¹⁸⁷ Isabel, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

¹⁸⁸ Bernadete Gomes Serpa Lopes, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

¹⁸⁹ ALCANTARA, op. cit. p. 58.

a todo lugar. Apesar de a Companhia referir-se a Paulista como uma Vila Higiênica, nem todas as casas e partes da vila correspondiam ao modelo descrito em relatórios e propagandas.

Nas casas mais simples, os aparelhos sanitários estavam localizados em quatinhos no quintal, e, em alguns lugares, era de uso coletivo para as famílias¹⁹⁰. A presença de mais de uma família na mesma residência, afastando-se do prometido, ocorria em alguns casos, e gerava descontentamento¹⁹¹. “A luz só tinha na casa dos alemães porque a nossa energia era a própria fábrica. A casa dos operários era candeeiro. Queimava-se carvão”¹⁹². O ex-cozinheiro da família Lundgren menciona o carvão como a principal fonte de energia da residência dos operários. A lenha e o carvão, em períodos de racionamento, como a Segunda Guerra Mundial, tinham o acesso ainda mais controlado, afetando principalmente esses moradores mais pobres.

Mesmo fora de períodos em que se demandava racionamento, o fornecimento de água, através da levada d’água, era controlado e vigiado. Além de Laurita Alcântara, que descreve o uso da levada e destaca sua importância no cotidiano destes trabalhadores mais simples, os ex-operários também o fazem. Ao buscarmos as ruas do município de Paulista, ainda iremos encontrar a “Rua da Levada”, no bairro do Centro. Amaro Poeta ressalta a constante vigilância dessa fonte de água, pois a Levada não abastecia apenas os trabalhadores da vila, mas a própria fábrica e a Casa Grande, de água e energia¹⁹³.

Amaro Poeta diz que a água era desviada do Rio Paratibe através de um sangradouro próximo ao seminário Santo Antônio, no atual bairro de Jardim Paulista, e “passava por dentro da fábrica Aurora, atravessava a rua do Cajueiro, rua da Levada e rua do algeroz, em frente ao Fórum, atravessava toda a fábrica Arthur Lundgren e desaguava no Rio Paratibe”¹⁹⁴. A Levada pode ser tratada como um elemento nostálgico. A poesia de Amaro sobre esse curso de água que abastecia a vila operária recebe o nome de “Saudosa Levada”.

A manutenção da infraestrutura da vila operária estava, então, atrelada aos mandos e vigilância da Companhia de Tecidos Paulista. A função designada no trabalho e a própria relação de vigilância dos “superiores” estava entrelaçada à ocupação do espaço da cidade, não só como uma separação estática do espaço, mas na construção de territórios, fronteiras e na criação de lugares significativos para a sociabilidade dos moradores. A cidade se constrói nessa espacialização das relações dentro e fora das fábricas.

¹⁹⁰ ALCANTARA, op. cit. p. 58-59.

¹⁹¹ LEITE LOPES, op. cit. p.240.

¹⁹² **Seu Bené**, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

¹⁹³ **Rosália**, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

¹⁹⁴ POETA, op. cit. p.72.

Além da vigilância, a CTP se valia de um abrangente aparato de assistência social, o qual reforçava ainda mais o aspecto paternalista que se inscreve, para boa parte dos trabalhadores, desde a vinda para Paulista, perpassando a introdução no ambiente de trabalho até os mínimos detalhes da vida cotidiana. E, dessa forma, os “pequenos territórios da vida cotidiana”¹⁹⁵ deveriam ser controlados e guiados pelo aparato montado para abrigar, separar, controlar e fixar a mão-de-obra necessária para o funcionamento das fábricas e de toda a vila operária. A rígida fiscalização, contudo, não impossibilitava a abertura de brechas em torno dos diversos regulamentos e cerceamentos diários. Os elementos que compõem a disciplina operária, incluindo a assistência social, são construídos no entrelaçamento e movimento de diversos fatores.

3.2 Assistência Social e os Lugares da Cidade

O aparato montado pelas empresas com a implantação das vilas operárias também era utilizado enquanto pressão para inibir e reprimir discordâncias e exigências por parte dos seus operários, quebrando a “resistência dos trabalhadores, pressionando no sentido de evitar a emergência dos movimentos grevistas com a ameaça poderosa de despejo e de demissão”¹⁹⁶. A partir das aparentes “concessões” – como escola, moradia, assistência médica, etc., “o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante”¹⁹⁷. Nesse sentido, as vilas operárias foram pensadas como uma forma de concentrar a mão-de-obra próxima aos núcleos industriais, no entanto, também como ambiente propício para a aplicação dos projetos e técnicas de controle sanitário e social.

Ao falarem de controle, disciplinarização e assistência social, no Brasil das primeiras décadas do século XX, Maria Auxiliadora Guzzo Decca e Margaret Rago transitam entre as ações do Estado e do setor privado, geralmente ressaltando o embasamento dessas no saber científico médico-higienista. Nas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, trabalhadas pelas autoras, são inúmeros os setores que se envolvem no controle do cotidiano operário, incluindo organizações operárias, e também o poder público tem considerável parte nessa trama. Em Paulista, a presença do Estado parece tênue e quase inexistente, principalmente na primeira metade do século passado, apesar de, assim como em outros lugares, o setor público apoiar e incentivar as iniciativas privadas.

¹⁹⁵ RAGO, op.cit. p.26.

¹⁹⁶ Ibidem, p.244.

¹⁹⁷ Ibidem, p.53.

Os poderes públicos, municipais e estaduais facilitaram durante todo o período um investimento seguro do capital no negócio da habitação popular e operária, garantindo um retorno altamente lucrativo, limitando os juros para o capital investido na construção de ‘casas populares’. Os ‘investidores’ faziam dos aluguéis um alto negócio¹⁹⁸.

As casas onde os operários e outros trabalhadores eram alocados, não sendo gratuitas para os seus moradores, porém de baixo custo para os empresários, transformavam-se, com a ajuda do Estado, em um bônus atrelado ao interesse disciplinar e logístico para o funcionamento das fábricas. Esse incentivo é dado aos donos da Companhia de Tecidos Paulista¹⁹⁹, em forma de incentivo fiscal, facilitando a construção das vilas e aumentando o lucro da CTP com a moradia operária.

Excetuando-se algumas intervenções, entre 1930 a 1945, e ações de representações classistas, a empresa se faz mais atuante no controle do cotidiano dos trabalhadores, mantendo constantemente, em seus períodos de auge, os elementos disciplinares. Entretanto, muitas vezes agindo em disparidade com o poder público do Estado e também municipal, mesmo esse último tendo sido seu espaço de poder, tanto na sua própria formação com o processo de autonomia política de Olinda, quanto em diversos momentos de sua administração.

Boa parte da contribuição do município e das propriedades continuou sendo dos Lundgrens, independentemente de algumas desapropriações de prédios por Agamenon Magalhães²⁰⁰ durante o Estado Novo (1937-1945), já após a emancipação do município, e da desapropriação da área que viria a ser a Vila Torres Galvão, no final da década de 1940, e com a entrada de outras indústrias no cenário de Paulista e no distrito de Abreu e Lima. A produção do espaço urbano, no entanto, vai além de estruturação de uma forma física, abrange também o próprio controle sobre as espacializações das relações sociais, em que elas mesmas constroem os espaços e lugares da cidade; abarca, ainda, a relação entre a organização de uma estrutura social direcionada para a produção disciplinada e a manutenção de um controle social.

A Companhia de Tecidos Paulista, além de seu aparato físico, com duas plantas fabris, com núcleos de habitação próximos de cada uma, propriedades rurais e seu transporte de cargas, valia-se, também, de uma estrutura social. Através de ‘concessões’ – escola, vilas operárias, assistência médica, etc., “o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais

¹⁹⁸ DECCA, op. cit. p. 58.

¹⁹⁹ No cap 1 deste trabalho, foi mencionada a retirada da isenção de impostos, juntamente com a revogação da emancipação do município, em 1930, com o “governo revolucionário”. Cf. Diário da Manhã. Recife, Dezembro de 1930. No entanto, com a emancipação definitiva, em 1935, os privilégios já haviam sido recuperados.

²⁰⁰ LEITE LOPES, op. cit. p.468-470.

consistente, sistemático e globalizante”²⁰¹. A demonstração de poder poderia começar desde os primeiros contatos com a CTP, como o recrutamento, experimentado por boa parte dos operários, ou como a distribuição nos espaços de moradia, e abrangendo toda uma gama de disciplinas pontuais no cotidiano.

As disciplinas pontuais se exercem de forma coercitiva, direta, visível, fazendo-se sentir pela compulsão de prender o trabalhador no interior das ‘prisões domiciliares’, embora também indireta e sutilmente, através da instalação, no seu interior, de todo um equipamento coletivo para preencher necessidades básicas²⁰².

Esse equipamento coletivo foi descrito pela Companhia de Tecidos Paulista em momentos diversos, mas trazendo informações similares. O documento intitulado “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”, de 1939, componente do acervo de Agamenon Magalhães no CPDOC-FVGV, que descreve a fundação, as modificações e a situação de diversos elementos do funcionamento das fábricas e da vila operária, parece ser o mais completo e detalhado. Além de reafirmar a representação de Herman Lundgren como um idealizador, o texto indica a incorporação da política higienista no discurso da CTP. O restante do documento descreve o aparato que estaria disponível aos empregados da empresa, colocando como ponto norteador aumentar sua capacidade produtiva.

Nas mudanças na produção industrial, em curso nas primeiras décadas do século XX no Brasil, já se teria constituído, gradualmente, em torno dos trabalhadores urbanos, “uma vasta empresa de moralização”²⁰³ direcionada para a formação de uma nova figura do trabalhador, e de um novo modelo de comportamento. Dentre diversos discursos sobre a vida e o corpo dos trabalhadores, e sobre o futuro da nação, “os industriais procuram convencer a sociedade da necessidade vital do aumento da produtividade do trabalho para construir a riqueza da nação por esses homens, mulheres e crianças que deveriam submeter-se sem nenhuma objeção”²⁰⁴. E a estrutura que possibilita esse aumento produtivo se relacionava aos hábitos higiênicos, tanto físicos quanto morais, organizando e compartimentando a vida dos trabalhadores.

A estrutura apresentada pela CTP no documento mencionado abrange diversos âmbitos da vida cotidiana dos seus operários, principalmente sua vida pública na vila operária. Além das medidas assistencialistas, a postura paternalista dos patrões e a aliança com a Igreja se tornam estratégias adotadas pelos industriais de Paulista, Frederico e Arthur Lundgren,

²⁰¹ RAGO, op. cit. p.53.

²⁰² RAGO, op. cit. p.246.

²⁰³ Ibidem, p.24.

²⁰⁴ Ibidem, p.33.

filhos de Herman e administradores dos negócios da família na primeira metade do século XX. A “iniciação”, pela qual teriam passado parte dos trabalhadores, seria mais uma parte dessa estratégia de controle e dominação paternalista do operariado da Companhia de Tecidos Paulista. Dessa maneira, o que é fornecido pela Companhia mediante pagamento é muitas vezes confundido com bondade ou simpatia dos patrões pelos trabalhadores. O paternalismo é altamente explorador, pois, nessa perspectiva, “para o pobre, basta uma casa despojada de conforto, porém, de preferência, higiênica, para evitar epidemias que vão vitimar outras classes de moradores urbanos”²⁰⁵.

A assistência social e religiosa ao operariado, diversões e cultura física, educação e ensino técnico profissional, habitações e terras para cultivo, assim como saneamento e saúde pública, são os tópicos que dizem respeito aos trabalhadores na “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”. “O documento nos oferece uma dimensão que vai além da estrutura e funcionamento do empreendimento, ao abranger, também, dados referentes ao poder da família em diversas áreas da sociedade local”²⁰⁶. A Companhia de Tecidos Paulista buscava administrar todo o cotidiano e vida social dos trabalhadores.

A descrição não revela, porém, como as ações eram impostas pela família com o intuito de ampliar seu poder sobre os trabalhadores; nem como estes eram estimulados a interiorizar regras morais e comportamentais ligadas ao trabalho. “Também não aborda os conflitos que decorriam de tal situação”²⁰⁷.

As casas de alvenaria, para manter a boa saúde do operário, eram muito mais caras aos trabalhadores que os mocambos. As compras de roupas nas lojas varejistas da empresa eram descontadas do salário, assim como os gastos na farmácia. E o aparato de assistência ao operário, como no âmbito da saúde, nem sempre seguia os números e eficiência apresentados em documentos como este, os quais são favoráveis à empresa.

A construção do texto da “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista” provavelmente esteve relacionada a exigências governamentais, pois, referente ao mesmo ano, encontra-se documento semelhante sobre a Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana²⁰⁸. Dessa forma, as descrições podem utilizar dados que abriçam as ações da Companhia de Tecidos Paulista frente ao Governo, mas que possivelmente não demonstravam

²⁰⁵ BLAY, op. cit. p.108.

²⁰⁶ LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o Anti-semitismo e a Questão Alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Doutorado, UFPE-CFCH, Recife, 2005. Orientador: prof. Dr. Antonio Torres Montenegro. p.146

²⁰⁷ Ibidem p.147

²⁰⁸ Exposição da Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana (Pernambuco) sobre a "Fábrica de Fiação e Tecidos de Goiana". Goiana, 1939. (AGM c 1939.02.02).

a mesma eficácia no dia a dia da vila. Rebatendo afirmações do Jornal Pequeno, favorável à administração da empresa, um operário comenta sobre o hospital de Paulista no Diário da Manhã, em 1930:

Hospital de isolamento houve em alguns anos para os variolosos, porém a Cia. extinguiu-os a título de economia e, hoje, os variolosos são tratados em suas casas. Felizmente, os casos que aparecem são benévolos. Assistência, há um carro para conduzir doentes aos hospitais do Recife, e isso para não tornar público, quando o doente baixar, vítima de acidentes nos trabalhos da fábrica ²⁰⁹.



Fotografia 10 – Carro usado como ambulância, s/d. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura.

A Companhia, em 1939, menciona que o hospital de doenças infectocontagiosas não funciona, pois “o estado sanitário local é tão bom, no momento, que o hospital está fechado por falta de doentes” ²¹⁰. A CTP ainda indica a presença de 13 médicos residentes chefiando 03 postos clínicos ²¹¹. No entanto, em 1937, o relatório da fábrica também contrastava com esse cenário impecável da saúde operária. Segundo José Sérgio Leite Lopes,

[...] apesar de um aumento do “corpo médico” à disposição da fábrica para três médicos e um dentista, a CTP tem que fazer face às epidemias que proliferam localmente, no terreno propício dos corpos operários submetidos ao sobre-esforço das longas jornadas de trabalho e de uma fraca alimentação,

²⁰⁹ **Diário da Manhã**. Recife, 11 de Dezembro de 1930.

²¹⁰ **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.2.

²¹¹ **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.2.

limitada pelo nível salarial, providenciando a “construção de novo hospital de isolamento para casos de doenças infecciosas” ²¹².

Entre a busca por fazer funcionar um hospital em 1937, alegando a crítica condição de saúde da população, a Companhia de Tecidos Paulista passa a descrever, apenas dois anos depois, uma situação extremamente diferente, apesar de pouco ter sido modificado no modo de vida dos trabalhadores, incluindo as condições de trabalho. No livro do ex-operário Santos Filho, contudo, uma parte é reservada a falar da velha Farmácia Paulista. O mesmo ocorre no livro “A vida na minha aldeia”, de Bernadete Gomes Serpa Lopes. O autor destaca o caráter farmacêutico do cuidado com as doenças na cidade. “O farmacêutico era substituto do médico; ele quem prescrevia alguns remédios quando aquele não era encontrado” ²¹³.



Fotografia 11 – Farmácia Paulista. Localizada à direita, na rua dos Chalés. Fonte: acervo de José Benigno do Amaral. s/d. Retirada de SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis:** a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.

A ausência de maiores detalhes, ou a pouca menção sobre os postos de saúde, contrastam com o destaque dado à farmácia. Essa ênfase na farmácia pode indicar a disparidade entre o descrito pela empresa e a aplicação dessas medidas de assistência médica, mas, também, uma relativização da presença da CTP no cotidiano dos trabalhadores, mesmo existindo a necessidade de prestar contas dos débitos com remédios. O lugar ocupado pela Farmácia Paulista vai além dos cuidados médicos, assume o papel de espaço de sociabilidade,

²¹² LEIPE LOPES, op. cit. p. p.171.

²¹³ LOPES, op. cit. p.40.

muito mais próximo do dia-a-dia, sendo o farmacêutico, provavelmente, figura mais familiar aos operários que os médicos mencionados.

Na velha farmácia do ‘seu’ Araújo, situada à rua do Comércio esquina da antiga rua da Matinha, era o ponto preferido para encontros e palestras de certos amigos. Habitualmente, no fim de cada tarde, eles ali se encontravam e sentados nas cadeiras postadas à calçada da frente, conversavam até certa hora da noite. Normalmente as palestras giravam em torno das novidades locais inclusive sobre política e administração municipal, como também se falava da vida alheia. E não faltavam as anedotas e piadas sempre entrecortadas de estrepitosas gargalhadas²¹⁴.

A assistência médica com mais ênfase, mas também outras formas de “benefícios” aos trabalhadores teriam sido amplamente abordadas pela Companhia a partir de 1930. A inclusão dos “benefícios sociais” em documentos como a “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista” e os relatórios aos acionistas “parece estar relacionada à necessidade de legitimação perante a aparição da legislação trabalhista e previdenciária e aos conflitos sociais que ocorrem, seja em escala nacional, seja em escala local”²¹⁵. Após diversos conflitos internos, como a tentativa de formação do primeiro sindicato dos tecelões, em 1932, o relatório de 1934 aborda a assistência aos operários, afirmando que:

Vivemos durante o ano na mais perfeita harmonia com nossos operários, e a Companhia continua a fornecer grátis aos seus operários exames de médico, assistência farmacêutica, hospitalar, escolas e funerários, bem como as diversões necessárias para manter a saúde corporal e espiritual²¹⁶.

Na década de 1940, existem disputas pela assistência social, envolvendo a CTP e um sindicato já formado e atuante. Na área da saúde, a inauguração da Policlínica Anna Elizabeth Lundgren, em 1950, faz parte desse embate. O projeto da policlínica pretendia ofuscar as discussões e projetos pensados pelos líderes sindicais, os quais apontavam os constantes problemas na área da saúde pública em Paulista. Segundo José Sérgio Leite Lopes, em 1944, uma assembleia geral extraordinária do sindicato, após a morte de uma moça de dezesseis anos por falta de médicos para realizar seu parto, tentava deliberar uma proposta para ““elevação das mensalidades do sindicato para a execução de seus objetivos e das obras projetadas””²¹⁷. Dessa forma, a policlínica é mais uma tentativa de manter o monopólio sobre

²¹⁴ SANTOS FILHO, op. cit. p.31.

²¹⁵ LEITE LOPES, op. cit. p.170.

²¹⁶ Relatório aos acionistas, 1943 apud LEITE LOPES, op. cit. p.170.

²¹⁷ LEITE LOPES, op. cit. p.173.

a assistência ao operariado, que continuava dependente e enroscada na estrutura montada pela Companhia²¹⁸.



Fotografia 12 – Policlínica Anna Elizabeth, s/d. Fonte: acervo de José Benigno do Amaral. Retirada de SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis:** a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.

Dentre as outras medidas de assistência aos trabalhadores listadas em “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”, a educação e o ensino profissional formal são pouco mencionados pelos trabalhadores que desempenharam suas funções entre 1930-1950²¹⁹, o que pode indicar uma carência do ensino básico. No livro de Bernadete Lopes, porém, deu-se bastante espaço para as lembranças relacionadas ao Grupo Escolar Dantas Barreto. No entanto, o grupo escolar inaugurado em 1944 teria sido uma ação encabeçada pelo poder municipal, com o prefeito “Capitão José Primo de Oliveira”²²⁰, nomeado pelo governo estado-novista.

Ao passo em que Bernadete menciona o Grupo Escolar Dantas Barreto e seus estudos, a autora também demonstra ter posição diferenciada em comparação a outras crianças

²¹⁸ LEITE LOPES, op. cit. p. 174.

²¹⁹ No período posterior o SESI é mencionado, contudo, a aprendizagem na prática parece ser vista de forma positiva pelos trabalhadores.

²²⁰ Bernadete Gomes Serpa Lopes, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante. p. 108

moradoras da vila operária na época, uma vez que era filha de funcionários do escritório e teve condições de adiar a entrada no mundo do trabalho e alfabetizar-se. Era comum, no entanto, a ocupação do tempo dos jovens com o trabalho fabril. A atividade de aprendiz parece ter sido largamente difundida, fazendo com que inúmeras crianças e adolescentes fossem empregados, mesmo com o surgimento da proibição para os menores de 14 anos. Proibição driblada, assim como a aplicação de diversas leis trabalhistas, fortalecendo-se a ideia de trabalho para todos da família, e provavelmente seguindo a tendência de moralização através do trabalho. Segundo a administração da Companhia de Tecidos Paulista, existiam

Vários cursos de profissões. Quando a empresa contrata técnicos europeus estipula a condição de que sejam ensinados todos os cursos com absoluta amplitude, a fim de serem devidamente instruídos os técnicos nacionais. Paulista, é, hoje, um grande centro de técnicos nacionais em diversas profissões, tanto assim que o coeficiente de especialistas estrangeiros é atualmente muito reduzido²²¹.

A “Exposição” não apresenta, contudo, um número estimado de estrangeiros ainda residentes de Paulista. A quantidade relevante de alemães, em especial, vai ser, inclusive, alvo de investigações e críticas durante os anos subsequentes, período em que ocorre a Segunda Guerra Mundial²²², acentuando algumas das divergências políticas envolvendo a família Lundgren, que já se apresentavam anteriormente. Entretanto, a educação profissional mencionada como um curso, provavelmente se dava no desenrolar das atividades fabris, pelo que indica a fala de alguns trabalhadores²²³. Em período posterior, o SESI²²⁴ teria sido inaugurado, em Paulista, a partir da necessidade de uma melhor formação e especialização da mão-de-obra local.

Entre a moradia e a saúde estavam as medidas de saneamento e saúde pública. Apesar de ex-operários, como Amaro Poeta, e outros moradores atuais, como Laurita Alcântara e Bernadete, afirmarem que o saneamento era precário, sendo mais bem estruturado de acordo com o status da função dos moradores nas etapas produtivas, o texto de 1939 afirma que existia um projeto de saneamento de Jaguaribe, região próxima das vilas e do rio Timbó, além de outros tantos sendo avaliados. Também é mencionado “o serviço especial de guardas contratados pela Fundação Rockefeller para a completa higienização da vila”²²⁵. O

²²¹ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista (AGM c 1939.02.00/3). p.4.

²²² CF LEWIS, op. cit.

²²³ João Francisco, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.; Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²²⁴ Folha da Manhã. Recife, 15 de Maio de 1949.

²²⁵ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.4.

saneamento e a manutenção da vila eram, também, utilizados como justificativa para o alto custo das vilas, mesmo após o período de construções das casas, na década de 1950²²⁶.

Vila operária – a esta parte do nosso patrimônio continuávamos dedicando todo o nosso zelo, providenciando reparos necessários, tanto nas casas, quanto nas instalações de água potável, esgotos e luz que continuam sendo custeados por esta companhia, com a única finalidade de oferecer higiene e conforto à massa laboriosa do nosso operariado e evitar que as causas, dependentes da nossa vontade, possam aumentar o número já apreciável de pessoas doentes que afluem aos Institutos de Previdência²²⁷.

O aproveitamento de terras para a produção de alimentos para ajudar no custeio da mão-de-obra, e ainda para abastecimento de uma feira, também fazem parte, em 1939, dos benefícios listados pela CTP para os seus trabalhadores. Menciona-se que tal medida buscava resolver o “problema da carestia da vida no extenso parque industrial”²²⁸, no entanto, a própria carestia advinha da remuneração ínfima e das diversas cobranças, já descontadas dos salários, por outros “benefícios”, como os remédios da farmácia, as roupas e os tecidos, os aluguéis de casas ou terrenos para os mocambos, e, inclusive, procedimentos na Policlínica Anna Elizabeth, inaugurada em período posterior ao documento de 1939.

Assim como a construção da policlínica pretendia reafirmar o poder e o monopólio da Companhia sobre a vida na cidade de Paulista, o projeto e inauguração da Igreja Santa Elizabeth, que posteriormente recebe o nome de Igreja de Santa Isabel, representa a tutela dos Lundgren junto à religião católica em Paulista, e uma demonstração de poder, em um momento de contestações, em sua maioria, advindas de lideranças sindicais. A religião e outras ocupações fora dos muros da fábrica, situadas principalmente nos espaços públicos da vila, recebiam bastante atenção da administração da empresa. O controle sobre os “divertimentos” embasava-se na mesma concepção de direcionamento dos pobres para a manutenção de uma vida higiênica e saudável.

Entrecruzando-se em experiências e expectativas, passando por diversos lugares sociais, a relação que os moradores de Paulista estabelecem com o espaço urbano da cidade, e na própria construção desse espaço, simultaneamente, se estabelece em meio à constante presença, muitas vezes invisível, das regras e símbolos da Companhia e dos seus coronéis. Entretanto, os espaços de sociabilidade e as experiências cotidianas são também espontâneos, estão susceptíveis ao inesperado, à subjetividade de tantas pessoas. As políticas assistencialistas ocupam diversos lugares; dependendo da relação com a cidade e com as

²²⁶ LEITE LOPES, op. cit. p.172.

²²⁷ Relatório aos acionistas, 1951 apud Leite Lopes, op. cit. p.172.

²²⁸ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p. 6.

fábricas, são forjadas em diferentes moldes. Os ex-operários mais contestadores podem vê-las com ressalva, ou em tempos de aparente crise, como é o caso do período em que José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim realizam suas pesquisas de doutorado (década de 1970), como elemento nostálgico.

Os trabalhadores que chegam a um novo lugar carregam as experiências construídas anteriormente, e vão entrelaçando novas, juntamente com suas expectativas. A cidade a que se direcionam nunca está pronta, ela é espaço vivo, e vive nas práticas e em suas representações, transpassadas em diversos tempos, rememoradas e exploradas com outros olhos. A análise da vida cotidiana de Paulista, durante o final da primeira metade do século XX, pode abrir possibilidades para pensar a relação complexa de uma população com sua cidade em construção, transbordando limites e fronteiras tanto visíveis quanto invisíveis.

3.3 A vida fora das fábricas: o cotidiano público entre sociabilidade e lazer.

Às cinco horas da tarde da véspera de Natal, por volta do ano de 1938, as pessoas começavam a se reunir no recém-inaugurado campo do “Paulistano”. O espaço tinha enfeites para todo lado, e a multidão se movimentava entre as várias opções de diversão: “barracas de prendas, sorteios, jogos”²²⁹. A banda animava os convidados, que paravam a festa apenas para prestar atenção à Missa do Galo. As comemorações no Paulistano repetir-se-iam durante anos. Momento de encontro, paquera e celebração, as festas de fim de ano ocupavam lugar de destaque no calendário comemorativo da vila. Um dos instantes de pausa na rotina rígida, com apenas um dia de descanso semanal, além das poucas horas após o trabalho cansativo nas fábricas da Companhia de Tecidos Paulista.

Essa rotina rígida, intercalada com dias específicos de descanso, pode ser pensada, em âmbito mais amplo, como mudanças na relação com o trabalho e com o próprio tempo. Os apitos marcam o início do expediente, os tamancos estalando apressados no chão indicam uma aceleração²³⁰. E, ao final de cada turno, podia-se ter até mesmo a sensação de liberdade. “Enquanto trabalhava não tinha essa liberdade toda não, mas quando a gente saía do trabalho, largava do trabalho era livre”²³¹. A descrição que a ex-tecelã faz da vida fora dos muros da fábrica, neste trecho, separa o trabalho de um momento possivelmente livre. Esse tempo

²²⁹ SANTOS FILHO, op. cit. p.47.

²³⁰ “As fábricas apitando, a chaminé esfumaçando, a zoadá do tamanco. O povo usava tamanco e sombrinha. Quando dava uma hora o trânsito interrompia. As duas fábricas de um lado e de outro”. Seu Bené, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

²³¹ Isabel, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

“livre”, hoje, chamamos comumente de lazer. Entretanto, tanto essa denominação quanto sua qualificação de um tempo de liberdade, ou de não-trabalho, não podem ser tomadas sem discussão.

A humanidade²³² já teria buscado constantemente formas de diversão, tão integrantes de seu cotidiano quanto as formas de trabalho, religiosidade e constituição familiar. Contudo, para Victor A. de Melo, essa busca não significa a existência do que se chama hoje de lazer. Com o advento da implantação do modelo de produção fabril e de organização do trabalho em fábricas, no final do século XVIII, “se artificializou o tempo de não trabalho, e foi nesse processo típico da modernidade que surgiu o que hoje definimos como lazer”²³³.

Essa mudança na relação com o trabalho e o tempo do não-trabalho provavelmente tem espaço na organização do trabalho livre e fabril, no Brasil dos séculos XIX e XX. A associação do lazer a um tempo de não-trabalho é utilizada inicialmente por Vitor Andrade de Melo, entretanto, é posteriormente feita uma ressalva acerca do termo: a artificialização de um tempo que deveria ser de descanso e recuperação para a continuidade da labuta não significa que, principalmente os indivíduos mais pobres, não utilizassem esse tempo com tarefas domésticas ou atividades que complementariam a renda e o sustento familiar²³⁴.

Ao novo modelo de trabalho com rotina rígida e bem definida, entrecruza-se a tentativa de enquadrar as camadas populares em um novo modelo de trabalho, e, ao mesmo tempo, imbrica-se a isso os inícios de organização e reivindicações de direitos pelas camadas populares, que poderiam colocar em risco o sistema que estava sendo construído²³⁵. Dessa forma, percebe-se que abordar o lazer apenas como um projeto burguês poderia polarizar ou simplificar esse elemento do cotidiano dos trabalhadores industriais, o qual vai se estender à organização do trabalho moderno. Deve ser considerada a simultaneidade das ações dos diversos atores envolvidos. Não podemos tomar a noção de lazer ou a artificialização do tempo de “não-trabalho” como um projeto pronto que apenas foi aplicado a uma realidade externa. A construção dessas práticas envolve as singularidades e a dinâmica múltipla do tempo.

A forte resistência popular acabou influenciando os projetos de controle das classes dominantes: se os projetos originais não obtinham sucesso completo,

²³² Apesar de iniciar o livro falando em termos gerais da humanidade, o livro do autor centra a análise do que chama por tempo do não-trabalho, diversão ou lazer nas sociedades ocidentais, buscando na Grécia, Roma antigas e posteriormente Europa Medieval e Moderna os elementos direcionados ao lazer, enquanto prática e campo de pesquisa, no Brasil.

²³³ MELO, Victor Andrade de. Introdução ao Lazer. Barueri, SP: Manole, 2003.p.6

²³⁴ Ibidem, p.20.

²³⁵ Ibidem, p.7.

era necessário reorientá-los. Esse processo de articulação e rearticulação produz uma verdadeira dinâmica de interinfluências, de circularidade cultural: se os dominantes influenciam nos parâmetros de vida dos dominados, os últimos também influenciam nos parâmetros dos primeiros²³⁶.

Os projetos partem de diversos lados, e transformam-se em seus usos e apropriações. No Brasil, a luta pelo direito de um maior período de descanso vai ter papel importante no estabelecimento do lazer na rotina dos trabalhadores livres. Entretanto, mesmo que esse tempo fora do trabalho tenha feito parte da conquista dos trabalhadores, a tentativa de tutela das camadas populares pretendida por vários grupos, mesmo os que se afirmavam como seus representantes e defensores, tentava enquadrá-los nos modelos de trabalhador, homem e mulher pretendidos. As estratégias giravam em torno da reorientação descaracterizadora das atividades populares originais, perseguição das formas tradicionais de diversão e oferta do esporte moderno²³⁷.

As regras e enquadramentos vão perseguir o trabalhador “em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais”²³⁸. A abrangência dessas ações não é homogênea, abrem-se brechas para iniciativas populares de resistência e subversão. Nesse sentido, os clubes recreativos podem ser pensados como algumas das opções de lazer dos trabalhadores, criadas a partir da associação de variados grupos, propiciando-lhes uma vida mais coletiva²³⁹. Contudo, essa formação de agremiações de recreio e práticas relacionadas também teria sido marcada por uma série de conflitos, dentre eles, tensões entre as propostas culturais formuladas para os trabalhadores por anarquistas, comunistas e militantes sindicais, e outras formas de lazer da classe²⁴⁰.

As diversões, nos momentos de não trabalho, abriam um espaço menos vigiado para a sociabilidade dos trabalhadores, e também a manutenção de hábitos tradicionais considerados perigosos a partir das necessidades da indústria por este “novo trabalhador”²⁴¹. O controle das diversões populares passou a ser encarado como fundamental. Segundo Vitor Andrade de Melo, o processo de controle do tempo de não trabalho foi garantido pela articulação entre poder judiciário, forças policiais e a Igreja. Contudo, “as classes dominantes enfrentam as

²³⁶ MELO, op. cit. p.10.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ RAGO, op. cit. p. 25.

²³⁹ DECCA, op. cit.; SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes Recreativos: Organização para o lazer in Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. Os autores analisam o caso específico dos trabalhadores da cidade de São Paulo, no Sudeste do Brasil.

²⁴⁰ SIQUEIRA, op. cit. p. 271.

²⁴¹ RAGO, op. cit. p.34.

resistências tenazes de trabalhadores que preservam suas tradições, sistemas de valores e costumes, que valorizam sua atividade profissional, que cultuam seus santos, que possuem todo um código de representações simbólicas”²⁴², e, além disso, aderem a diversas correntes políticas ligadas ao movimento operário.

A vida fora das fábricas, em muitos casos no país, envolvia o projeto moralizador da burguesia fabril e dos intelectuais reformadores das cidades, as pressões econômicas dos senhorios, além da vigilância policial direcionada aos cabarés, botequins e prática de jogos²⁴³. O caso de Paulista, especificamente, envolve como senhorios, patrões, detentores do monopólio do uso da violência²⁴⁴ e produtores do espaço “público” urbano da cidade, os mesmos indivíduos, proprietários não só das casas e das fábricas, mas do território municipal. Como dito anteriormente²⁴⁵, a vila operária de Paulista também pode ser pensada como espaço urbano construindo-se em múltiplos momentos, onde a Companhia de Tecidos Paulista vai desenvolvendo um aparato de organização, não apenas no funcionamento de suas unidades fabris, mas, sim, de toda a cidade.

Contrastando com a atribuição de liberdade que a ex-tecelã²⁴⁶ apresenta acerca do momento após o trabalho na fábrica da Companhia de Tecidos Paulista, os ex-operários Luiz e João Francisco destacam a presença da CTP como mantenedora de “todas” as festas e diversões²⁴⁷. Segundo Margareth Rago, “através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer”²⁴⁸. O aparato disciplinar da Companhia de Tecidos Paulista, incluindo-se medidas envolvendo infraestrutura, abrange a assistência social em diversos âmbitos da vida cotidiana dos moradores-trabalhadores, e vai ocupar papel importante nas diversas representações da cidade.

Não pode ser esquecida a existência de outros atores nas tramas políticas, nas quais, além da família Lundgren, emaranham-se a administração municipal e o governo do Estado de Pernambuco, principalmente entre 1937-1945, período da Interventoria de Agamenon

²⁴² RAGO, op. cit. p.25.

²⁴³ Ibidem; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

²⁴⁴ LEITE LOPES, op. cit. p.191.

²⁴⁵ Cf. tópico “Símbolos do ‘Progresso’: a Companhia de Tecidos Paulista e a sua Vila Operária” do presente capítulo.

²⁴⁶ **Isabel**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁴⁷ João Francisco, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes. ; Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁴⁸ RAGO, op. cit. p.231.

Magalhães, e, além disso, a presença do sindicato de 1942 e do Partido Comunista, colocando-se como representantes dos trabalhadores. A CTP, mesmo assim, figura como forte elemento de organização disciplinar dos espaços e costumes operários de Paulista. A formação da vila, da década de 1920 até 1950, parece ser o período de maior organização e apoio financeiro por parte da Companhia de Tecidos Paulista às atividades que ocupavam o tempo fora das fábricas de seus empregados e inquilinos. Por outro lado, esse apoio também era utilizado como ferramenta de pressão em momentos de conflito com os seus empregados²⁴⁹.

Na “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”, o que aqui está sendo chamado de lazer, aparece descrito em outras terminologias²⁵⁰. A companhia chama de “diversões” as atividades consideradas recreativas do período fora do trabalho. As atividades físicas, aparentemente entendidas nos depoimentos²⁵¹ como parte dos divertimentos ou lazer, aparecem, contudo, separadas naquele documento. Após as considerações sobre educação e ensino técnico profissional, tem lugar a descrição da estrutura em torno da “cultura física”. Essa diferenciação pode estar relacionada à função higiênica atribuída no período aos esportes. Os espaços e atividades indicados como diversões pela Companhia figuram entre as muitas possibilidades de satisfação promovidas “gratuitamente” pela empresa e incluídas na “Exposição” sobre o núcleo fabril da CTP.

A companhia mantém cinema gratuito três vezes por semana para o proletariado. Existem aparelhos de rádios instalados em varias praças públicas, mantendo a empresa um radio-técnico para concerto gratuito dos aparelhos particulares dos operários. A Paulista promove semanalmente aos operários passeios às praias balneárias de Rio Doce e Conceição, dando transporte gratuito e outros auxílios, passeios esses que se verificam também no pitoresco lugar Chã do Estevão, cujo clima ameno é muito agradável aos operários²⁵².

O cinema Goteira, como ficou conhecido o cinema da Companhia, e que tinha exhibições ao ar livre, é mencionado tanto nas memórias de Santos Filho quanto nas de Bernadete, além de estar presente em depoimentos que descrevem os “divertimentos” de Paulista. Possivelmente, uma das atividades mais comuns de lazer entre os moradores da vila

²⁴⁹ LEITE LOPES, op. cit. p.205.

²⁵⁰ Segundo Vitor A. de Melo (2003) os estudos sobre o lazer desenvolveram-se em torno de duas nomenclaturas: recreação, de influência norte-americana, e lazer, de influência europeia. Sendo o primeiro utilizado para conjunto de atividades e o segundo fenômeno social. A existência dos dois termos, contudo, esconderia uma falsa dicotomia. Cf. MELO, op. cit. pp.14-15.

²⁵¹ Tanto nos aqui trabalhados, quanto os específicos das pesquisas de Maria Rosilene Alvim Barbosa (1985 e 1998), e de José Sérgio Leite Lopes (1988). Os depoimentos cedidos aos pesquisadores mencionados têm como base da pergunta a terminologia de lazer nas questões.

²⁵² Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.3.

operária localizava-se em uma praça, atualmente nomeada de João XXIII. “Era um cinema ao ar livre, a tela ao ar livre. Teve uma época que era... a época do cinema, do cinema mudo, né, depois passou o cinema falado com som. E todo domingo o pessoal ia pra lá assistir” ²⁵³. Segundo Bernadete, as projeções ocorriam no horário noturno, e as cadeiras deveriam ser trazidas de casa. O responsável pelo manejo da máquina que projetava os filmes e seriados era o Sr. Dino Braga. Na praça, construída pela CTP, o cinema criado por ela exibiria muitos filmes ao longo de anos, até ser fundado o cinema da prefeitura, *in door*, na década de 1940²⁵⁴, que atualmente funciona como teatro²⁵⁵. A CTP também cria outro cinema em moldes parecidos, no mesmo período.

Só se tornou possível ter alguma noção dos tipos de produção cinematográfica reproduzidas no cinema “goteira” devido às indicações de Bernadete Serpa Lopes²⁵⁶ e de Antônio Nunes dos Santos Filho. Segundo o ex-operário, eram exibidos filmes e seriados, sendo os últimos provavelmente mais comuns, já que muitas das produções cinematográficas do período eram exibidas em partes, ou episódios. Porém, Santos Filho não indica um período específico de referência no qual esses títulos seriam exibidos. Buscando-se a ficha técnica das produções mencionadas²⁵⁷, é possível perceber que todas foram criadas na década de 1930, ou exibidas no Brasil nesse período, e têm origem norte-americana. A menção desses filmes pode estar relacionada à época de vivências do autor com Paulista, a qual se inicia já na década de 1940, e indica, também, uma possível predominância do cinema norte-americano, já uma potência mundial.

Encontram-se ausentes referências a apresentações teatrais anteriores à década de 1950²⁵⁸ que não tivessem relação com a Igreja. Em jornal local, chamado a Imprensa, de 7 de setembro de 1918, existe um anúncio de um espetáculo de comédia. Aparentemente dedicado ao aniversário da Independência do país, esse foi o único registro encontrado em jornais locais referindo-se a apresentações teatrais, inclusive devido à existência de um hiato de fontes dessa natureza arquivadas, que possivelmente não são decorrentes apenas do não arquivamento. Segundo um artigo do jornal “O Realista”, Paulista teria sido privada, por 33 anos, do direito

²⁵³ Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁵⁴ LOPES, op. cit. p.95.

²⁵⁵ Atualmente chamado de Cineteatro Paulo Freire.

²⁵⁶ LOPES, op. cit. p.95.

²⁵⁷ “Os filmes então exibidos, inclusive do gênero ‘cow-boy’ eram bem aceitos e considerados bom. Entre os ‘seriados’ que mais empolgaram, destacamos os seguintes: ‘Tarzan, o destemido’[1933]; ‘O rufar dos tambores’[1939], ‘Cidade infernal’[1935], ‘Aranha negra’[1938], ‘Cascavél’, ‘Sombra do terror’, ‘Falcão do deserto’, ‘Os perigos de Paulina’ [1933] e tantos outros”. Cf. SANTOS FILHO, op. cit. p.30.

²⁵⁸ Bernadete Serpa Gomes Lopes diz iniciar-se a atividade de um grupo teatral a partir da década de 1950. LOPES, op. cit. p. 108.

cívico de um jornal, e o último teria sido “A Imprensa”, de 1921²⁵⁹. Dessa forma, torna-se difícil investigar uma possível diferenciação de valor utilitário do teatro, presente em outros estudos sobre trabalhadores e vilas operárias como uma atividade produzida e consumida por associações e organizações externas ao aparato patronal, mesmo que fosse alvo de censura e fiscalização.



Fotografia 13 – Passeio na praia. s/d. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Paulista.

Seguindo a descrição da “Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista”, a Companhia menciona os rádios instalados em várias praças públicas. A relação com o rádio vai ser pouco mencionada em depoimentos. Bernadete Serpa, contudo, relata a dificuldade de conseguir improvisar formas de ouvir a programação de casa, algo acessível apenas aos funcionários em cargos importantes das fábricas. Das outras atividades listadas, os passeios às praias aparecem com mais ênfase. No entanto, a CTP manifesta-se apenas como fomentadora, pois cedia o transporte (a “sopa”), mas a Igreja, ou especificamente a Juventude Operária Católica (JOC), seria a organizadora dessas excursões. Já entre o final da década de 1940 e inícios de 1950, outro cenário viria ganhar espaço nesse quadro descrito em 1939: o zoológico do Jardim do Coronel.

A mesma preocupação da CTP em erigir prédios grandiosos e ‘monumentos’ para marcar sua dominação e sua assistência e beneficência social aos seus operários, que se quer mostrar exemplar- que se expressa na construção da Policlínica Anna Elizabeth, na Igreja Santa Elizabeth, e mesmo na

²⁵⁹ **O Realista**. Paulista, 12de Julho de 1953.

construção de uma escola de aprendizagem industrial do SENAI no seu território-, manifesta-se simultaneamente, no início dos anos 50, na organização de um parque e jardim zoológico para os trabalhadores no interior mesmo dos terrenos que circundam a Casa Grande²⁶⁰.



Fotografia 14 – Parque instalado no jardim dos Lundgren. Fonte: acervo de José Benigno do Amaral. s/d. Imagem retirada de SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis:** a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.

A análise feita por Leite Lopes da construção do parque e jardim zoológico na década de 1950, na vila operária de Paulista, indica a importância do lazer como elemento simbólico da dominação dos industriais. O Jardim do Coronel, localizado no centro da cidade, pode ser pensado como o espaço da casa dos patrões que era aberto para receber os funcionários. A grandiosidade e a presença da Companhia na vida dos trabalhadores precisavam, provavelmente, ser reafirmadas nos finais da década de 1940 e inícios da de 1950, momento de contestação ao monopólio territorial do município, e período de atuação do sindicato, criado em 1942.

O campo do “Paulistano”, apesar de já ter sido criado anteriormente, pode ser pensado seguindo a abordagem da grandiosidade, que procurava afirmar o papel da CTP na provisão de benefícios e bem-estar dos trabalhadores. Este campo é rememorado como ambiente próprio das festas em todas as datas comemorativas da vila, mas, também, é lembrado como o local que abrigava os jogos de futebol, que seria, provavelmente, sua função principal. No

²⁶⁰ LEITE LOPES, op. cit. p.182.

local enfrentavam-se os vários clubes da cidade, e os maiores e mais populares deles podiam receber adversários de outros campeonatos, movimentando o público das arquibancadas.

Em “Paulista entre algumas lembranças”, Antonio Nunes dos Santos Filho lista vários dos clubes dos quais recorda²⁶¹, e destaca que “aos domingos e feriados, as suas sedes eram transformadas em sua maioria, em salão de festas e dança”²⁶². O operário Luiz também relembra vários clubes de futebol da sua época, e indica outros tipos de diversão, destacando o papel da Companhia na manutenção dessas atividades.

Então, esses campos era cheio de gente, né, aquela multidão de gente, não tinha pra onde ir...então aproveitava essas diversões: o futebol, a marujada, o cinema Goteira, né, e a praça, todo domingo na praça era aquela festa, num é. Eram essas as diversões, todas elas mantidas pela Companhia de Tecidos Paulista. [...] Ninguém de fora vinha aqui fazer nada, né, porque a Companhia dava tudo o que, todo tipo de diversão, além do trabalho ainda dava a diversão pro pessoal ²⁶³.

O futebol figura como a atividade de lazer mais mencionada nos relatórios aos acionistas²⁶⁴. A partir da obra que fundamenta a criação dos Centros Educativos Operários em Pernambuco, de Milton de Pontes, é possível encontrar os itens considerados importantes pelo governo da época para a educação do operariado. As atividades físicas, principalmente esportes, como o futebol e vôlei²⁶⁵, são vistas como forma sadia de utilização do tempo fora do trabalho e meio de recuperação do corpo. Provavelmente, nesse sentido, e se apropriando de organizações espontâneas dos trabalhadores, a CTP empresta casas para sede dos clubes esportivos da cidade, fornece uniformes dos times, e inaugura, no final da década de 1930, o campo do “Paulistano”, clube oficial da Cia. Na “Exposição”, a Companhia afirma que “existem em Paulista oito clubes de futebol mantidos pela fábrica, todos com campos próprios. Há também campos de tênis e de voleibol, onde a mocidade faz com proveito a sua cultura física” ²⁶⁶.

Os ex-operários mencionam o contato constante com o futebol, mas o mesmo não acontece em relação ao tênis e ao vôlei²⁶⁷. A prática dos esportes teria o acesso selecionado de

²⁶¹ Entre eles aparecem o Veneno, Flamengo, Fluminense, Botafogo, Timboense, Estrela do Norte, Corte Largo, Ipiranga, Paraíso, CTP, Gravador, Veloz, Odeon, Palmeiras, Paulistano, Canoense, Ferro e fogo, Cruzeiro, Tuití, Casa Grande, Iolanda, Dominador, Barroso, Vasco da Gama, Urajara, Operário, Esporte, Leão do Norte, Náutico Paratibe e Aurora.

²⁶² SANTOS FILHO, op. cit. p.51.

²⁶³ Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁶⁴ LEITE LOPES, op. cit. p.186.

²⁶⁵ **Relatório de atividades dos centros educativos operários**, 1937, pp.7-8.

²⁶⁶ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.4.

²⁶⁷ A prática de vôlei ainda é mencionada por Bernadete Serpa Lopes, em seu livro, “A vida na minha aldeia” (2011). A autora menciona que via rapazes e homens jogando durante a tarde, embora não fique claro quem tinha acesso ao campo de vôlei, localizado na Rua da Mangueira.

acordo com as hierarquias, que direcionavam, também, a ocupação do espaço urbano da vila operária. O tênis era reservado aos funcionários em cargos diferenciados ou administrativos. Os cargos mais especializados ou mais bem colocados eram ocupados principalmente por estrangeiros, os quais são apontados pelos trabalhadores comuns como predominantemente alemães²⁶⁸. A localização e tamanho das casas, ou faixa de terra cedida, também seguiriam esses critérios. Conta-nos Bernadete que ao seu pai era permitido ir ao clube de tênis, chamado também de Clube Europeu, pois trabalhava no escritório²⁶⁹. Assim como no caso dos clubes de futebol, o de tênis dava lugar a bailes e festas direcionadas aos seus frequentadores específicos.



Fotografia 15 – Jogadores de futebol no “Campo do Paulista”, Paulista, PE. Fonte: acervo de José Benigno do Amaral. s/d. Imagem retirada de SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis:** a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.

Os trabalhadores comuns pareciam ocupar-se também de diversões mais tradicionais. Nos depoimentos, contudo, não aparecem indicações de que estas fossem proibidas ou pouco usuais no cotidiano, entretanto, o fomento da Companhia pode ser pensado como uma maneira de marcar a sua posição de benfeitora e incentivadora das diversões e bem-estar de seus funcionários, e um indicativo da preocupação com essas manifestações. O trecho do

²⁶⁸ Para mais detalhes sobre a presença alemã em Paulista, consultar LEWIS, op. cit.

²⁶⁹ **Bernadete Gomes Serpa Lopes**, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

depoimento do ex-operário²⁷⁰ ressalta, como o de outros, o subsídio da CTP, e o monopólio da mesma sobre a organização de diversas atividades cotidianas dos trabalhadores na vila. As práticas tradicionais estão presentes no discurso de trabalhadores mesmo que seja perceptível a presença constante da Companhia de Tecidos Paulista como mediadora, fazendo-se possível pensar não só nas práticas tradicionais como espaço de criação e manutenção de certa autonomia no tempo do não trabalho, mas em uma apropriação das festas e tradições da população pela empresa.

Segundo a ex-tecelã Isabel, “[...] Tinha marujada. Tinha o maracatu. Tinha o bloco carnavalesco. Tinha um bocado de coisa, o pastoril. Tinha festa assim, no campo, né, eles mandavam, tinha banda de música. [...] Tinha bastante diversão aqui em Paulista”²⁷¹. A marujada é mencionada também por Antonio Nunes dos Santos Filho, que a descreve como “uma das diversões mais animadas”²⁷² da cidade. O ex-operário fornece ainda outros detalhes desse evento.

Na antiga Praça da República, no bairro do Nobre, existiam 2 navios improvisados, com ornamentação e apetrechos imitando embarcações de verdade, inclusive com tripulação de ‘marinheiros’, devidamente uniformizados. No convés dos navios, eram realizadas danças e outros movimentos típicos daquela brincadeira, entre cantarolas e lutas de espadas²⁷³.

Outra ocasião em que a Marujada seria apresentada é indicada por Amaro Poeta: “Nas festas do Paulistano, que aconteciam no campo do Paulistano, a Marujada se apresentava em traje de gala, com marinheiros de verdade, todos de branco”²⁷⁴. As marujadas, pastoris e outras manifestações culturais, mesmo que mantidas com auxílio financeiro da CTP, não são mencionadas na “Exposição”, mas aparecem amplamente no discurso desses ex-trabalhadores, tanto os que produzem seus escritos sobre a cidade quanto os que cederam depoimentos²⁷⁵.

Em folheto de março de 1908²⁷⁶, anterior à presença constante da família Lundgren, que só passa a residir na cidade a partir da segunda década do século XX, as comemorações carnavalescas parecem ter tradição e alguma organização, o que provavelmente pode ser

²⁷⁰ **Luiz Barros**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁷¹ Isabel, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁷² SANTOS FILHO, op. cit. p.53.

²⁷³ Ibidem, p.53.

²⁷⁴ POETA, op. cit. p.86.

²⁷⁵ Depoimentos cedidos em momentos e para pesquisadores diferentes.

²⁷⁶ **O lenhador**. Paulista, 1908.

transposto, mesmo que de forma pontual, para outras festas e manifestações culturais, posteriormente apropriadas e subsidiadas pela Companhia.

A vigilância e moralização dos costumes, em Paulista, vão contar com a Igreja como agente da organização de lugares de sociabilidade e lazer compatíveis com as necessidades da Companhia de Tecidos Paulista. Buscando-se jornais ou folhetos que fossem de origem local, foi possível encontrar dois exemplares comemorativos do mês de Maria: “O 29 de maio”, de 1938, e “O 21 de maio”, de 1948. Distantes 10 anos um do outro, foram aparentemente organizados pelos próprios operários direcionados pelas ideias de conduta e diversão da Igreja. A relação com as festas religiosas e a intensa participação na Juventude Operária Católica (JOC) são visíveis em vários dos depoimentos utilizados nas pesquisas de Alvim e Leite Lopes.



Fotografia 16 – JOC feminina diante da Igreja de Santa Isabel, em Paulista-PE, s/d. Fonte: acervo pessoal de José Sérgio Leite Lopes.

As mulheres, aparentemente, tinham maior envolvimento com a Juventude Operária Católica, provavelmente devido ao tipo de moralidade direcionado ao feminino, e também ao exclusivismo masculino em algumas outras atividades, principalmente nos esportes. Esta associação esteve envolvida com o planejamento e realização de variadas diversões. Segundo Luiz, ex-operário, “A JOC fazia desfile, fazia passeio, a JOC ia pra muitos lugares, e eles [CTP] davam condução”²⁷⁷.

²⁷⁷ Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

O ex-operário destaca a relação econômica existente entre Igreja e a CTP, não apenas nas atividades de lazer. A própria igreja utilizada nas celebrações localizava-se, até a década de 1940, dentro do terreno da própria fábrica, e, assim como a sede da Juventude Operária Católica, em Paulista, era de propriedade da indústria têxtil da família Lungren. Na “Exposição”, uma sessão é dedicada à assistência religiosa da Companhia. O incentivo, entretanto, aparece direcionado exclusivamente para os cultos católicos.

A Igreja direcionava muitas das atividades de lazer dos trabalhadores de Paulista, contudo, a utilização desses espaços poderia fugir ao controle pretendido. Isabel, João Francisco e Luiz ressaltam a troca de experiências, informações, principalmente sobre as questões relacionadas aos direitos e papel de cada um enquanto trabalhadores. “A JOC no início foi muito assim...muito fiés, né, muito beata, muito ligada às coisas da Igreja. Os patrões gostavam muito disso. Agora, existia o outro aspecto, é, dois aspectos, o primeiro esse, e o segundo, a JOC levantava muitas questões...em relação aos trabalhadores”²⁷⁸.

A década de 1940 vai ser palco do fim da sede da JOC subvencionada pela Companhia, e a CTP inicia a construção de outra igreja, posteriormente doada à Arquidiocese de Recife e Olinda, recebendo o nome da matriarca da família, Elizabeth, e depois vai ser chamada de Igreja Santa Isabel. Essa “aliança” com a Igreja Católica, mesmo após os desalinhos de interesses em relação à JOC, construiu a política de vigilância e moralização dos empregados da Companhia. Entretanto, assim como a própria JOC foi apropriada como espaço de discussão, a intolerância aos chamados crentes possibilita outros meios de discussão e resistência.

Na “Exposição”, é possível notar a ênfase na exclusividade do culto católico na cidade: “A população de Paulista é absolutamente católica, não existindo ali cultos evangélicos, nem de qualquer outra seita”²⁷⁹. A intolerância e perseguição aos “crentes” vão evidenciando o que parece ser um padrão de diversões e “cultura física”: a vigilância, a censura e o controle das atividades cotidianas dos trabalhadores em seu cotidiano público. A cidade e seus espaços vão se construindo nesta ambiguidade constante. A perseguição e o cerceamento vão se direcionar aos evangélicos²⁸⁰ e aos seus cultos, mas também a diversos espaços de sociabilidade e lazer.

Em 1942, na segunda tentativa de formar um sindicato dos tecelões, emerge outro elemento atuante através de medidas assistencialistas, incluindo as atividades de lazer. Faz-se

²⁷⁸ **Luiz Barros**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁷⁹ Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3). p.3.

²⁸⁰ Não são mencionados outros tipos de religião ou culto.

necessário, contudo, empreender uma busca mais detalhada de referências sobre esta associação em específico. É possível, entretanto, indicar a relação com a política de Agamenon Magalhães em Pernambuco, amplamente voltada para esse assistencialismo, incluindo as diversões e cultura física. Ainda nesse período, o Partido Comunista aparece como mais um ator interagindo nesse cenário.

O periódico “Folha do Povo” tem artigos recorrentes sobre Paulista, a partir de sua reedição em 1945. Os temas principais são a violência dos vigias particulares da Companhia de Tecidos Paulista e a condescendência da polícia atrelada à administração municipal. Os vigias armados, olhos da CTP por toda a vila - provavelmente abusavam da autoridade que lhes era depositada, assim como lhes era requisitado esse abuso -, não estavam dentro das fábricas e, sim, fora delas. Dessa forma, o tempo do não trabalho também era rodeado de suspeitas, tanto em torno dos usos e apropriação das atividades moralizantes e sadias quanto das práticas consideradas não apropriadas.

Entre as atividades não apropriadas, encontravam-se, além do culto evangélico, a “bebedeira” e a prostituição. Esses dois últimos elementos são constantes nos discursos disciplinares em outras vilas ou cidades, no Brasil, em relação aos trabalhadores pobres. Os jogos, como briga de galo, proibidos em outras localidades, contudo, figuram em Paulista como uma atividade ou esporte comum, sendo uma das marcas pelas quais era conhecido o Coronel Frederico, além do Turfe: “Existia, antes do Cinema da Companhia, descendo pela levada, uma rinha de galo. Era para lá que se dirigiam os fãs desse esporte. Diziam que o Coronel Frederico Lundgren aparecia por lá de vez em quando”²⁸¹. As bebedeiras e a prostituição, aparentemente, não conseguiram a mesma regalia. O distrito de Maricota figura, então, como refúgio dos divertimentos fora do padrão estabelecido.

“[...] Muitos rapazes aproveitavam no dia de sábado: ‘vamos pra zona’. A zona era em Abreu e Lima. Num tinha, em Paulista também num tinha não. Quando o pessoal dava lá de cinco horas da tarde, agora a gente vai pra zona. Aí ia pra Abreu e Lima. Abreu e Lima, nossa uma cidade...a maior zona do Brasil. Era considera a maior zona do Brasil. Porque lá tinha muita...muita zona, em toda rua tinha uma zona, uma casa de prostituição. Agora protestantes também muito, né, por que não podia fazer em Paulista, né, abrir igreja em Paulista, ia em Abreu e Lima”²⁸².

O distrito de Maricota, atual município de Abreu e Lima, é incorporado ao território de Paulista no seu processo de emancipação, e também tem parte de seu território de propriedade da família Lundgren, mesmo não integrando o núcleo da vila operária. Maricota vivencia o

²⁸¹ LOPES, op. cit. p.91.

²⁸² **Luiz Barros**, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

crescimento da população, composta por empregados da CTP e de outras fábricas que vão sendo instaladas na segunda metade do século XX. Maricota parece abrigar as proibições que cercavam o núcleo da vila operária, e também acomodava o seu transbordamento. Além dos divertimentos fora do padrão aceito para conviver com o ambiente formalizado da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista, o distrito adjacente foi onde os evangélicos conseguiram espaço para suas celebrações. Atualmente, Abreu e Lima é considerado o município com maior número de evangélicos no Brasil.

Mesmo havendo uma separação administrativa, em 1982, entre Paulista e seu distrito de Abreu e Lima, o atual município fez parte da relação dos trabalhadores-moradores da vila operária e dos territórios de Paulista com os espaços da cidade, inclusive como refúgio dessas práticas não permitidas pelas normas impostas pela CTP. A partir do uso empreendido dos espaços de Maricota, e da forma como os trabalhadores constroem suas experiências e memórias da sociabilidade nas atividades de lazer, é possível indicar as resistências cotidianas, seja com os desvios, a manutenção das manifestações culturais tradicionais, seja a partir da troca de experiência em todos esses meios, mas também na apropriação dos espaços direcionados para controlar e moldar.

Nesse sentido, a construção e relação com os espaços urbanos da cidade de Paulista têm no período da década de 1940, momento relevante para pensarmos a predominância de uma confluência constante entre a propriedade privada do território da cidade, e também da presença simbólica dos proprietários na vida cotidiana dos moradores da cidade, com as diversas experiências e ações de outros atores sociais, como os operários ou outros trabalhadores envolvidos com a vila operária. O padrão pretendido desenvolve-se em meio aos inúmeros elementos vivos do relacionamento entre patrões, senhorios, “donos da cidade”, provedores de assistência social e do lazer. A apropriação dos lugares, incluindo a significação múltipla criada entre essa confluência de interesses, ocorre também nos momentos de lazer, ou apenas fora do período de trabalho, sendo entendida aqui como uma constante apropriação da própria cidade pelos seus moradores.

4 MOVIMENTO PELA “LIBERTAÇÃO DA CIDADE”: ESPAÇO EM DISPUTA.

É porque a cidade tinha um dono só: os coronéis²⁸³.

4.1 “A Democracia é quase divina”: a abertura política pós-Estado Novo.

Anunciando as comemorações do dia da independência do país, o jornal “Gazeta de Paulista”, em 1953, ressalta a participação ativa da administração pública da cidade de Paulista na organização dos festejos, como destacado no título do artigo: “Festas públicas – A câmara municipal toma parte ativa no regozijo público”²⁸⁴. O envolvimento mostrado no texto, contudo, vai além do dia 7 de Setembro, abarca ações recentes da prefeitura e da câmara no funcionamento da cidade. Na primeira página dessa edição, a inauguração da Escola Municipal Prof. Agamenon Magalhães e a pavimentação do matadouro fazem parte da programação em homenagem a esta ocasião cívica. Os elogios são direcionados ao prefeito Severino Cunha Primo. As temáticas dos artigos seguintes também estão imersas na política municipal.

Os números posteriores desse jornal, aparentemente mensal²⁸⁵, continuam a explorar a temática da vida pública do município de Paulista. E a postura favorável ao prefeito Severino Cunha Primo do PSD permanece. A abordagem bastante política, por sua vez, apresenta movimentações de diversas forças na administração pública, em período próximo a mais uma eleição. Independente do posicionamento dos editores do jornal no jogo político-partidário, a partir da presença de um periódico direcionado prioritariamente a esse tema, pode-se destacar a atuação provavelmente relevante da câmara de vereadores e da prefeitura para o funcionamento e desenvolvimento da cidade, no início da década de 1950.

A palavra “pública”, assim como semelhantes e derivadas, é usada em diversos artigos da Gazeta de Paulista na década de 1950. As notícias abordam situações dos diversos distritos do município. As publicações semelhantes em Paulista, que datam do período posterior a sua emancipação (1935), mas anteriores aos anos 50, contudo, têm discursos bastante distintos. Em primeiro lugar, os editores e o público alvo parecem ser diferentes. “O 29 de Maio” diz ser um “órgão noticioso da IIª turma das fábricas”²⁸⁶. Seu nome, homenagem ao mês de

²⁸³ Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

²⁸⁴ **Gazeta de Paulista**. Paulista, 1953.

²⁸⁵ Estão arquivadas no Arquivo Público de Pernambuco (Jordão Emerenciano) as edições dos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 1953; Janeiro, Março, e Abril-Maio (em número conjunto).

²⁸⁶ **O 29 de Maio**. Paulista, 29 de maio de 1948.

Maria, festividade da Igreja Católica, indica algo encontrado em todas as suas sessões: a diretriz religiosa. A referência a datas comemorativas e ao comportamento religioso se faz presente, também, no jornal “O 21 de Maio” de 1933²⁸⁷. Este último não foi publicado no período de vigência de uma administração municipal de Paulista, mas, devido à semelhança com o exemplar de 1948, mesmo separados por mais de dez anos, faz-se necessária a sua menção. Em segundo lugar, como observado tanto no 21 quanto no 29 de Maio, os elogios às “benfeitorias” são direcionados não ao prefeito, seja ele de Paulista ou de Olinda, mas aos “irmãos Lundgren”.

Durante a primeira metade do século XX, a Companhia de Tecidos Paulista e a vila operária eram administradas por Frederico e Arthur Lundgren, o primeiro, falecido ainda em 1946. Enquanto distrito de Olinda ou município autônomo, a responsabilidade pela organização, infraestrutura e policiamento cabia aos empresários ou eram passíveis à influência e domínio dos mesmos, quer eram também proprietários da maior parte das terras e imóveis em toda Paulista, mesmo ultrapassados os limites da vila operária. A cidade parecia ter donos, os quais, desde o início das atividades da Companhia de Tecidos Paulista sob a administração Lundgren, traçavam estratégias e ações para manter o controle sobre a vasta área sob sua propriedade.

Apesar da presença de uma administração pública, em teoria, o governo era exercido, em suas diversas atribuições, pela Companhia de Tecidos Paulista. A expressão “governo local de fato”²⁸⁸, utilizada por José Sérgio Leite Lopes, faz referência ao poder exercido por essa empresa privada, a qual, por muito tempo, se sobrepunha sem muito esforço, dentro de seus domínios, a qualquer outro governo, principalmente o da unidade administrativa à qual o distrito de Paulista pertencia. A relevância econômica para Pernambuco, além da influência no âmbito político, permitia aos descendentes do sueco Herman elaborar suas próprias regras, particularmente nos elementos referentes aos trabalhadores.

Desde a instalação da primeira planta fabril, a empresa aumentou consideravelmente sua propriedade de terras, em Olinda e em municípios vizinhos, como o de Igarassu. A breve autonomia municipal, conseguida através de enlaced políticos, contudo, indica que a dependência da administração municipal de Olinda em alguns pontos, além da contribuição fiscal e oposições políticas, direcionaram os esforços dos irmãos Lundgren para a criação de

²⁸⁷ A emancipação comemorada atualmente pelo município refere-se ao ano de 1935, contudo, em 1928, Paulista teria sido emancipada à condição de município, decisão revogada pelo “governo revolucionário” de 1930. Cf. LEITE LOPES, op. cit. p. 202.

²⁸⁸ Ibidem, p.19.

um município composto, quase que exclusivamente, por suas propriedades²⁸⁹. As fábricas, o porto, a ferrovia, matas, usinas, as vilas e todo o seu aparato de funcionamento compunham um enorme patrimônio e um município administrado pela própria empresa.

A revogação dessa autonomia municipal, realizada pelo governo federal instalado em 1930, apesar de não provocar efeitos imediatos relevantes na vida cotidiana da cidade e de seus moradores, majoritariamente operários e trabalhadores nas terras da CTP, insere na cena política elementos de oposição, envolvendo a construção do espaço da cidade e sua vida pública em disputas e acordos políticos. A década de 1930 traz, ainda, outro fator relevante para a relação com a população de Paulista: a criação das leis trabalhistas. Entre o período do Estado Novo e posterior (re)democratização do país, as disputas na construção dos espaços desse município se enveredam por múltiplos caminhos e envolvem diversas representações do trabalho, da cidade e de sua vida pública.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial²⁹⁰ explicitou a dubiedade do regime estadonovista, uma vez que pôs em contraste as posturas nos âmbitos nacional e internacional. Enquanto orientava-se na política interna pelo autoritarismo, “graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos”²⁹¹, havendo repressão e violência extrema, internacionalmente, o governo, pressionado pelos Estados Unidos, assumiu o lado dos Aliados, pondo-se, dessa maneira, como opositor dos regimes fascistas, os quais se assemelhavam ao próprio governo estadonovista. Muitos membros do governo, inclusive, destacavam sua preferência por apoiar os países do Eixo²⁹².

Com o avanço das tropas Aliadas e a derrota, agora vista como inevitável do nazifascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político. Estudantes, comunistas, liberais, empresários que enriqueceram sob a ditadura e coalizões de civis e militares, organizados em grupos de resistência, surgiram no cenário político²⁹³.

²⁸⁹ Cf. o primeiro capítulo deste trabalho.

²⁹⁰ Maria Helena Capelato divide o primeiro governo de Getúlio Vargas em dois períodos de análise, os quais, segundo a autora, por não serem homogêneos, ainda podem ser subdivididos. Para o Estado Novo, Capelato propõe a divisão entre o período 1937 a 1942 e de 1942 a 1945. As mudanças entre esses dois momentos poderiam, então, ser explicadas também pela conjuntura externa, destacando-se o cenário internacional da Segunda Guerra Mundial. Cf. CAPELATO, Maria Helena. **O que o Estado Novo trouxe de novo?** In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano v. 2. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p.112-113.

²⁹¹ Ibidem, p.113.

²⁹² Cf. FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista** in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano v.3. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁹³ Ibidem, p.16.

Os grupos empenhados na redemocratização do país, o que culminara na deposição de Getúlio Vargas em 29 de Outubro de 1945²⁹⁴, remetiam-se a um tempo anterior à década de 1930. Essa experiência democrática, no entanto, “não havia existido para as camadas populares, especialmente para o movimento operário, mas [...] tinha significado para as elites destronadas em 1930 e impedidas de atuar a partir de 1937”²⁹⁵. Tendo em vista os debates historiográficos sobre a construção de uma identidade da classe trabalhadora e o papel do Estado nesse momento, além da questão da própria autonomia desses grupos, deve-se destacar a presença de projeto político em torno dos trabalhadores, principalmente entre 1942-1945. “Trata-se de uma proposta de identidade nitidamente articulada a um projeto político que conta com recursos de poder para difundi-lo, para bloquear a emissão de qualquer outro discurso concorrente e para implementar políticas públicas que o reforcem e legitimem”²⁹⁶. Segundo Ângela de Castro Gomes:

O sucesso do projeto político estatal – do ‘trabalhismo’ – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira República, elementos-chaves de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo²⁹⁷.

Dessa forma, suprimindo direitos civis e políticos, o Estado Novo voltava-se à política social²⁹⁸, o que incluía os direitos trabalhistas, educação, higiene, lazer, entre outras esferas. Desde a década de 1930, é possível observar essa postura²⁹⁹; a partir de 1942, entretanto, essa atitude estaria mais articulada e bastante voltada para a sindicalização³⁰⁰. Em Pernambuco, essa relação do governo estadonovista com a sindicalização dos trabalhadores e as leis trabalhistas é bastante significativa no discurso de Agamenon Magalhães, interventor no Estado entre 1937 e 1945.

²⁹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984. p.90

²⁹⁵ GOMINHO, Zélia de Oliveira. Cidade Vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955. 2011 (Doutorado) – UFPE, Recife. p. 169.

²⁹⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 26.

²⁹⁷ Ibidem, p.23.

²⁹⁸ Segundo Gomes (1988), “Mais do que falar para um público, a intenção era produzir este público identificado como a classe trabalhadora brasileira. É por esta razão que o ‘trabalhismo’ brasileiro manteve tantos laços com as iniciativas governamentais no campo da política social, fossem elas voltadas para as condições de trabalho, educação, saúde, habitação, lazer ou quaisquer outras”. Ibidem, p.31.

²⁹⁹ Já nesse período, algumas leis relacionadas ao mundo do trabalho foram criadas, como a Lei n 185 Salário Mínimo, de 14 de janeiro de 1936. A Justiça do Trabalho é oficialmente criada em 1º de Maio de 1939. Cf. PANDOLFI, op. cit. p.27

³⁰⁰ Cf. GOMES, op. cit; FERREIRA, op. cit.

Ao final do seu governo, Agamenon critica a ‘mentalidade reacionária, que apesar do grande esforço desenvolvido por ele para destruí-la, ainda persistira no Estado. Considerava ‘reacionários aqueles que não queriam cumprir a legislação social, e condenava mais particularmente os industriais que, sob a capa de benfeitores dos seus operários, descontavam 26% dos salários destes, a título de aluguel de casa, serviços médicos e distribuição de gêneros alimentícios³⁰¹.

As críticas ao modelo estadonovista não emanavam apenas dos chamados reacionários. Diversas vertentes de organização dos trabalhadores, como os comunistas e anarquistas, faziam oposição e críticas. No entanto, a legislação social, para a maior parte dos trabalhadores, era a primeira forma de contato com a cidadania até então. Ao passo em que o regime apresentava sinais de desgaste, o próprio governo quis se encarregar da redemocratização, ou, para alguns, apenas democratização. Um dos pontos defendidos nessa transição dirigida relacionava-se à manutenção dos direitos sociais.

A oposição que se organizava em torno do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes também aparecia exigindo eleições livres e criticando a atuação do governo, inclusive desmerecendo a legislação trabalhista. “Os ataques a Vargas significavam, na cultura política popular, grande perigo para aqueles que, desde o início dos anos 1930, se beneficiavam da legislação”³⁰². Com base do governo estadonovista, formavam-se o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático). Mesmo assim, o movimento que bradava “queremos Getúlio” chegou a ter bastante força durante os momentos finais do Estado Novo, em parte, por associar a saída de Getúlio ao fim desses direitos sociais.

Os antigetulistas viam-se em meio a uma vasta demonstração da popularidade de Vargas, e também da presença forte dos grupos de trabalhadores como atores políticos a serem considerados. “Ainda mais grave para os antigetulistas foi a linha política adotada pelo PCB”³⁰³. Opositores ferrenhos de Getúlio, o Partido Comunista, legalizado durante a transição que o governo pretendia dirigir, assumia o lema “Constituinte com Getúlio”. Esse final do Estado Novo, que inquieta a oposição, a qual busca a deposição de Getúlio, constrói um cenário político de disputas e negociações entre diversas frentes.

No entanto, “nem a administração do processo eleitoral pelo Judiciário, nem a demissão dos interventores e dos prefeitos significaram de fato o desmantelamento da máquina política do Estado Novo”³⁰⁴. A democratização apresenta-se com a permanência dos membros políticos do Estado Novo e boa parte dos projetos políticos, ou seja, não

³⁰¹ PANDOLFI, op. cit. p.37.

³⁰² FERREIRA, op. cit. p.18.

³⁰³ Ibidem p.24

³⁰⁴ PANDOLFI, op. cit. p.91.

acontece exatamente uma descontinuidade ou ruptura considerável. Tanto o PTB quanto o PSD despontam como expoentes da organização democrática do país a partir do final de 1945.

Se para o processo político brasileiro, o seu sentido mais amplo, esta preocupação é válida, no caso de Pernambuco a sua permanência é maior ainda. Isto porque, apesar de 1945 representar uma ruptura ao nível jurídico-institucional, o pacto social que se instaura em Pernambuco com o advento do Estado Novo permanece durante o período de redemocratização, e tem sua sustentação política no esquema pessedista ³⁰⁵.

Segundo Dulce Pandolfi, no caso de Pernambuco, “a eficácia da interventoria de Agamenon Magalhães contribuiu decididamente para a posterior consolidação da dominação do pessedismo em Pernambuco” ³⁰⁶. A Folha da Manhã, periódico que representou uma das principais vozes do Estado Novo em Pernambuco, figurava no período de abertura política ainda como um importante meio de construção e divulgação das ideias, agora, pessedistas de Democracia. E foi em “clima de persuasão que a experiência democrática do pós-Estado Novo foi vivenciada. A obrigação de votar pelo bem da pátria era a experiência máxima” ³⁰⁷.

Severino Cunha Primo e Torres Galvão, líderes sindicais de Paulista, escrevendo para a Folha da Manhã, ressaltavam aos trabalhadores a importância da Democracia. Um dos artigos intitulava-se “A Democracia é quase divina” ³⁰⁸ e, assim como outros textos nesse jornal pessedista, convocava os trabalhadores pernambucanos a comparecerem às urnas, relembrando a relevância dos últimos anos para que os mesmos pudessem participar e fazer sua vontade ser considerada.

Bem sei que alguns dos meus companheiros estão acabrunhados com esse ‘zum zum’ de eleições, porém não devem temer, pois, é o próprio presidente Vargas que nos diz, desta vez: - Vamos fazer uma consulta às urnas – não com os vícios do regime passado, podemos estar certos, como também os trabalhadores que terão os seus representantes³⁰⁹.

Se, no âmbito nacional, o PTB aparece associado ao getulismo que tem bastante força em 1945, durante um bom tempo, o partido terá pouca força em Pernambuco, sendo quase absorvido pelo PSD, inclusive fazendo parte das alianças no Estado com o PSD e PCB, e só posteriormente aparece aliado a frentes antipessedistas ³¹⁰. A presidência, contudo, era disputada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN (União Democrática Nacional), que abrigava diversos grupos heterogêneos desde sua origem, e o general Eurico

³⁰⁵ PANDOLFI, op. cit. p. 18-19.

³⁰⁶ Ibidem, p.19.

³⁰⁷ GOMINHO, 2011, op. cit. p.2.

³⁰⁸ **Folha da Manhã**. Recife, 10 de Novembro de 1945.

³⁰⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 17 de Fevereiro de 1945.

³¹⁰ Cf. PANDOLFI, op. cit. p. 108

Gaspar Dutra do PSD. A candidatura do brigadeiro, no entanto, mobilizou “as camadas médias, os intelectuais, os oficiais das Forças Armadas, ‘mas não os trabalhadores; este povo permaneceu à parte da campanha feita, pelo menos teoricamente, em seu nome’”³¹¹.

Os movimentos e campanhas que reviviam a imagem de Getúlio, entretanto, mobilizavam os grupos de trabalhadores. A aliança com o PCB ainda tornava essa movimentação mais forte. O anticomunismo, que no Estado Novo havia se transformado em um “espetáculo cívico [...] Uma tradição inventada, que fazia parte da agenda de Getúlio Vargas durante o Estado Novo e que perdurou até 1990”³¹², era deixado de lado sempre que a aliança com os comunistas se fazia necessária. Entretanto, “quando a balança eleitoral pendia de um lado, pelo contrapeso da presença dos comunistas, os grupos que se aninhavam na outra ala abriam a boca no mundo para denunciar as ‘espúrias alianças com o comunismo internacional, ateu e dissolvente’”³¹³.

Na maior parte do período de abertura política, o PCB aparece, em Pernambuco, alinhado com as propostas do PSD, considerando-se a inclusão de algumas pautas do próprio Partido Comunista nesses projetos. E, graças à aliança com PCB, o PSD consegue driblar a disputada situação do cargo de governador de Pernambuco. A vitória de Barbosa Lima Sobrinho foi acompanhada de embates jurídicos que duraram por volta de um ano entre os partidários do governador eleito e do candidato vencido Neto Campelo³¹⁴.

O PSD conquista inicialmente a presidência da Assembleia Legislativa. Em seguida faz constar da Constituição Estadual um cargo de governador ao presidente do legislativo ocupar, em caso de vacância, o cargo de governador do Estado. Com esta manobra, em julho de 47 o deputado pessedista Otávio Correia, presidente da Assembleia Legislativa, passa a ser o novo governador constitucional de Pernambuco. Em troca, os pessedistas aprovam algumas das propostas comunistas que são incluídas na Constituição: adoção de imposto progressivo sobre terras incultas, a extinção da polícia política estadual, a proibição de guardas particulares com o desarmamento de vigias e capangas, a instalação de subprefeituras para os distritos com mais de 5.000 habitantes e a competência do Legislativo no aumento e reforma dos vencimentos do funcionalismo público³¹⁵.

A expressividade do PCB nas eleições presidenciais e estaduais, inclusive em algumas capitais como Recife, contribuiu para a mobilização política em torno do seu retorno à ilegalidade, com a cassação do seu registro na Justiça Eleitoral. “Como resultado consequente,

³¹¹ FERREIRA, op. cit. pp. 21-22

³¹² GOMINHO, 2011, op. cit. p.215

³¹³ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi:** (da coluna Prestes a queda de Arraes): (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p.106

³¹⁴ As eleições para Governador e para a Assembleia Legislativa ocorrem em Janeiro de 1947.

³¹⁵ PANDOLFI, op. cit. p.126.

iniciava-se a luta da reação pela cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda”³¹⁶. Em 7 de maio de 1947, o Partido Comunista perde o registro³¹⁷. A atuação do partido e as alianças imediatamente anteriores não foram desfeitas. O PSD apresentou publicamente posição contrária à revogação do registro e principalmente dos mandatos dos comunistas. No entanto, mesmo após a suspensão dos direitos eleitorais, o PCB continuou sua atuação e alguns mandatos sob outra legenda, PPP – Partido Popular Progressista.

Apesar do reinício legal do Partido Comunista do Brasil, o argumento que a entidade adotava postura extremista subordinada a organizações doutrinárias estrangeiras – o comunismo soviético – acabou por determinar por três votos a dois a ilegalidade do partido. Apesar disso, os mandatos dos comunistas eleitos, entre eles, o do Senador Luís Carlos Prestes, poderiam estar salvaguardados se considerassem que o povo os elegeu como seus representantes; portanto, independente de partido, poderiam responder pelos seus eleitores³¹⁸.

Esta concepção de que o parlamentar representava o povo, e não o partido, não prevaleceu. As eleições municipais de 26 de Outubro de 1947, contudo, tiveram forte presença dos comunistas como aliados, e até mesmo como candidatos sob outras legendas como a do Partido Popular Progressista (PPP) e também Partido Social Progressista (PSP), de onde saíram vários dos comunistas que compunham a Câmara Municipal do Recife³¹⁹. A Folha do Povo, jornal que volta a ser publicado em 1945, foi um dos principais instrumentos de luta dos comunistas e das camadas populares do Recife e de Pernambuco.

É nele que encontramos a movimentação dos trabalhadores organizados em comitês, ligas e associações, com destaque para o movimento de mulheres, contra a cassação dos mandatos, em defesa da legalidade do PCB, em defesa da Constituição e da Democracia, em prol das candidaturas populares³²⁰.

Através da Folha do Povo, é possível acompanhar a campanha dos chamados candidatos populares em municípios como Paulista. Segundo Zélia Gominho, “para os jornais anticomunistas, a Folha do Povo fomentava a luta, o conflito, a desarmonia, a desordem”³²¹. A Folha do Povo e outros jornais comunistas permitiam, inclusive, a manifestação de seus leitores sobre problemas políticos e também sobre dificuldades cotidianas, como transporte, abastecimento, custos de vida. No entanto, a postura do partido no período de democratização pós-Estado Novo parece voltar-se para uma posição menos combativa, pedindo que seus

³¹⁶ CAVALCANTI, op. cit. p.108.

³¹⁷ PANDOLFI, op. cit. p.89.

³¹⁸ GOMINHO, 2011, op. cit. p. 192.

³¹⁹ Ibidem, p.200.

³²⁰ Ibidem, p. 193-194.

³²¹ Ibidem, p.194.

filiados e admiradores “apertassem os cintos”, remetendo-se às greves e outras manifestações. Essa postura alinhava-se bastante com o discurso pessedista.

Para Paulo Cavalcanti, “os erros principais do PC, nesse tempo, foram os de privilegiar as lutas legais, subestimando a organização de suas bases e, conseqüentemente, da classe operária, para embates de maior rendimento social e político” ³²². As células e comitês obtiveram sucesso em seus esforços, já que estavam direcionados prioritariamente para a aglomeração de forças em torno das candidaturas dos comunistas e da inclusão de parte de seus projetos na Constituição Estadual de Pernambuco. Ainda Segundo Paulo Cavalcanti, “na fase de elaboração da Constituição do Estado, os comunistas deram tempo integral às ilusões pequeno-burguesas de que, inserindo na Lei Magna dispositivos progressistas, transformariam a sociedade semifeudal e agrária de Pernambuco, automaticamente” ³²³

O termo ‘feudal’ era recorrente quando a Folha do Povo se referia ao município de Paulista e aos municípios em situações parecidas, onde a maior parte das propriedades rurais e urbanas pertencia apenas a uma empresa, família, ou a um único dono. A atuação do Partido Comunista, juntamente com o PSD, trazia à tona a discussão de elementos em torno dos latifúndios improdutivos e da organização municipal, mesmo que guiados pelo ideal de conciliação. No entanto, “ao contrário das tentativas feitas em Olinda, Cabo e Moreno, a proposta de constituição da ‘faixa verde’ em Paulista, com a distribuição de terras aos camponeses no perímetro da cidade, teve uma vida mais longa” ³²⁴.

A aliança PSD – PCB empreende disputas significativas no cenário político do município de Paulista. O Partido Social Democrático abarcava parte das lideranças sindicais têxteis da cidade, apadrinhados desde 1942 por Agamenon Magalhães. Enquanto isso, durante a “redemocratização”, o Partido Comunista, amplamente combatido, inclusive pelo sindicato, ganhava espaço com diversas células e comitês nos distritos de Paulista, além de compor a aliança que buscava eleger Severino Cunha Primo, o qual era funcionário da Companhia de Tecidos Paulista e tesoureiro do sindicato. O partido ainda ocupa algumas cadeiras na Câmara de vereadores, aglutinando-se em uma oposição aos representantes da CTP na política local, contribuindo para as modificações na composição do território urbano da cidade a partir da década de 1940, juntamente com o PSD.

³²² CAVALCANTI, op. cit. p.122.

³²³ Ibidem, p.122-123.

³²⁴ LEITE LOPES, op. cit. p.486.

4.2 Os Impasses da Propriedade Privada dos espaços de Paulista

“Acho que o PCB deve fazer logo outro comício em Paulista”, dizia Felisbela Lima, em entrevista à Folha do Povo³²⁵. A urgência para que se realizasse outro evento devia-se aos acontecimentos do último comício, na vila operária do município, em 1946. Marcado para um domingo, a reunião de grandes proporções do Partido Comunista contaria com a presença de diversos militantes da capital. A efervescência, proporcionada pelos discursos sobre Democracia oriundos de diferentes lados, aclimatava o período de campanhas eleitorais. A abertura política pós-Estado Novo havia emergido os comunistas do mundo da ilegalidade, conquanto não significasse sua aceitação, principalmente em localidades com forte repressão da expressão pública dos trabalhadores, como é o caso de Paulista.

Durante o comício, como forma demonstração de força e, ressaltando quão malquistos os comunistas eram nos domínios dos irmãos Lundgren, vários tiros foram disparados em direção à multidão de comunistas e simpatizantes. O jornal comunista Folha do Povo chamou esse episódio de 12 de Novembro de 1946 de “A Chacina de Paulista”³²⁶. Os operários do Recife, Antonio Firmino Lima e Nelson Rodrigues Vasconcelos foram feridos fatalmente, evidenciando, mais uma vez, a questão da milícia armada mantida pela Companhia de Tecidos Paulista para vigiar e assegurar os interesses da empresa, utilizando-se, principalmente, da violência e do medo.

A mulher chamada de Felisbela seria a mãe de um dos operários assassinados. O tom utilizado para abordar a entrevista de uma mãe em sofrimento pela perda do filho indica sua revolta e desamparo, porém, o jornal buscou destacar os pontos que amenizassem o possível medo de continuar a campanha eleitoral, os comícios e as células do Partido Comunista no município de Paulista. O episódio é descrito em mais outro artigo como o “crime hediondo de Paulista, feudo dos conhecidos agentes nazistas Lundgren, em que dois heroicos militantes do Partido Comunista perderam a vida sacrificando-se pela causa da Democracia”³²⁷. Dessa forma, as mortes são lembradas, durante os meses subsequentes, como atos de sacrifício e heroísmo que não deveriam ser esquecidos.

Os assassinatos de Novembro de 1946 acontecem em período de embates no âmbito político, em que o PCB, PSD e PTB eram as principais legendas na disputa pelo poder público municipal. Entretanto, a aliança de esforços dos dois primeiros para eleger o

³²⁵ **Folha do Povo**. Recife, 17 de Novembro de 1946.

³²⁶ **Folha do Povo**. Recife, Novembro de 1946.

³²⁷ **Folha do Povo**. Recife, 17 de Novembro 1946.

candidato Severino Cunha Primo como prefeito, em oposição ao candidato apoiado pela Companhia de Tecidos Paulista, José Eustáquio de Queiroz, obrigava o pronunciamento dos possedistas em relação à violência dos “capangas” da CTP, tema recorrente em ambas as campanhas municipais de oposição aos industriais. Em telegrama, como presidente do Diretório do Partido Social Democrático, Cunha Primo formalmente protesta contra o que chamou de “covarde inominável assassinato”³²⁸, e lembra que os trabalhadores eram membros de um partido garantido por dispositivos da Carta Constitucional de 1946³²⁹.

O aparente alinhamento, nesse momento, nem sempre pode ser evidenciado em outros casos de violência, coação e repressão denunciados pela Folha do Povo, conhecido jornal comunista, e o Folha da Manhã, jornal de propriedade de Agamenon Magalhães, principal líder do Partido Social Democrático, destacadamente no cenário político pernambucano. Já na década de 1930, as milícias particulares são colocadas em pauta em alguns jornais pernambucanos. “É o momento da eclosão na imprensa, como resultado da ação de setores do governo saído do movimento revolucionário de 1930, de uma breve discussão sobre as milícias privadas de grandes fábricas, usinas e empreendimentos rurais”³³⁰.

Naquele momento, o Diário da Manhã noticiava as apreensões de armamentos na residência dos Lundgren³³¹, enquanto o Diário de Pernambuco saía abertamente em defesa dos industriais, afirmando a necessidade e a legitimidade das milícias privadas³³². Mesmo com uma aparente divergência inicial, os artigos do Diário da Manhã não se posicionam fortemente, colocando-se na defensiva³³³. Já os governos de Pernambuco e da Paraíba, em que situação semelhante ocorria, na vila de Rio Tinto, procuram afirmar uma sujeição à fiscalização da polícia, devido ao possível uso dessas milícias contra o regime. Contudo, assumem postura tolerante em relação ao uso “na manutenção da ordem do interior de seu território daquelas unidades produtivas vis a vis de seus trabalhadores e seus habitantes”³³⁴.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial ameniza possíveis divergências sobre este e outros pontos, como a aplicação da legislação trabalhista e a restauração do município, em 1935. No entanto, o pós-guerra e a redemocratização, imbuída, ainda, dos valores políticos estadonovistas reformulados para a defesa de uma Democracia, traz os temas da violência e das milícias privadas novamente à cena dos embates políticos. O domínio sobre os

³²⁸ **Folha do Povo**. Recife, 19 de Novembro de 1946.

³²⁹ **Folha do Povo**. Recife, 19 de Novembro de 1946.

³³⁰ LEITE LOPES, op. cit. p. 192

³³¹ **Diário da Manhã**. Recife, 17 de Novembro de 1931.

³³² LEITE LOPES, op. cit. p.192.

³³³ Ibidem, p.194.

³³⁴ Ibidem, p.195.

municípios, estratégia de relevância para o PSD em Pernambuco, antagonizava com o interesse quase idêntico ao dos empresários, que detinham, entretanto, a propriedade do território municipal, além de serem contribuintes relevantes para o Estado.

Os comunistas da Folha do Povo escancaravam, nas manchetes, referências ao Nazismo para se referir aos Ludgren. O termo carregava forte significado, pois remetia-se às acusações e investigações constantes, durante a guerra, sobre a suspeita de apoio dos empresários ao Eixo ou de simpatia ao regime Nazista, dando abrigo e trabalho a um número elevado de alemães³³⁵. No entanto, o periódico buscava ressaltar, também, a postura dos industriais em relação aos trabalhadores, caracterizando-a como fascista, repressiva e violenta. “A família operária do município de Paulista e Maricota sob o regime do terror fascista”; “No feudo nazi-fascista dos Lundgren domina verdadeiro terror”; “Os nazistas Lundgren expulsam os moradores”; são exemplos de algumas dos muitos artigos sobre a cidade.

No final de 1945 e início de 1946, invasões a casas de trabalhadores industriais e rurais, em Paulista, são denunciadas pelo jornal comunista. No Folha da Manhã, O líder sindical Antonio Torres Galvão nomeia um dos seus textos de “Reação Suicida”³³⁶, pois critica a reação dos industriais ao que considera um aparente êxito comunista entre os trabalhadores de Pernambuco.

O comunismo nada mais representa entre os trabalhadores do que a exasperação; o protesto contra uma situação que já não tem razão de ser e que não pode perdurar por mais tempo, diante da evolução do mundo. O que se deve e se precisa fazer é examinar as causas dessas exasperações; dessas inquietações e descontentamentos, corrigindo-as, para anular-lhes os efeitos. [...] Conheço a índole boa e generosa dos nossos trabalhadores, e posso afirmar que eles não são comunistas. São injustiçados. São explorados. E, no momento em que os patrões se decidirem a fazer justiça, no momento em que as leis de proteção ao trabalho forem observadas; não haverá mais comunismo no meio do operariado pernambucano³³⁷.

Os industriais dos quais fala Torres Galvão são principalmente os donos da Companhia de Tecidos Paulista, no entanto, nos artigos do Folha da Manhã, o então líder sindical busca falar em termos gerais, ou omite, muitas vezes, o nome dos envolvidos. Entretanto, Severino Cunha Primo, outra liderança de destaque no cenário político de Paulista, candidato a prefeito em 1947 e tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu, dedica a maior parte do seu espaço no jornal para expor assuntos do seu município e ambiente de trabalho. Cunha Primo compara, em um dos

³³⁵ Cf. LEWIS, op. cit.

³³⁶ **Folha da Manhã**. Recife, 29 de Dezembro de 1945.

³³⁷ **Folha da Manhã**. Recife, 29 de Dezembro de 1945.

seus artigos na “Página do Trabalhador”, a situação da “capangagem” antes e depois da intervenção de Agamenon Magalhães. Contudo, ressalta o ressurgimento de uma nova onda de repressão através de uma polícia dominada pela Companhia de Tecidos Paulista.

O líder sindical utiliza-se do artigo para construir uma imagem de um período de melhorias significativas para a vida dos trabalhadores, encabeçadas por Agamenon Magalhães. No governo de Carlos de Lima Cavalcanti, o qual considera período de desgoverno e grandes violências, “quem quisesse se retirar deste centro industrial, ou saía fugido ou tirava um passaporte, como se habitasse em terras estranhas. Caixeiros viajantes, propagandistas, pequenos comerciantes, visitantes, eram vigiados por bajuladores da empresa, que classificavam todos de comunistas”³³⁸. Com a chegada do “Leão do Norte”³³⁹, como ele denomina Agamenon Magalhães, teria desaparecido a violência policial. “Desapareceu aquela fama de cidade sem honra”³⁴⁰. Durante o governo do prefeito nomeado José Primo de Oliveira, teria ocorrido “uma febre de melhoramentos, dois grupos escolares, um mercado, um palacete moderno onde funciona a sede do governo municipal, ruas calçadas, posto de higiene, etc.”³⁴¹.

A maneira como os colaboradores da Folha da Manhã retratam esse período de influência de Agamenon em Paulista, como se fosse uma pausa ou um enfraquecimento da prática de coação e vigilância através de uma milícia privada, contrasta com o próprio crescimento do grupo denominado de vigias. Embora esquecidos pelo meio público, continuaram presentes no cotidiano dos habitantes de Paulista, até mesmo crescendo em proporções próximas à própria população e o empreendimento fabril³⁴². Ao passo que Severino Cunha Primo e Torres Galvão consideravam que os episódios de 1946 eram uma volta da violência e da “capangagem”, possivelmente seria uma nova exposição da violência cotidiana da cidade-fábrica, devido aos interesses em torno das disputas políticas.

No entanto, quando necessário reforçar o ataque à capangagem, os colaboradores da Folha da Manhã descrevem a utilização de mecanismos de repressão, através da violência, como elemento que atingia os trabalhadores da cidade com maior intensidade naquele momento, confirmando “uma tradição” dessa prática. Segundo Cunha Primo, “é doloroso que tais escândalos sejam praticados por quem de direito devia respeitar o lar dos seus operários, e

³³⁸ **Folha da Manhã**. Recife, 12 de Janeiro de 1946.

³³⁹ Forma a que se referem várias vezes a Agamenon Magalhães.

³⁴⁰ **Folha da Manhã**. Recife, 12 de Janeiro de 1946.

³⁴¹ **Folha da Manhã**. Recife, 12 de Janeiro de 1946.

³⁴² “No imediato pós-guerra, a CTP contaria, segundo informações de ex-dirigentes do sindicato de trabalhadores têxteis de Paulista, ‘com 743 homens que usavam o título de vigia, para vigiar tudo que se passava dentro dos 241 Km² de terreno do município, que todos pertenciam à família Lundgren’”. Cf. LEITE LOPES, op. cit. p.197.

não confirmar uma tradição, que, nós outros, estamos trabalhando para apagar”³⁴³. Uma das maiores críticas, contudo, aparece nos textos tanto de Severino quanto de Torres Galvão: as medidas violentas e também o não cumprimento da legislação trabalhista fortaleciam o discurso dos comunistas e sua difusão no meio operário. Esses argumentos vão ser recorrentes quando das diversas denúncias dos impasses da propriedade privada do território municipal. As denúncias se desdobram em oposição aos Lundgren, e em anticomunismo.

O sindicato dos tecelões de Paulista é instalado apenas em 1942, e já nasce atrelado à tutela de Agamenon Magalhães. A propriedade privada de todo o território municipal e o monopólio sobre a construção de imóveis na cidade é denunciado. A dificuldade encontrada, mesmo com a manutenção do registro do sindicato, para a instalação de sua sede, é tema recorrente nos artigos de Antonio Torres Galvão. A sede só é inaugurada em 1945, sendo necessária a utilização de locais provisórios, como Maricota e Igarassu. A transferência da sede para o centro do município de Paulista foi conseguida com negociações e pressões políticas entre a Companhia e o líder do PSD.

Em artigo sobre a atuação do sindicato operário têxtil de Paulista, a figura de Torres Galvão e seu alinhamento com as diretrizes políticas de Agamenon e do PSD são destacadas. O presidente do sindicato é descrito como “um espírito dinâmico e inteligente”; “sua ação não se limita a direção do seu Sindicato. Exerce também o jornalismo em defesa de sua classe e dos ideais políticos que adota”³⁴⁴. Os textos jornalísticos de Antonio Torres Galvão vão ganhando caráter cada vez mais geral, abordando temas de todo o Estado ou de nível nacional, à medida que se desloca de uma liderança local de Paulista, para ocupar espaços na máquina pública de Pernambuco, dominada majoritariamente pelo partido do seu mentor.

Muito embora, Antonio Torres Galvão dedique-se principalmente à Justiça do Trabalho e, posteriormente, aos temas legislativos, ainda aparecem as críticas e denúncias das implicações negativas de um domínio tão forte dos Lundgren sobre o município de Paulista. Severino Cunha Primo, contudo, vai expor mais casos e questões locais a partir da segunda metade de 1945. A Folha do Povo, retomando suas atividades a partir do mesmo ano, destina espaço considerável de suas páginas diárias para discorrer sobre assuntos de interesse dos moradores-trabalhadores de Paulista. Por vezes com abordagens e temas semelhantes, os dois jornais têm focos diferentes. Enquanto o Folha do Povo ressaltava a recorrente violência policial de um grupo armado privado, a Folha da Manhã toca pouco nesse assunto e, quando o faz, a

³⁴³ Cf. LEITE LOPES, op. cit.

³⁴⁴ **Folha da Manhã**. Recife, 12 de Maio de 1945.

crítica se dá de forma mais branda, concentrando-se na discussão sobre os mecanismos públicos na resolução dos inúmeros problemas dos paulistenses.

A denúncia dos assassinatos dos militantes comunistas, das agressões constantes aos que ousassem desobedecer aos “donos da cidade”, provavelmente era encarada pelos membros da Folha da Manhã como uma forma de divulgar e solidificar o discurso dos comunistas em Pernambuco e, nesse caso, em Paulista, já que, com a legalização do PCB, colocou-se a possibilidade de uma venda “livre” do conteúdo do jornal produzido pelo partido. Durante o seu breve período de legalidade, as páginas da Folha do Povo estampavam repetidamente “Nova Agressão ao Gazeteiro da Folha do Povo, em Paulista”³⁴⁵. No mesmo mês, os textos descrevem mais agressões:

Agridem um gazeteiro e ‘correm-no’, como autoridades legais. Ainda é tempo de tomar-se uma providência séria. Com vistas à Secretaria de Segurança. [...] porque nesses últimos dias, quem manda em Paulista são os capangas Edinho, Cozinhado, Antão Brito (demitido da polícia a bem da moral) o Professor Infame e companhia. E esta corja tem o atrevimento de gritar que quem manda é ‘seu coroné’.

A menção aos capangas aparece em diversas situações da relação da Companhia de Tecidos Paulista com os moradores-trabalhadores. É provável que os chamados capangas fossem também agentes recrutadores de mão-de-obra³⁴⁶, estando em contato com boa parte dos trabalhadores desde sua chegada ao núcleo industrial. Os vigias, com diversas funções dentro da vila, controlavam a entrada e saída, as fontes de energia como a água e a lenha, além de cumprirem outras ordens, quase sempre se utilizando, mesmo quando não se partia para a agressão, do medo internalizado pela população. Segundo Leite Lopes, contudo, a “gênese” dessa milícia não estaria ligada apenas à manutenção da ordem, mas às brigas entre facções políticas das classes dominantes locais na década de 20 e nos anos 10 também³⁴⁷.

Independente de uma possível explicação para a origem do que era chamado de milícia privada, esse “corpo de vigias”³⁴⁸ compunha um dos indícios mais flagrantes da presença constante da Companhia no controle do cotidiano da cidade, e não apenas dos funcionários ligados às atividades produtivas da família Lundgren. Os capangas tiveram maior atuação, principalmente, em períodos de disputas envolvendo demandas dos

³⁴⁵ **Folha do Povo**. Recife, Abril de 1946.

³⁴⁶ João Francisco, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

³⁴⁷ Cf. LEITE LOPES, op. cit. pp.197-198.

³⁴⁸ Termo utilizado por Leite Lopes (1988). Ibidem, p.191-203.

trabalhadores³⁴⁹ e poder político, tanto quando Paulista era distrito de Olinda quanto como novo município.

“No imediato pós-guerra, a CTP contaria, segundo informações de ex-dirigentes do sindicato de trabalhadores têxteis de Paulista, ‘com 743 homens que usavam o título de vigia, para vigiar tudo que se passava dentro dos 241 Km² de terreno do município, que todos pertenciam à família Lundgren’”³⁵⁰.

Esses vigias atuam amplamente no período que antecede às eleições municipais pós-Estado Novo, realizadas em 1947. Segundo artigos da Folha do Povo, na ocasião de divulgação do Comício do PCB em Paulista, a Secretaria de Segurança do Estado teria sugerido o adiamento do evento, alegando o fato de não ter policiamento ou autoridade policial, em Paulista, no momento. No entanto, a Secretaria não manifestara o mesmo argumento, quando dias antes, uma passeata composta pelos vigias teria se realizado nas ruas da cidade. Durante o percurso dos capangas bradavam-se ameaças aos comunistas e a quem pretendesse participar do comício marcado para os próximos dias. O jornal indica a participação de cerca de 60 pessoas lideradas por Edinho, além de crianças e outros curiosos³⁵¹.

Ao longo da “passeata dos capangas”, e durante os dias subsequentes, casas teriam sido invadidas. O autor do artigo elenca algumas das residências e cita símbolos utilizados na passeata que indicariam ameaças anticomunistas. Dessa forma, é possível que os trabalhadores mencionados tivessem ligados às células do partido presentes no município, ou tenham denunciado posteriormente ao jornal as ameaças sofridas. À medida que as eleições municipais iam se aproximando, o tema da capangagem começava a aparecer também na Folha da Manhã.

Tudo que a imaginação humana possa conceber em matéria de coação eleitoral feita pelo poder econômico, está se processando na cidade feudal de Paulista, onde os senhores todos poderosos não se conformam com a vitória dos candidatos da consciência coletiva. [...] A poderosa empresa num flagrante desrespeito à lei eleitoral e à Constituição, licenciou 25 dos seus capangas que correm de porta em porta, de trabalhador a trabalhador, com as mais torpes ameaças exigindo as chapas do PSD e fazendo receber as chapas do candidato fantoche, tirado do bolso dos seus coletes com a legenda do PTB³⁵².

³⁴⁹ Cf. LEITE LOPES, op. cit. ver pp. 239-240.

³⁵⁰ Ibidem, p.197.

³⁵¹ **Folha do Povo**. Recife, 30 de Março de 1946. O autor afirma o referido capanga, Edinho, seria um dos filhos dos Lundgren.

³⁵² **Folha da Manhã**. Recife, 25 de Outubro de 1947.

Antônio Torres Galvão e Severino Cunha Primo pedem às autoridades que “ponham termo à capangagem ainda existente nas cidades do interior”³⁵³. Em Paulista, a impunidade é destacada por ambos os jornais. Os industriais Lundgren detinham a propriedade de todo o território e influência sobre a própria polícia, que em muitos casos esteve aliada ou omissa acerca das ações dos capangas, imbuídos da autoridade legada pelos “coronéis”. Um exemplo flagrante dessa situação ocorre, mais uma vez, em relação às mortes dos dois militantes comunistas de Recife durante o comício do PCB, em 1946.

Após o crime, mesmo parecendo uma fórmula incomum, os capangas foram presos. As páginas da Folha do Povo, contudo, tiveram que noticiar e clamar por justiça durante muito tempo, pois um dos capangas acusados dos disparos fugiu da cadeia. O cárcere dos assassinos tinha uma peculiaridade: ele se localizava dentro dos muros de uma das fábricas têxteis de Paulista, cujo dono era acusado pelos opositores comunistas como mandante dos disparos. O vigia, que permaneceu na cidade, respondia por homicídio, enquanto voltou a trabalhar ameaçando trabalhadores³⁵⁴. O jornal acusava, também, o tenente Rômulo, responsável pelo destacamento policial de Paulista, de ser conivente com a “evasão”, já que afirmava não ter visto e nem ouvido nada, mesmo estando presente, e sendo a fuga caracterizada por grades serradas e abertura de uma porta trancada por fora³⁵⁵. Logo depois, é denunciado, também, o vínculo empregatício do delegado com a CTP e sua dupla função enquanto delegado e vigia³⁵⁶.

Os impasses dessa propriedade privada de uma cidade podem ser encontrados além da repressão e coação, envolvendo violência física, exercida pelo “corpo armado de vigias”. Os Lundgren, além do controle considerável da polícia local, forneciam e controlavam parte da infraestrutura utilizada pela administração municipal, mas principalmente o aparato concernente à sobrevivência e cotidiano dos trabalhadores rurais e industriais de Paulista. A remuneração dos trabalhadores industriais tinha baixo poder de compra, e era insuficiente, inclusive, para as necessidades básicas como alimentação, vestimenta e moradia. Boa parte desses itens tornava-se objeto de uma postura paternalista dos patrões, que buscavam mascarar a ampla exploração da mão-de-obra.

A partir da década de 1940, com o surgimento de um sindicato, surgem disputas pontuais pela assistência social dos trabalhadores têxteis, em Paulista. O sindicato contava com um carro-ambulância para socorrer seus filiados, além de em 1948 já contar com outros

³⁵³ **Folha da Manhã**. Recife, 25 de Outubro de 1947.

³⁵⁴ **Folha do Povo**. Recife, 8 de Agosto de 1947.

³⁵⁵ **Folha do Povo**. Recife, 10 de Agosto de 1947.

³⁵⁶ **Folha do Povo**. Recife, 27 de Agosto de 1946.

tipos de assistência médica. Em 1946, tinha sido inaugurado o Serviço de Assistência à Infância, em Paulista, divulgado como mais uma conquista dos sindicalistas têxteis na cidade³⁵⁷. O “Serviço de Assistência aos Filhos dos Trabalhadores Sindicalizados”, dirigido pelo médico Baianor Teodósio, contaria com “dispensário, enfermagem, farmácia, gabinete dentário, raio X e laboratório de análises”³⁵⁸.

Entretanto, a incipiente assistência médica para os sindicalizados não tinha capacidade para atender toda a população. Além disso, a Companhia era responsável pela feira, pela venda de vestimenta, aluguel de casas e terrenos, mobilidade dentro da vila, entre outros elementos de grande custo e proporções. Essa presença constante da Companhia, inclusive fora das fábricas, propiciava a utilização de todo o aparato da cidade como forma de pressão aos trabalhadores, ao ameaçar cortar alguns desses serviços, além do poder de decisão sobre a moradia dos seus funcionários, dos comerciantes e trabalhadores liberais, como professores, médicos, enfermeiros, etc.

O sindicato parece criticar, ainda, o exagero de tempo gasto pelos trabalhadores com divertimentos, sobretudo com o futebol. O artigo de Severino Cunha Primo sobre o futebol deixa evidente a postura dos líderes sindicais da cidade em relação a esse “divertimento” constante. Para o sindicalista Cunha Primo, o futebol era um desperdício da inteligência e esforço dos jovens trabalhadores.

A grande culpa de ainda não termos alcançado no Brasil o nível aos trabalhadores americanos, suecos, franceses e alemães, é sem dúvida o futebol, esse futebol que em todo território brasileiro tem absolvido o tempo e a inteligência da nossa mocidade; desde o filho do mais potentado ao mais baixo trabalhador. Da maneira como temos usado o esporte betrão em nossa terra, dentro de pouco tempo seremos o primeiro povo especializado em dar cabeçada e ponta-pés³⁵⁹.

O ataque ao futebol, atividade considerada desperdício de energia e de esforços, buscava salientar que o estudo técnico industrial era necessário ao trabalhador brasileiro, como forma de elevação da Pátria brasileira. Segundo Cunha Primo, enquanto os conterrâneos estavam correndo atrás de uma bola, os trabalhadores estrangeiros estariam “debruçados em cima de livros ou desenhando, procurando, cada vez mais, distanciar de nós os brasileiros em matéria de especialização e conhecimentos industriais”³⁶⁰. Além do exemplo dos países ao redor do mundo, a menção aos estrangeiros relaciona-se, provavelmente, com o amplo

³⁵⁷ **Folha da Manhã**. Recife, 18 de Julho de 1948.

³⁵⁸ **Folha da Manhã**. Recife, 18 de Julho de 1948.

³⁵⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 24 de Novembro de 1945.

³⁶⁰ **Folha da Manhã**. Recife, 24 de Novembro de 1945.

emprego de estrangeiros nos cargos especializados nas fábricas têxteis da Companhia de Tecidos Paulista.

A incompatibilidade das informações divulgadas pela Companhia e a assistência encontrada no dia a dia também é amplamente ressaltada pela Folha da Manhã. Apesar da “completa assistência médica” que a empresa divulga como importante benefício entre os fornecidos ao operariado de Paulista³⁶¹, um dos artigos do jornal pessedista apontava a recorrência de mortes de mães e filhos quando da necessidade de realização de parto à noite³⁶². Casos semelhantes provavelmente ocorriam no atendimento de outros tipos de emergências noturnas. Os serviços públicos estariam igualmente comprometidos. A situação decorria, segundo a Folha da Manhã, da dificuldade de transporte e locomoção de professoras, médicos, enfermeiros, parteiras, e etc³⁶³.

A presença de casas higiênicas também é contestada pelos líderes sindicais. “As casas operárias por ela [a empresa] construídas são destituídas dos mais elementares requisitos de higiene, bastando dizer que são casas sem luz, sem água e sem saneamento”³⁶⁴. Referindo-se a Rio Tinto, Torres Galvão afirma que a empresa não cumpre legislação social como o salário mínimo e, nem mesmo, a higiene do trabalho³⁶⁵. Severino Cunha Primo intitula um dos seus artigos de “Cidade das Trevas”.

E é quase inacreditável, que uma cidade que figurou no último rescenseamento com 35.000 almas e tem um rendimento superior a quase totalidade de suas irmãs de Pernambuco, uma família tenha que sair à rua para medicar um enfermo, aproveitando os raios do luar. Isso porque os poderes não dotaram a cidade de uma rede elétrica, nem a empresa também tratou desse particular, deixando os seus operários entregues à própria sorte³⁶⁶.

Nesse trecho, o sindicalista critica tanto o poder público quanto a empresa pela falta de energia nas casas e também nas ruas. Os poucos locais iluminados, casas de estrangeiros, a mansão dos Lundgren, e as fábricas, tinham a energia fornecida pela própria Companhia. A instalação de energia elétrica em outros pontos, muito possivelmente, deveria passar pelo aval da própria CTP, que seguia em oposição política desde a década de 1930. O poder exercido sobre o espaço da cidade permitia à empresa controlar, senão toda, boa parte das modificações de infraestrutura, das construções e da ocupação em Paulista.

³⁶¹ **Anuário de Olinda**. Olinda, 1956.; **Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista**. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3).

³⁶² **Folha da Manhã**. Recife, 21 de Julho de 1945.

³⁶³ Cf. **Folha da Manhã**. Recife, 29 de Junho de 1946.

³⁶⁴ **Folha da Manhã**. Recife, 29 de Junho de 1946.

³⁶⁵ Cf. **Folha da Manhã**. Recife, 25 de Agosto de 1945.

³⁶⁶ **Folha da Manhã**. Recife, 22 de Dezembro de 1945.

Durante os primeiros anos pós-Estado Novo, houve perseguição aos opositores políticos da empresa, contestadores das regras ou das ações no âmbito das fábricas, e ainda os indivíduos considerados comunistas sofreram despejos, além das violências físicas, em alguns casos. A Folha do Povo estampa diversas expulsões de trabalhadores rurais, de operários que procuraram seus direitos trabalhistas, e até mesmo comerciantes indesejados³⁶⁷.

Em Julho de 1947, a casa de um trabalhador foi “invadida e depredada”³⁶⁸ pelos capangas da empresa. Adolfo de Assis, então, recorreu ao jornal para “protestar contra as violências de que foi vítima a sua família em Paulista, da parte do sr. Arthur Lundgren”³⁶⁹. O seu avô, João Francisco de Assis, havia trabalhado durante 20 anos para a família Lundgren, desde 1904 a 1924. Não é mencionado que tipo de trabalho, se foi operário ou prestava outro tipo de serviço, contudo, João Francisco começara a trabalhar de forma autônoma, e continuava a residir em terras dos Lundgren, tendo sido perseguido desde então, segundo o jornal.

No dia 30 do mês de junho, a casa de João Francisco foi invadida por 15 capangas “armados de rifles”. O objeto de depredação foi um forno, provavelmente relacionado à atividade autônoma que Adolfo estava exercendo. O forno foi demolido por um segundo grupo que veio até a casa do trabalhador. O trabalhador teria buscado seus direitos junto ao Interventor Amaro Pedrosa, o qual passou a responsabilidade para a polícia de Paulista, que há tempos vinha sendo denunciada pela Folha do Povo, devido à letargia frente às medidas que envolvem violências praticadas pelos Lundgren³⁷⁰.

O episódio narrado consiste em apenas um dos momentos de expressão dos impasses descritos nos jornais Folha do Povo e Folha da Manhã em relação à propriedade privada de uma cidade inteira. Esse monopólio sobre o território de Paulista vai ser tema de discussões nos projetos políticos em disputa no período de redemocratização pós-Estado Novo, em Pernambuco. A própria recorrência do tema acerca dos problemas que acometem o cotidiano dos trabalhadores da cidade já é acompanhada da apresentação pontual das propostas políticas das frentes partidárias que viriam rivalizar o domínio da máquina pública municipal.

Os obstáculos enfrentados cotidianamente pelos trabalhadores e moradores de Paulista vão embasar o discurso e a ação desses grupos no Estado e, principalmente, dentro do

³⁶⁷ **Folha do Povo**. Recife, 1946-1947. Encontram-se títulos como: Preso e espancado um comunista em Paulista; Violência planejada contra um operário; Sequestrado um trabalhador em Maricota pela polícia particular dos Lundgren; Capangas dos Lundgren sob ordens do delegado de Paulista; Os nazistas Lundgren expulsam os moradores.

³⁶⁸ **Folha do Povo**. Recife, 26 de Julho de 1947.

³⁶⁹ **Folha do Povo**. Recife, 26 de Julho de 1947.

³⁷⁰ **Folha do Povo**. Recife, 26 de Julho de 1947.

município. Entretanto, o entrelaçamento e o embate das propostas, em meio ao poder econômico e territorial, dificilmente contestado pelo poder público, tomam diversos caminhos. Podemos nos questionar, contudo, em que medida estas propostas envolveram as necessidades do trabalhador e morador comum da cidade.

4.3 Movimento pela “libertação da cidade” e a apropriação do espaço urbano de Paulista.

Considerando-se o clima de tensão e terror em Paulista, mencionado constantemente pela Folha do Povo, os resultados eleitorais para a presidência, em 1945, mostraram um expressivo êxito dos comunistas entre o eleitorado do município. Tanto Yedo Fiuza, candidato à presidência, quanto Prestes, candidato a senador, Gregório Bezerra e Adalgisa Cavalcanti, ambos candidatos a deputados, receberam uma significativa quantidade de votos³⁷¹. Outros locais de Pernambuco confirmaram a influência do PCB entre os eleitores mais populares. “Dutra e o PSD venceram em todo o estado, no entanto, o PCB foi grande vitorioso na capital: Yedo Fiuza foi o mais votado no Recife para presidência”³⁷². No entremeio das eleições para governo do Estado e dos municípios, várias alianças foram sendo formadas, apesar da permanência do discurso anticomunista.

A aliança entre PCB e PSD, tanto em esfera estadual quanto na local de Paulista, abria possibilidades de consolidação de um poder municipal com capacidade de oposição à força econômica e política da Companhia de Tecidos Paulista. Conquanto existissem resistências cotidianas dos moradores e ações de entidades como o sindicato, além da posse sobre o território da cidade, os Lundgren tinham forte influência sobre a atuação e empreendimentos da máquina pública, inclusive durante a vigência das interventorias do Estado Novo. Com as novas eleições, a disputa pela prefeitura e cadeiras na câmara dos vereadores era crucial para continuar com amplo domínio sobre diretrizes para administrar, construir, e assistir os moradores-trabalhadores.

Durante o ano de 1946, instaurou-se uma Assembleia Constituinte com objetivo de construir uma nova Carta Magna para o estado de Pernambuco. A assembleia trabalhava atravessada pelas divisões políticas que afetavam inclusive o governo do Estado. Sendo resultado de diversos interesses, negociações e alianças, a Constituição Estadual de 1947 e suas regulamentações tiveram implicações na lei de organização municipal. Correspondendo à situação de diversos municípios, a lei estabelecia que “as sedes dos Municípios e Distritos não

³⁷¹ **Folha do Povo**. Recife, 5 de Dezembro de 1945.

³⁷² GOMINHO, 2011, op. cit. p.217.

podem ser localizadas em terras encravadas em propriedades pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, salvo quando patrimônio de instituições religiosas e beneficentes”.³⁷³

A lei descrevia a situação já exposta e debatida pela Folha da Manhã e Folha do Povo desde 1945. A afirmação constante dos problemas trazidos por essa coincidência entre a sede municipal e a propriedade privada passa a ser apresentada, então, como parte do programa político do PCB e PSD, sendo, mesmo antes da instalação da Constituinte, uma bandeira levantada entre as críticas ao domínio da CTP e outras empresas em seus respectivos municípios. No período eleitoral, contudo, os impasses dessa propriedade privada de um município inteiro vão ser explorados ao máximo, pois se constituía como principal estratégia para derrotar os representantes da empresa nas urnas.

“Tanto a maioria parlamentar na Assembleia Constituinte Estadual quanto na Câmara Municipal de Paulista são asseguradas por uma aliança entre PSD e o PC”³⁷⁴. Dessa maneira, algumas pautas defendidas pelo PCB são incluídas no projeto da nova Carta Constitucional Estadual³⁷⁵, embora cada partido tenha dado ênfase a aspectos diferentes para solucionar o problema nos casos específicos. O PCB, mesmo após ter sua legalidade revogada, continua apresentando o projeto relacionado à organização municipal de Paulista, ainda que sob outra legenda.

Convicto de que o principal fator de atraso do município reside no monopólio da terra por parte da Companhia que impede a construção de casas e o florescimento do comércio e das indústrias atualmente monopolizadas por uns poucos protegidos. Convicto de que daí resulta o intolerável ambiente de opressão, perseguições e crimes praticados pela capangagem armada, o Diretório Municipal de Paulista do P.P.P. apela para o proletariado [...] e sofredor de Paulista para que se organize, lute e apoie os candidatos indicados pelo nosso partido³⁷⁶.

Vários dos temas abordados pelo Programa Mínimo do Partido Popular Progressista publicado na Folha do Povo expõem alguma problemática relacionada à ambiguidade do público e privado em Paulista, criticando o monopólio de terras dos Lundgren. Entre as propostas apresentadas, figura a desapropriação de terras da “Muribeca, Paratibe, Maranguape, Fragozinho, Jaguaribe, Melões, em Paulista e Caetê, Disterro e S. Bento, em Maricota, a fim de serem entregues aos agricultores que as queiram cultivar”³⁷⁷. Nesse

³⁷³ **Folha da Manhã**. Recife, 13 de Julho de 1947. O jornal transcrevia partes da nova Constituição Estadual.

³⁷⁴ LEITE LOPES, op. cit. p.468.

³⁷⁵ Cf PANDOLFI, op. cit. p. 126.

³⁷⁶ **Folha do Povo**. Recife, 13 de Setembro de 1947.

³⁷⁷ **Folha do Povo**. Recife, 13 de Setembro de 1947.

primeiro momento, não são apresentadas soluções para a circunstância da sede, a qual correspondia totalmente a uma propriedade privada.

A despeito das desapropriações de espaços da cidade de Paulista, a problemática amplamente apresentada pelo Programa Mínimo dizia respeito aos trabalhadores e propriedade rurais. Em diversos momentos, a expulsão de trabalhadores rurais é mencionada na Folha do Povo. Acompanhando a legalidade do PCB, esteve a aparição pública das suas “células de fábrica” e “rurais” ³⁷⁸ em Paulista, localizadas, principalmente em Maricota e áreas próximas, como Araçoiaba. Dessa forma, a necessidade de faixas de terra públicas que pudessem ser repassadas aos trabalhadores rurais a preços acessíveis, além de auxílios para a produção, fazia parte das bandeiras de campanha dos comunistas frente ao eleitorado de Paulista, e também de municípios como Moreno, o qual apresentava situação semelhante.

Outro aspecto contemplado pelo programa eleitoral concernia ao setor de serviços urbanos. Para o PCB (PPP/PSP), o fornecimento de água e luz deveria ser público, assim como uma feira ou um mercado em Paulista e Maricota necessitava ser independente da Companhia de Tecidos Paulista. Os serviços considerados básicos serviam como arma de pressão para evitar contestações às ordens e exigências da CTP. A empresa buscava, ainda, controlar os preços da feira e, provavelmente, tinham poder sobre outros tipos de comércio, já que era possível impor condições ao próprio uso do espaço da cidade, além de se utilizarem da violência. Durante as eleições, apesar de proibições diretas serem consideradas antidemocráticas, a ação “indireta” era denunciada pela Folha do Povo, como o desligamento da energia em dia de comício da oposição.

Além das diversas críticas expostas tanto pelos comunistas quanto pelos líderes sindicais têxteis de Paulista ao mau funcionamento ou inexistências de alguns dos serviços divulgados pela CTP, como benefícios fornecidos aos trabalhadores-moradores da cidade, tanto a Folha do Povo quanto a Folha da Manhã reforçavam, à sua maneira e interesse, a possibilidade de pressão e coação decorrente do amplo domínio do território e da infraestrutura de um município inteiro. A violência ocupava espaço maior nas páginas do jornal do PCB, entretanto, ao passo que se aproximavam as eleições municipais, os ataques aos Lundgren tinham direcionamento cada vez mais afinado com as propostas eleitorais da aliança PSD – PCB.

³⁷⁸ LEITE LOPES, op. cit. p.487.

Entre o desarmamento dos vigias em vias públicas, o que já aparenta deixar uma grande brecha à atuação da empresa³⁷⁹, mesmo que fosse colocado em prática, o Programa Mínimo apresentava propostas para o saneamento e a construção de uma hidroelétrica visando ao fornecimento de energia elétrica para os moradores comuns, em sua grande parte operários³⁸⁰. Ambos os aspectos eram recorrentemente expostos como deficiências da administração da Companhia de Tecidos Paulista enquanto proprietários, apesar dos empresários divulgarem uma situação onde, tanto o saneamento quanto a energia, já estariam presentes no cotidiano dos moradores da vila operária.

O próprio movimento de resistência dos operários leva em consideração, para contra-atacar, esta dominação da companhia que se estende para fora da produção: as greves de 1952, 1954, 1956, 1963, além de paralisarem a produção têxtil, cortaram também a luz e a água, transmitidas à parte privilegiada dos habitantes da cidade pela fábrica³⁸¹.

A própria desapropriação desses serviços, para que pudessem ser tratados como assunto da municipalidade, consistia em mais um dos pontos abordados pelas propostas de campanha eleitoral do PCB, alinhando-se aos interesses da aliança com o PSD. Em artigo sobre o assunto, a *Folha do Povo* anuncia que “fala a este jornal o prócer pessedista Antônio Torres Galvão”³⁸². O mesmo indivíduo já havia sido duramente criticado em anos anteriores³⁸³, recebendo o rótulo, inclusive, de “falso líder”. Agora, Torres Galvão tinha suas palavras estampadas nas páginas do jornal comunista, adjetivação que tanto figurava em seus artigos como um problema a ser duramente afastado e combatido entre o operariado pernambucano.

O PSD em Pernambuco acompanhava a política já iniciada no Estado Novo por Agamenon Magalhães, dando ênfase ao sindicalismo como melhor forma de organização para promover a conciliação entre os operários e as empresas. Já os eixos centrais da política de recuperação do mundo rural giravam em torno da “defesa da policultura e crítica à monocultura canavieira, ruralismo e fixação do homem à terra, ressurreição do sertão, crítica às indústrias artificiais, implantação de um sistema de cooperativa agrícola e combate ao latifúndio improdutivo”³⁸⁴.

³⁷⁹ A própria ambiguidade na cidade do que era considerado público ou propriedade privada da empresa possibilitava uma enorme brecha nesse projeto de regulamentação.

³⁸⁰ **Folha do Povo**. Recife, 13 de Setembro de 1947.

³⁸¹ LEITE LOPES, op. cit. p.462.

³⁸² **Folha do Povo**. Recife, 6 de Setembro de 1947.

³⁸³ **Folha do Povo**. Recife, Agosto de 1946.

³⁸⁴ PANDOLFI, op. cit. p.68.

A partir da atuação dos sindicalistas de Paulista, principalmente na redação de textos sobre o tema na Folha da Manhã, as propostas mais voltadas para o setor rural ficam ofuscadas pelas temáticas prioritariamente direcionadas para os trabalhadores industriais urbanos. Enquanto a menção a áreas específicas para a agricultura parece ser frequente na proposta política dos comunistas, este aspecto fica pouco aparente em explanações similares feitas pelos representantes do PSD, em Paulista.

Os temas vastamente presentes nas falas de Antonio Torres Galvão e Severino Cunha Primo referem-se aos trâmites da Justiça do Trabalho, incluindo denúncias do desrespeito constante da Companhia de Tecidos Paulista às leis trabalhistas; habitação operária e os serviços urbanos e de assistência social, como fica evidenciado na série de artigos que tratam dos “problemas básicos dos trabalhadores”³⁸⁵. Dentre as tentativas de se desvencilhar das leis trabalhistas, esteve a mobilização, forçada, dos operários contra a lei do salário-mínimo, em 1939³⁸⁶. Apesar do insucesso dessa estratégia, as pressões continuaram acontecendo e a lei também permaneceria sendo descumprida em diversas ocasiões. As ameaças giravam em torno da diminuição dos turnos de funcionamento da fábrica, o que consequentemente afetaria a quantidade de empregos e o valor da remuneração individual e da renda familiar.

A falta de energia elétrica no município, no que diz respeito às áreas e casas de convívio dos operários, havia sido mencionada diversas vezes entre 1945 e o período de eleições municipais. O querosene, inclusive racionado no período da Segunda Guerra Mundial, consistia na forma como os moradores comuns de Paulista produziam algum tipo de iluminação para as casas. Segundo Severino Cunha Primo, Paulista teria uma população de 40 mil habitantes, contudo, a cota de querosene não dava para abastecer nem ¼ da população³⁸⁷. Em adição, o sindicalista ressalta que “dos 84 municípios do Leão do Norte, a única cidade que não tem luz nas casas é Paulista”³⁸⁸.

Sei que a culpa não cabe às autoridades e sim à própria empresa que faz publicar nos jornais daqui e da Capital da República, que os trabalhadores gozam de uma situação invejável, dispondo de casas, luzes, assistência dentária e médica, completamente grátis. [...] A verdade é que não temos casas grátis e nem luzes. – Temos sim assistência médica das melhores do Estado, mas somente por 2 horas, durante o dia. Assistência dentária essa nunca tivemos dada pela empresa, mas pelo Sindicato local³⁸⁹.

³⁸⁵ O Jornal publicou uma série de artigos com este título e temática. Cf. **Folha da Manhã**. Recife, 1945.

³⁸⁶ LEITE LOPES, op. cit. p.259.

³⁸⁷ **Folha da Manhã**. Recife, 07 de Abril de 1945.

³⁸⁸ **Folha da Manhã**. Recife, 07 de Abril de 1945.

³⁸⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 07 de Abril de 1945.

Em contraste com a menção constante do PCB sobre a distribuição de terras públicas a trabalhadores rurais, o tema recorrente e o grande problema discutido pelo PSD, em relação a Paulista, era a habitação na área urbana da cidade. O mesmo monopólio territorial que colocava quase todas as áreas agriculturáveis nas mãos dos Lundgren, também impedia a construção de moradias desvencilhadas ao aluguel dos senhorios e empregadores ao mesmo tempo ³⁹⁰, situação passível de despejos e diversas regras ligadas à relação de trabalho entre esses moradores que também habitavam a cidade na condição de operários da Companhia de Tecidos Paulista. Mais uma vez, é Severino Cunha Primo que vem a público expor sua perspectiva da situação vivida pelo município.

Ninguém sofre mais do que os habitantes desta cidade genuinamente proletária. Não há casas para alugar, não há direito de construção para quem quer que seja, nem mesmo para aqueles que querem fazer o bem da coletividade. [...] Mais doloroso ainda, não é faltar habitação para os comerciantes particulares que têm a sua independência econômica e podem chegar aos seus afazeres com uma ou mais horas de diferença, sem dar satisfação a ninguém. Fato de fazer abalar os corações mais duros, é a situação da massa obreira desse centro industrial: morar com seis e mais quilômetros de distancia sem transporte, e pagando Cr\$ 60,00 do seu minguado salário por um mocambo construído com talisca da macaíba e de capim, oferecido pela natureza grata e benfazeja. Por tudo isso é responsável a direção suprema da empresa, que teima em não dar o atestado libertatório da sua vasta propriedade que atravessa terra de oito municípios do nosso querido Leão do Norte, enquanto uma coletividade vive asfixiada sem direito a uma sombra³⁹¹.

Na segunda metade da década de 1940, Paulista apresentava um significativo crescimento populacional. Já que bastante atrelada ao funcionamento da fábrica, a movimentação e mudança na população podem ter sido influenciadas pela ampliação da Companhia de Tecidos Paulista, considerada como uma das principais fábricas têxteis brasileiras nos anos 30, 40 e 50, e a maior delas no imediato pós-guerra³⁹². Dessa forma, empregando de 10 a 15 mil operários registrados e seus 5 a 8 mil trabalhadores de frentes de trabalho extra-fabris ³⁹³. Considerando-se os incômodos advindos do aluguel de casas dos Lundgren na vila operária, ainda parecia existir a necessidade da construção de mais casas, devido ao crescimento da população.

³⁹⁰ Algumas áreas “livres” do domínio da CTP, além da área central que se buscava desapropriar em 1949, também surgiram em suas terras, como Abreu e Lima (ex-Maricota), Paratibe (ex-Caboatã) e Navarro (ex-Minueira). Cf. ALVIM, ALVIM, M. R. B. . **A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e A Fábrica dos Lundgren**. 01. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998. p.140.

³⁹¹ **Folha da Manhã**. Recife, 29 de Setembro de 1945.

³⁹² Cf. CETEX, 1946, apud LEITE LOPES, op. cit. p.53.

³⁹³ LEITE LOPES, op. cit. p. 16.

Os mocambos ainda se faziam presentes, distanciando trabalhadores do local de trabalho e, segundo os sindicalistas, colocando-os em uma situação ainda menos higiênica que as casas já existentes na área central. Não existiam áreas livres mais próximas, ou disponibilizadas para fim de construção de casas próprias dos operários. Contudo, o raro caso de um sítio, o Sítio Caboatã, que não pertencia aos Ludgren, abarca uma exploração a partir da falta de moradia para alguns funcionários da Companhia de Tecidos Paulista.

Culpo, sim, a empresa, que dispões de poder econômico vastíssimo, e de material baratíssimo, pois, o forno de cal é da sua propriedade, as matas também suas, onde hpa, com abundância caibros, ripas e linhas, e enfim todo material para construção, deixando por motivos inconfessáveis, que seus operários sejam obrigados a entregar metade de seu salário pelo aluguel de uma casa que a empresa podia dar mesmo de graça, sem lhe abalar em nada as finanças. [...] É bem verdade que ninguém tem mais construído nesses últimos anos do que a Companhia de Tecidos Paulista. Mas as suas construções são destinadas a família de 5 membros, ficando os de menor prole ao desamparo, por falta de casas pequenas, que a empresa não constrói, alegando que aqui se vive no regime de família. [...] E, assim, os trabalhadores são explorados e gratos aos algozes³⁹⁴.

O problema da habitação operária, que a nível nacional ganha mais espaço no governo Dutra³⁹⁵, já fazia parte do programa do próprio Estado Novo e do pessedismo de Agamenon Magalhães, e vai ser parte integrante do discurso dos líderes sindicalistas de Paulista, agora candidatos a cargos públicos. Já em 1945, Antonio Torres Galvão, gozando de boa relação com Agamenon, é nomeado Conselheiro Regional do Trabalho ³⁹⁶. Em 1947, contudo, candidata-se a Deputado Estadual pelo PSD ³⁹⁷, sendo eleito. Nas eleições municipais ocorridas no mesmo ano, o candidato do PTB, apoiado pela Companhia de Tecidos Paulista, enfrentava o tesoureiro do sindicato Severino Cunha Primo, candidato pelo PSD, nas urnas, pelo posto de Prefeito de Paulista.

O programa do PSD para a cidade apresentava diversas propostas de melhoramento da área urbana, criando melhores condições de moradia a partir de aterramentos de alagados, assim como a desapropriação de áreas que pudessem ser habitadas pelos trabalhadores e também utilizadas por pequenos comerciantes. Segundo o projeto eleitoral, Paulista “tem o seu desenvolvimento entravado pela circunstancia de nela somente poder construir a empresa

³⁹⁴ **Folha da Manhã**. Recife, 16 de Março de 1946.

³⁹⁵ “Através do Decreto lei nº 9.218, o governo federal cria a Fundação da Casa Popular, cujo objetivo era tornar possível a compra ou a construção de habitações para os setores menos favorecidos, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais”. PANDOLFI, op. cit. p.60.

³⁹⁶ **Folha da Manhã**. Recife, 19 de Maio de 1945.

³⁹⁷ **Folha da Manhã**. Recife, 03 de Janeiro de 1947.

proprietária do solo”³⁹⁸. A falha assistência governamental é justificada ainda através desse mesmo discurso da empresa como obstáculo, já que “a própria iniciativa governamental tem dependido até hoje da boa ou má disposição em que se encontre a empresa para doar os terrenos necessários para a construção dos edifícios públicos”³⁹⁹.

O distrito de Maricota é apresentado como a alternativa para a construção de propriedades “livres”, como moradias, comércio e serviços diversos, disputando, assim, o progresso com o distrito sede, onde se localizavam as fábricas têxteis da CTP. “Para Maricota vai-se deslocando o comércio, a população que não vive de salários e as associações culturais e religiosas; enquanto a sede vai ficando apenas com a população operária a se debater na angústia dos pequenos salários”⁴⁰⁰. Dessa forma, para que a sede não fosse ultrapassada, continuasse a crescer e pudesse desfrutar de um poder público ativo, além de eleger o candidato do PSD, haveria a necessidade de desapropriação de terrenos, em Paulista.

A lei da Constituição Estadual, referente à organização municipal, indicava duas possibilidades para sua aplicação. Desde que se proibia a um município ter sua sede municipal totalmente encravada em uma propriedade privada, essa sede poderia ser transferida para algum distrito onde não existisse essa correspondência, como era o caso de Maricota; ou uma área não edificada dessa sede, acrescida de uma área rural, deveria ser desapropriada, após 2 anos, mediante pagamento de indenização aos proprietários⁴⁰¹.

O PSD, contudo, optou pela segunda alternativa, “tendo em vista o elevado número de edifícios públicos já construídos na atual sede, a densidade demográfica, o vulto da arrecadação, a proporção da área calçada e ainda os anseios da população”⁴⁰². Essa “liberação do direito de construir” na sede do município é apresentada, então, como ponto principal da administração do candidato Severino Cunha Primo, se vencedor das eleições de 26 de Outubro de 1947. As expectativas do PSD quanto à eleição do sindicalista, contudo, não foram correspondidas. O vencedor da disputa pela prefeitura foi o candidato apoiado pela CTP.

A câmara, no entanto, passaria a ser composta por maioria em favor do PSD, já que contava, além dos vereadores do próprio partido, com os aliados anteriormente ligados à legenda do PCB. Por parte dos comunistas, é eleita a operária da CTP Maria José de

³⁹⁸ **Folha da Manhã**. Recife, 21 de Setembro de 1947.

³⁹⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 21 de Setembro de 1947.

⁴⁰⁰ **Folha da Manhã**. Recife, 21 de Setembro de 1947.

⁴⁰¹ **Folha da Manhã**. Recife, 21 de Setembro de 1947.; **Folha da Manhã**. Recife, 13 de Julho de 1947.

⁴⁰² **Folha da Manhã**. Recife, 21 de Setembro de 1947.

Albuquerque e José Lino Ramos ⁴⁰³, este último acaba sendo substituído pelo o 2º suplente, eleito pelo PCB (PSP), o operário têxtil oriundo da fábrica TSAP e sindicalista dos têxteis de Recife, Brás de Luna⁴⁰⁴. A substituição resulta provavelmente da constante pressão exercida pela Companhia de Tecidos Paulista, demissões e ameaças dos capangas, principalmente no que se refere aos candidatos residentes no Município, como era o caso de José Lino Ramos, Maria José de Albuquerque, Severino Gouveia Botelho, Antonio Jorge da Costa e Adelino José Ferreira, todos demitidos da CTP, assim que foram lançados a público como candidatos⁴⁰⁵. Durante o final de 1947 e ano de 1948, a Folha do Povo continua a noticiar violências e repressões ao povo de Paulista em geral. Em um dos artigos, o jornal denuncia ação de capangas armados que teriam assassinado duas mulheres e deixado outros feridos⁴⁰⁶.

As recorrentes denúncias de violência e repressão da empresa através de uma milícia armada são utilizadas para reforçar uma das pautas do PCB, incluída na Constituição Estadual, o desarmamento dessas milícias particulares. A Folha da Manhã, contudo, atravessa o ano de 1948 com questões administrativas, incluindo a formação de nova vara do direito trabalhista na cidade, e até mesmo a mudança de nome do distrito de Maricota para Abreu e Lima⁴⁰⁷. Apenas em 1949, dois anos após as eleições municipais, a cidade de Paulista se torna tema mais assiduamente debatido e apresentado nas páginas do jornal pessedista. A questão exposta durante toda a campanha dos candidatos do PSD em 1947, passa a ser discutida como projeto de lei na câmara dos vereadores de Paulista.

Pouco antes do final deste prazo de dois anos, em maio de 1949, o vereador José Firmino da Veiga, do PSD, apresenta à Câmara Municipal o projeto de lei nº 66, [...] exigindo o cumprimento do artigo 102 da Constituição, projeto este imediatamente endossado pelo vereador comunista Brás de Luna. Torres Galvão, que como ex-presidente do sindicato de Paulista, deputado estadual, 2º vice-presidente da mesa da Assembleia Constituinte e colaborador prestigiado por Agamenon Magalhães, tem uma ascendência sobre a bancada de vereadores do PSD de Paulista, reivindica retrospectivamente para si a autoria daquele projeto de lei municipal ⁴⁰⁸.

Na Folha da Manhã, o projeto de lei é apresentado como o resultado de uma reunião entre os vereadores locais presididos pelo deputado Torres Galvão, ressaltando-se a bancada

⁴⁰³ **Folha do Povo**. Recife, 4 de Novembro de 1947.

⁴⁰⁴ LEITE LOPES, op. cit. p.504-505.

⁴⁰⁵ Ibidem p.505

⁴⁰⁶ **Folha do Povo**. Recife, 04 de Março de 1948.

⁴⁰⁷ Projeto de Lei apresentado na Assembleia por Torres Galvão. O Instituto Arqueológico teria sido contra, pois o nome Maricota já existiria por mais de um século. O autor do projeto, contudo, argumenta que o nome Maricota “originou-se da autonomasia de mulher de moral duvidosa, então residente naquela localidade”. **Folha da Manhã**. Recife, 05 de Dezembro de 1948.

⁴⁰⁸ LEITE LOPES, op. cit. p. 506.

do PSD, majoritária na câmara⁴⁰⁹. O título do artigo anuncia a empreitada em torno da desapropriação da área, da forma como será chamada nos escritos subsequentes: “O PSD cumpre a sua promessa de promover a libertação da cidade de Paulista”⁴¹⁰. O projeto baseava-se em uma das leis que compunham a Constituição Estadual.

Conforme é do conhecimento geral, a Constituição do Estado proíbe a criação de sedes de cidades e vilas em propriedades pertencentes a uma só pessoa física ou jurídica de direito privado, e determina que, na hipótese de já existir alguma cidade ou vila do Estado nessas condições, o Município, dentro de dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, transferirá a sede ou desapropriará as áreas não edificadas acrescidas de uma área rural que a Lei de Organização Municipal, posteriormente votada, fixou em vinte por cento da área da cidade⁴¹¹.

Dessa forma, o PSD se autoproclama encarregado da libertação de Paulista. A transferência da sede para Abreu e Lima (anteriormente distrito de Maricota), aparentemente, não havia nem sido cogitada como opção viável. No projeto de lei, apresenta-se, então, a proposta de desapropriação de áreas não edificadas presentes na sede, além de uma área rural ao redor da sede, composta de 20% da propriedade ocupada pela sede do município⁴¹². A chamada faixa verde vinha sendo mencionada principalmente pela Folha do Povo, no entanto, aparece como parte integrante desse projeto que é apoiado pelos remanescentes do PCB.

Apesar da maioria na câmara, ao PSD faltava peça importante para aprovar o projeto de lei: o apoio do Prefeito e de outros representantes dos interesses da Companhia de Tecidos Paulista dentro da câmara. A confrontação de forças entre a maioria da Câmara Municipal e a indústria têxtil gira em torno da forma com que a lei da Constituição Estadual seria aplicada no caso específico de Paulista. “A tramitação do projeto de lei nº 66 da Câmara Municipal de Paulista, aprovado pelos vereadores, em meados de maio de 1949, foi, em seguida vetado pelo prefeito”⁴¹³. O veto, contudo, é novamente submetido à câmara que, gozando de maioria pessedista, vota pela na rejeição do veto do presidente da Câmara Municipal, que promulga a lei nº 66, e a remete à Assembleia Legislativa Estadual, conforme previsto⁴¹⁴.

De uma posição na qual o projeto da lei nº66 ainda não era o ideal, pois “o ideal seria considerar a cidade atual como zona industrial e desapropriar uma grande área nos limites da sede em direção ao Recife para a construção da verdadeira cidade que surgiria disciplinada e

⁴⁰⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 13 de Maio de 1949.

⁴¹⁰ **Folha da Manhã**. Recife, 13 de Maio de 1949.

⁴¹¹ **Folha da Manhã**. Recife, 13 de Maio de 1949.

⁴¹² **Folha da Manhã**. Recife, 13 de Maio de 1949.

⁴¹³ LEITE LOPES, op. cit. p.512.

⁴¹⁴ Ibidem, p.512.

organizada dentro de poucos anos”⁴¹⁵, apesar de críticas dos aliados sob a legenda do PSP, os pessedistas recuam do proposto inicialmente e apresentam outro projeto de lei. Após terem mencionado a vitória da proposta anteriormente feita, anuncia-se o entendimento com a empresa⁴¹⁶.

Em setembro de 1949, é referendado pela Assembleia Legislativa o projeto final aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de Paulista. A lei, agora de nº88 da Câmara de Vereadores de Paulista, apresentava-se com algumas mudanças significativas em relação à lei nº66. Abrindo-se mão da faixa verde que beneficiaria os agricultores locais, a bancada do PSD prioriza, além da conciliação com a empresa, o crescimento da área urbana, beneficiando, por este lado, a camada da população que exercia alguma atividade autônoma e a própria administração pública. A nova lei seria aplicada “mediante a desapropriação de uma área de cinquenta hectares nos limites da atual sede e em direção à cidade de Olinda e abrangendo ambos os lados da rodovia interestadual”⁴¹⁷. A lei de nº66 propunha a desapropriação de uma área maior e ainda poderia impedir a expansão da vila da CTP⁴¹⁸.

A nova área poderia abrigar os grupos perseguidos, como os praticantes da religião protestante, sindicalistas, membros da administração pública, comerciantes, e até mesmo alguns trabalhadores industriais⁴¹⁹. No entanto, legava ao esquecimento os agricultores que vinham sofrendo despejos, ameaças, além de outros problemas enquanto vivendo e trabalhando nas terras da Companhia de Tecidos Paulista. Dessa forma, as críticas começam a aparecer advindas dos aliados de campanha e também apoiadores do projeto anterior. A Folha do Povo desaprova o abandono do projeto de lei nº66 por parte do PSD⁴²⁰, ao que Antonio Torres Galvão parece responder:

Estamos informados, porém, de que dois grupos naquela cidade – um composto de elementos visceralmente ligados à Companhia de Tecidos Paulista e outro composto de elementos do extinto PCB – estariam empenhados na desmoralização do nosso trabalho; o primeiro dos referidos grupos alegando que a solução dada ao caso não passou de uma generosidade da citada Companhia, e o outro proclamando que se trata de um mero cambalacho do PSD com a citada empresa industrial⁴²¹.

Apesar das críticas, Torres Galvão afirma que a iniciativa da mudança teria partido do próprio PSD, pois a nova fórmula seria vantajosa para “a construção de bairros residenciais e

⁴¹⁵ **Folha da Manhã**. Recife, 28 de Junho de 1949.

⁴¹⁶ **Folha da Manhã**. Recife, 14 de Agosto de 1949.

⁴¹⁷ **Folha da Manhã**. Recife, 04 de Setembro de 1949.

⁴¹⁸ Cf. LEITE LOPES, op. cit. p.466.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 517.

⁴²⁰ **Folha do Povo**. Recife, 7 de Julho de 1949.

⁴²¹ **Folha da Manhã**. Recife, 04 de Setembro de 1949.

comerciais, enquanto que, nas pequenas áreas disseminadas pela atual cidade seria impossível fazê-lo”⁴²². Além disso, o partido seria reformista, não apresentando nenhum interesse em atravancar uma possível expansão da indústria têxtil presente no município e nem da vila operária. Contudo, o longo artigo de Torres Galvão, aparentemente feito para dar satisfações sobre a modificação da lei surpreendente para alguns, busca apontar o máximo de argumentos e justificativas.

Entre estes argumentos, figura a necessidade de acabar com um tabu “de que em Paulista não se desapropriavam terras”⁴²³, além de afastar a imagem de que o poder público mendigava terrenos sempre que precisava construir um edifício, “quando o lógico, o natural, seria usar o recurso legal e universal da desapropriação por utilidade pública”⁴²⁴. Tendo em vista as inúmeras justificativas apresentadas pelo deputado, o abandono do projeto anterior não tinha sido majoritariamente aceito pelos membros do PSD, ou mesmo pela parcela da população que votou no partido e acompanhava a Folha da Manhã.

Já em 1946, contudo, falava-se da construção de duzentas casas populares para Paulista através da Fundação da Casa Própria. A Fundação estava destinando moradias populares para bairros, principalmente do Recife, mas, segundo a Folha da Manhã, Antonio Torres Galvão teria feito pressão para que Paulista figurasse na lista de lugares beneficiados. No entanto, esse assunto só volta a ser mencionado após a mudança da lei nº 66 para a lei nº 88, ressaltando-se a necessidade de uma área urbana de habitação popular. Apenas alguns anos depois, com o repasse do Estado para o município da verba referente à indenização, a área é oficialmente desapropriada.

A área desapropriada localiza-se no atual bairro da Vila Torres Galvão. Tanto pela interpretação do próprio PSD, como através de perspectivas posteriores, o deputado Torres Galvão, apoiado por Agamenon Magalhães, foi o grande responsável pelo feito, chamado de “libertação de Paulista”, ou até mesmo de “lei áurea de Paulista”. Nas administrações subsequentes, o PSD consegue ainda mais vitórias sobre os partidários da Companhia de Tecidos Paulista, no entanto, as críticas dos novos sindicalistas estampam as páginas dos jornais locais nos primeiros anos da década de 1950⁴²⁵. Atualmente, no entanto, a imagem de Torres Galvão vem revestida da roupagem de libertador de uma cidade atormentada pelos mandos e desmandos dos coronéis Lundgren.

⁴²² **Folha da Manhã**. Recife, 04 de Setembro de 1949.

⁴²³ **Folha da Manhã**. Recife, 04 de Setembro de 1949.

⁴²⁴ **Folha da Manhã**. Recife, 04 de Setembro de 1949.

⁴²⁵ **O Realista**. Paulista, 12 e 26 de Julho de 1953; **Tribuna Operária**. Paulista, Outubro; Novembro de 1953; e **Gazeta de Paulista**, Paulista, 1953-1954.

Além da demora em realizar-se a construção das casas populares a serem vendidas aos moradores de Paulista, a vila operária continuava abrigando a maior parte dessa população, a qual convivía ainda com a forte pressão da Companhia de Tecidos Paulista que, como um ciclo, fluía das sessões das fábricas até o lazer dos trabalhadores. A administração pública havia criado algumas opções de feira, mas não de espaços para a produção agrícola. O novo bairro em construção abarcaria uma “classe média” ⁴²⁶ presente no município, e cujos interesses eram atravancados pelo controle da CTP. No entanto, provavelmente incluiu poucos dos moradores do núcleo industrial, que nas décadas subsequentes vão sofrer outros tipos de pressão e a escassez das medidas de assistência social⁴²⁷.

A pequena cidade “liberta” era uma exceção ainda distante dentro de um município cujo centro permanecia quase todo dentro da propriedade privada da Companhia de Tecidos Paulista. Apesar das inúmeras lutas subsequentes dos trabalhadores industriais em relação à empresa⁴²⁸, a desapropriação dessa área parece ter sido elencada como um marco que poderia ser contraposto à frase usada no início deste capítulo. A cidade não poderia mais ser dita como tendo apenas um dono, a cidade não era mais só dos coronéis. Entretanto, a presença da CTP continua durante anos após a desapropriação, e perdura para além do seu período de atividade produtiva, através de seus rastros, mas também através das inúmeras propriedades ainda pertencentes à empresa.

⁴²⁶ Cf. LEITE LOPES, op. cit. p. 506.

⁴²⁷ Ibidem.

⁴²⁸ Durante as décadas de 1950 e 1960. Cf. LEITE LOPES, op. cit.

5 CRIANDO CARTÕES POSTAIS: PATRIMÔNIO, LUGARES DE MEMÓRIA E USOS DA CIDADE.

5.1 Entre os rastros da Companhia de Tecidos Paulista: a desindustrialização e o espaço urbano.

Os bairros e vilas operárias, ou as cidades empresas, compuseram parte da urbanização de diversos locais no Brasil do século XX. A ocupação dos espaços, principalmente os descentralizados, para a produção das grandes indústrias, era acompanhada da construção de uma infraestrutura e vida social que era envolvida pelo cotidiano fabril, desenvolvendo uma relação íntima com as transformações espaciais, a criação de lugares e as maneiras de viver e se apropriar da cidade. Assim como ocorreu em outras vilas operárias, Paulista tem sua urbanização entrelaçada aos percalços da indústria têxtil, instalada em sua área ainda no século XIX. Esta urbanização vai além das paisagens, abrange também as mudanças no modo de viver, entrecruzando-se de tantas experiências quanto possíveis.

A organização do trabalho fabril e a vida nestes núcleos envolveu um violento processo de adaptação do trabalhador: assimilar novos hábitos domésticos, de lazer, aceitar uma distribuição de atividades diárias regida pelo tempo linear do relógio, submeter-se à disciplina da fábrica e da escola, do padre, do vigia e do médico⁴²⁹.

Em meio à disciplina e à transposição do ritmo e sociabilidade da fábrica para as moradias e, também, para o espaço público da cidade, a apropriação desses espaços constrói pertencimentos, hábitos e impasses que, muitas vezes, aparentam unidade. As diferenciações, não deixando de existir, contudo, fazem parte de uma estrutura de lógica empresarial para a organização dos seus trabalhadores. A presença das fábricas marca a própria urbanização de cidades como Paulista, onde o cotidiano do trabalho fabril criou usos e sociabilidades desses lugares, em diversos momentos, ao longo de seu funcionamento. As fábricas, entretanto, mesmo após o fim das atividades, deixam seus rastros, que vão além das instalações de produção, dos maquinários e galpões.

Diferindo do final do século XIX e primeira metade do século XX, as décadas subsequentes não despertariam entusiasmo no setor têxtil da indústria brasileira, pelo menos não nos moldes do período citado. As inúmeras chaminés baforando fumaça, compondo a paisagem de lugares país adentro, começavam a parar suas atividades. Junto com o

⁴²⁹ CORREIA, op. cit. p. 715.

fechamento de fábricas ocorre, geralmente, o desmonte dos núcleos que muitas destas indústrias mantinham. O processo chamado por Telma Correia de “desmonte” também pode ser pensado como uma “desindustrialização”⁴³⁰, o que envolveria, além da própria desativação, por diversos fatores, da indústria de determinada localidade, a transformação dos espaços ligados a ela dentro da cidade. As motivações, entretanto, seriam numerosas.

Os desmontes de diversos núcleos industriais no Brasil, se pensados como um processo, teriam se tornado frequentes a partir de 1950, acelerando-se, em meados dos anos 1980⁴³¹, “num contexto de difusão de ideias e políticas neoliberais e de mudanças profundas na estrutura industrial do País, com o fechamento de muitas fábricas – sobretudo têxteis – e alterações nos processos produtivos de outras”⁴³². Simultaneamente, haveria um redirecionamento da maneira de gerir o operariado, sendo norteador dessa gestão o interesse de se desvencilhar do controle da esfera doméstica dos seus trabalhadores.

Essa nova postura implicaria em uma redução de custos com mão-de-obra, e tornaria mais tênues a ligação e os compromissos da empresa com o trabalhador⁴³³. Em Pernambuco, o desmonte da Vila Santa Luzia, construída ao longo das décadas de 1940-1950 pela Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, na Torre, bairro do Recife, tem relação com o término das atividades da fábrica em 1982. Um fator adicional, a especulação imobiliária, contudo, é significativo para a substituição das antigas habitações operárias por outras tipologias.

Os terrenos da vila, alvo de rápida valorização imobiliária correlata à contenção das enchentes do rio Capibaribe no fim dos anos 70 – em cujas imediações se situam – foram vendidos a sete construtoras diferentes, que neles edificaram torres de apartamentos para a classe média⁴³⁴.

Outro núcleo fabril que teria seu desmonte iniciado após o fechamento da fábrica é a Vila Pombal, tendo sido construída entre as décadas de 1930 e 1940, no Recife, pela Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco. A fábrica fecha na década de 1960, e a vila também vai ser alvo da especulação imobiliária: as partes mais valorizadas foram vendidas (à Universidade Católica de Pernambuco, ao Colégio Esuda, à Universidade Estadual de Pernambuco e ao Grupo Bompreço), já as menos valorizadas, nas proximidades do cemitério de Santo Amaro, foram transferidas para ex-operários durante os anos 1970 como parte das

⁴³⁰ Cf. PADUA, Rafael Faleiros de. **Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole** in CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

⁴³¹ PADUA (2015) amplia esse recorte para os anos 1990.

⁴³² CORREIA, op. cit. p.716.

⁴³³ Ibidem, p.716.

⁴³⁴ Ibidem, p.717.

indenizações⁴³⁵. Telma de Barros Correia ainda menciona outra indústria de Pernambuco: a Companhia Têxtil de Anunhagem, no bairro de São José, em Recife⁴³⁶. Diferente das anteriormente mencionadas, a vila dessa empresa vai sendo destruída sem ligação com seu fechamento. Suas possíveis motivações seriam a Lei do Inquilinato de 1942, que congelava o preço dos alugueis, e a ampliação da fábrica, que demandava a utilização de mais espaço.

Dentre as indústrias que encerram suas atividades na segunda metade do século XX, em Pernambuco, também é possível listar a Companhia de Tecidos Paulista - CTP, indústria têxtil fundada no final do século XIX ⁴³⁷, em Paulista; o distrito de Olinda, que em 1935 tornava-se município, tendo como sua sede e principal núcleo urbano a vila operária, construída nas proximidades das duas plantas fabris da CTP; as fábricas Arthur (anteriormente Fábrica Velha) e Aurora. Apesar do fechamento das fábricas, ocorrido em inícios da década de 1990, Correia não atribui exclusivamente a ele o desmonte do núcleo fabril. Este é abordado pela autora como um processo, com momentos já indicativos de desmonte⁴³⁸.

A desapropriação de 50 hectares da propriedade da Companhia através da lei nº88 ⁴³⁹, durante a década de 1940, e a utilização das casas como indenização, devido às demissões em massa, principalmente de funcionários estabilizados e antigos⁴⁴⁰, estariam entre esses momentos. O núcleo fabril da Companhia de Tecidos Paulista, administrado durante quase todo o século XX pela família Lundgren, transborda os limites e as funções acessórias à indústria para as quais teria sido construído entre 1910-1950. As tramas políticas de membros da família⁴⁴¹, assim como a proporção do crescimento populacional, vão ser relevantes para a emancipação política de Paulista. De certa maneira, a formação de um aparato administrativo público e a diversificação dos usos dos espaços da cidade, com pequenos comércios e outras indústrias, poderiam ser outros sintomas de um desmonte. Paulista ia deixando gradualmente de ser uma cidade-empresa.

Embora os diversos acontecimentos tenham contribuído para o gradual desmonte do núcleo e desindustrialização das áreas centrais da cidade, os mesmos não devem ser vistos como parte de um mesmo processo paralelo aos similares no país. As transformações no cenário industrial são importantes para possíveis mudanças de posturas na gestão do

⁴³⁵ ANDRADE, 1996; ALBUQUERQUE, 1996 apud CORREIA, op. cit. p.717.

⁴³⁶ CORREIA, op. cit. p.716.

⁴³⁷ Cf. capítulo 2 deste trabalho.

⁴³⁸ CORREIA, op. cit. p. 720.

⁴³⁹ Cf. capítulo 3 deste trabalho.

⁴⁴⁰ LEITE LOPES, op. cit. p.25.

⁴⁴¹ Arthur e Alberto Lundgren assumem o cargo de prefeito de Olinda, em 1917 e 1919, respectivamente.

operariado e se relaciona à tentativa de modernização das Fábricas da Companhia de Tecidos Paulista, na década de 1970. Entretanto, as lutas pela apropriação dos espaços dessa cidade são um complexo jogo entre a relação cotidiana do trabalho e o habitar, entre o poder e propriedade dos lugares de sociabilidade pela família Lundgren, e também do próprio transbordamento da vida urbana de Paulista durante os anos de funcionamento das fábricas da CTP. O núcleo de Rio Tinto, também de propriedade da família Lundgren, não seguiu os mesmos rumos, e ainda hoje tem a maior parte dos imóveis na cidade como posse da mesma empresa que a construiu com o propósito de abrigar os trabalhadores industriais.

Além do transbordamento e crescimento da cidade, Paulista passa por transformações pontuais após o fechamento das fábricas. Atualmente, durante um passeio pelo centro de Paulista, agora município da Região Metropolitana do Recife, as obras multiplicam-se em frente aos olhos. Os olhares e comentários nas ruas mostram surpresa ou perplexidade com tantas mudanças. Podem-se ouvir, entre as diversas falas saltadas das bocas transeuntes, exclamações como “nunca pensei ver Paulista assim!”, ou “Paulista está crescendo!”. Um dos motivos de tanto estupor é a presença de um *Shopping Center*, recém-inaugurado, de nível próximo aos da capital⁴⁴². Em frente à espelhada fachada do novo prédio, outro, antigo⁴⁴³, se mantém em pé, despertando indagações dos que não compreendem sua presença. E entre os carros acomodados no estacionamento, uma chaminé da antiga Fábrica Arthur se esforça por marcar as singularidades do lugar.



Fotografia 17 – Fachada do Paulista Northway Shopping, 2017. Fonte: Foto da autora.

⁴⁴² O prédio onde se localiza a Faculdade Joaquim Nabuco, em Paulista, surgiu como um projeto de instalação de um shopping Center na cidade, no entanto, a estrutura utilizada não se assemelhava aos shoppings próximos. Atualmente, além da Faculdade, funcionam algumas clínicas, salas executivas e lojas.

⁴⁴³ Prédio da administração da Companhia de Tecidos Paulista.

As chaminés, aparentemente deslocadas na paisagem da cidade atual, seguem como linhas ou cicatrizes na construção do espaço urbano de Paulista. Ao falar de uma de suas cidades invisíveis, Ítalo Calvino diz que a cidade é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” ⁴⁴⁴. A cidade contém suas marcas visíveis, e tantas outras que, como uma bruma leve, são quase invisíveis e intangíveis, e, ainda assim, se fazem presentes nos detalhes da vida.

A cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras⁴⁴⁵.

O vislumbre do “progresso” da cidade trocou as chaminés das fábricas pelas inúmeras possibilidades nas vitrines do shopping. As novidades de agora, lado a lado aos símbolos de um passado ainda recente, entretecem-se nas novidades desses outros tempos. Outros caminhos indicam mais obras, construções que se direcionam ao alto, tantos espaços à venda, cada vez mais cidade do que se poderia imaginar.



Fotografia 18 – Visão de parte do Paulista Northway Shopping, 2017. Fonte: Foto da autora.

⁴⁴⁴ CALVINO, op. cit. p.14.

⁴⁴⁵ Ibidem, pp.14-15.

Caminhando mais um pouco pelo centro, essa confluência entre passado e presente nos espaços de Paulista se percebe, ainda, na convivência entre as casas geminadas da vila operária e as novas moradias da cidade, que brotam nos espaços entre um ou outro arranhão dos anos anteriores. “Nesse movimento de transformação das formas espaciais, há a transformação das práticas cotidianas, com novos conteúdos substituindo os antigos conteúdos produzidos e vividos quando a indústria ainda era a principal atividade dos lugares”⁴⁴⁶.



Fotografia 19 – Aurora do Paulista. Simulação da aparência final do condomínio ainda em construção, s/d. Fonte: Construtora Carrilho⁴⁴⁷.

O padrão de moradia da vila operária encara um condomínio construindo-se em outros moldes e formas em meio ao espaço ainda repleto de rastros da Fábrica Aurora. Vão se erguendo as moradias em direção aos topos das chaminés. As casas estreitas da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), lado a lado, serão contraste das pequenas moradias, uma em cima da outra, da “Aurora do Paulista”⁴⁴⁸. Em um passeio pelas praias, podemos vê-las ao lado de algumas avenidas e muitas casas. A vila Torres Galvão, inaugurada na década de 1950, e as vilas da década de 1970, crescem e criam outras feições, novas Paulistas entre muitas. Talvez seja possível ouvir seus Penates e Lares rindo-se à noite. “Penates zombando dos velhos, dos bisnonos, dos tios-avós, da família de então; os Lares de como era o ambiente antes que fosse arruinado”⁴⁴⁹, como no desenrolar de um diálogo entre o velho e o novo, entre permanências e efemeridades da vida.

⁴⁴⁶ PADUA, op. cit. p.87.

⁴⁴⁷ Disponível em: http://www.carrilho.com.br/empreendimento/aurora_do_paulista (último acesso, 30 de Maio de 2016).

⁴⁴⁸ Empreendimento imobiliário em construção pela Construtora Carrilho Cf. http://www.carrilho.com.br/empreendimento/aurora_do_paulista (último acesso, 30 de Maio de 2016).

⁴⁴⁹ CALVINO, op. cit. p.75.

Os que presenciaram o “progresso” do passado e vivem as mudanças dos últimos anos, conviveram também com o fechamento total das fábricas Arthur e Aurora. E mesmo antes de sua inatividade, as chaminés da indústria têxtil da CTP dividiam espaço com as do complexo industrial de Paratibe, a partir de 1968. Essa rápida onda de industrialização⁴⁵⁰ combinou-se com um grande aumento populacional. As vilas da COAHB (Jardim Paulista, Arthur Lundgren I e II, Maranguape I e II) atraíam pessoas de diversas localidades, e que não tinham qualquer relação com a vila operária. Apesar de ter parte de sua população trabalhando em outras fábricas, a ausência de atividade das antigas abriam outras possibilidades, mudanças no cotidiano, e a criação e ressignificação de memórias. E, por outro lado, as chaminés, ativas durante quase todo o século XX, foram consideradas símbolos que dão um nome a Paulista: Cidade das Chaminés.

Chaminé a sua torre
Aponta para o sucesso,
Porque a fumaça escura
Proliferasse em excesso,
Com quem leva um aviso
Que aqui teve progresso.

Cidade das Chaminés
É justa a tua conquista,
Teu apelido é o símbolo
Dos bueiros, estão à vista,
Como quem fala o progresso
Da cidade do Paulista⁴⁵¹.

A palavra “progresso”, nesse e em outros poemas do mesmo autor, é utilizada, na maioria das vezes, referindo-se ao passado, falando a partir de um presente, em que as chaminés não mais proliferam a “fumaça escura”. O progresso fala de um “futuro passado”⁴⁵², lembrado com nostalgia. O filme “Tecido Memória”⁴⁵³, documentário feito a partir de depoimentos de ex-operários têxteis, em sua maioria de Paulista, tem início com alguns trabalhadores externando a saudade que sentem “da Paulista antiga”, a cidade é ainda associada às chaminés, mas estas, segundo uma das entrevistadas ressalta, não funcionam mais.

⁴⁵⁰ SILVA, R. A. C. **Cartões-postais do Paulista-PE: uma proposta de preservação do patrimônio**. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2008.

⁴⁵¹ POETA, op. cit.p.79.

⁴⁵² A expressão é título do livro de Reinhart Koselleck, em que o autor utiliza os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Assim, a expressão “futuro passado” relaciona-se com a interação entre esses dois âmbitos e o presente, ao serem conceitos de análise da consciência histórica, em diferentes períodos e temporalidades. Cf. KOSELLECK, op. cit.

⁴⁵³ Filme produzido LEITE LOPES, Sergio; ALVIM, Rosilene e BRANDÃO, Celso. 2008. **Tecido memória**. Documentário longa metragem em DVD (70 min). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

José Sérgio Leite Lopes aponta e discute uma idealização, por parte dos trabalhadores, do período de atividade intensa das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista. Nas entrevistas feitas pelo antropólogo, o passado é revisitado em um momento diferente do atual. Durante a década de 1970, o desemprego seria um fator mencionado por diversos moradores, pois, mesmo com outras fábricas, não existiria a mesma quantidade de vagas que a CTP, sozinha, oferecia anteriormente. A cidade poderia até mesmo receber a classificação de “dormitório”⁴⁵⁴, lugar de onde os moradores precisam sair todos os dias para trabalhar. Possivelmente, esta situação alimenta a supressão de críticas aos patrões, à exploração ou aos problemas cotidianos da vila, e a valorização de símbolos e ações da família Lundgren por parte de muitos ex-operários.

Se, atualmente, os moradores do município permutam ou se locomovem diariamente para trabalhar, um dia, Paulista fora o lugar onde escolhiam derramar seu suor. Talvez esperassem uma vida melhor, aventurar-se no novo, ou apenas caminhos inesperados os colocaram trabalhando nas fábricas da CTP. Não chegavam ao mesmo tempo. Alguns estiveram presenciando e vivendo diferentes momentos desse lugar, e estranharam os que se acomodavam e também faziam de lá sua morada. A diversidade de experiências, as expectativas nem sempre correspondidas, e as vivências cotidianas, constroem cidades incontáveis, criando seus significados. O trabalho, a vila, as chaminés, mesmo que cada um pudesse contar uma história singular, muitos que viveram em Paulista, em meados do século XX, possivelmente falaria sobre eles.

O declínio desse complexo industrial ia levando, também, algo da Paulista conhecida por boa parte da sua população. O centro da cidade, principal núcleo urbano do município, que é basicamente formado pelos vestígios da vila operária, começava a ter que seguir outros caminhos, outro movimento, uma dinâmica construída entre os rastros das fábricas e da Paulista erguida ao seu redor. O restante do município há tempos expandia-se e transbordava os limites da vila. Paulista, enquanto cidade-fábrica, esvaía-se de sentido, perdia a relação que mantinha com a vida da cidade e dos seus moradores. Suas chaminés de tantos metros e os extensos muros das fábricas passariam quase despercebidos por muitos que caminhavam pelo centro ou observavam a paisagem das janelas dos ônibus, apenas alguns anos após a paralisação total das atividades da Companhia de Tecidos Paulista e suas fábricas têxteis, no município.

⁴⁵⁴ GOMES, Sandro Roberto de Santana. **Saúde e Salvação**: o sagrado e as rezadeiras de Paulista. Dissertação de Mestrado, Ciências da Religião, UNICAP, 2007. p.36.

Os ambientes desindustrializados passam a integrar, contudo, os novos modelos de uso e ocupação da cidade. Esses espaços de desindustrialização acabam se revelando “como novas regiões a serem manejadas pelos agentes hegemônicos da produção do espaço” ⁴⁵⁵. A centralidade dos terrenos anteriormente utilizados pelas fábricas, em um cenário de metrópoles com escassez de áreas que possibilitem novas construções, tornam os terrenos de antigas fábricas, como as de Paulista, alvo do mercado imobiliário. Em torno dessa apropriação, constroem-se discursos que ressaltam a falta de produtividade desses espaços e sua deterioração.

Nas operações urbanas, os espaços de desindustrialização aparecem como regiões a serem recuperadas para a cidade, renovadas, revitalizadas, com novas articulações entre o poder público e o setor privado, como se o crescimento econômico desses lugares produzisse automaticamente desenvolvimento social⁴⁵⁶.

Diversos agentes sociais se envolvem na reformulação do espaço urbano, em que o Estado e o setor privado aparecem como principais produtores. A construção de infraestrutura de apoio aos novos empreendimentos compõe parte do papel do Estado nessa forma de produção dos espaços. A cidade contemporânea pode ser encarada como mercadoria a ser valorizada e comercializada por construtoras e grupos comerciais. Na maioria das vezes, negligencia-se que as transformações espaciais produzem e ressignificam práticas de sociabilidade, e convivem, ainda, com tantos outros elementos considerados anteriores. As ruas, que seguiam um ritmo da produção fabril, foram sendo reformuladas em seus usos cotidianos, porém, não como espaços vazios. O centro da cidade de Paulista vai ganhando condomínios, *shoppings*, faculdade, avenidas que seguem o fluxo de modificações urbanas do final do século XX, e posteriormente dos últimos anos do século XXI.

Em meio às transformações, mais uma vez, não só a paisagem ganha novas formas, a maneira de habitar a cidade também aparece com contrastes pululantes. As apropriações e as disputas não são elementos presentes apenas no cotidiano operário, mas acompanham a construção dos lugares desta cidade. A ocupação de novas áreas, a expansão das partes urbanas, entre outros cenários, poderiam ser percebidos ao longo do território do município. Contudo, os rastros da Paulista empresarial ainda compõem o espaço urbano desta atualmente, e seus usos estão imbricados na relação presente-passado. A cidade apresenta, tanto esteticamente quanto nos modos de vida, contrastes de espaços-tempos que nem sempre podem ser rigidamente delimitados.

⁴⁵⁵ PADUA, op. cit. p.85

⁴⁵⁶ PADUA, op. cit. p.89.



Fotografia 20 – Visão da Igreja Santa Isabel e da Faculdade Joaquim Nabuco, 2017. Fonte: Foto da autora.

A atividade industrial, agora não mais da Companhia de Tecidos Paulista, se desloca do centro para o “polo industrial de Paratibe”, e também para Abreu e Lima, que integrou o território do município de Paulista, durante a maior parte do século XX. Além disso, outras partes das propriedades dos Lundgrens vão sendo vendidas e contribuindo para uma reestruturação do funcionamento da cidade. Na década de 1970, as vilas da COAHB atraíram e absorveram elevado número de habitantes, em grande parte, novos, para o município. Mais uma vez, Paulista recebia pessoas de diferentes origens, apesar de não diferirem tanto em padrão financeiro. No entanto, a centralidade das atividades da Companhia de Tecidos Paulista no ritmo da vida desta cidade ia sendo substituída e deslocada para outras funções e serviços.

No cenário das transformações urbanas, onde a desconcentração industrial aparece articulada a uma centralização dos serviços ligados à gestão e ao financeiro⁴⁵⁷, contribuindo para uma reestruturação de diversos espaços urbanos das metrópoles, o que inclui suas regiões metropolitanas, faz-se importante analisar as modificações dos lugares. Contudo, essas mudanças interagem com as memórias e os rastros das “cidades de antes”. No caso de Paulista, as vilas operárias assumem papel importante nas lutas de apropriação do espaço em meio às intervenções de investidores que pretendem criar uma “Nova Paulista”⁴⁵⁸.

A discussão em torno de memória e patrimônio tem como elemento importante a noção ou o sentimento de perda e fragmentação. A memória, compartilhada e construída no

⁴⁵⁷ PADUA, op. cit. p.85.

⁴⁵⁸ O termo é similar ao utilizado nos últimos anos em referência ao projeto para modificações no Recife (“Novo Recife”).

momento da narrativa, estaria perdendo seus meios⁴⁵⁹. Os escritos de “Experiência e Pobreza”⁴⁶⁰ descortinam uma sociedade em que as ações de experiência estão em baixa, em que o “novo” esquece, nega ou deixa por um triz sua relação com o passado. Nos estudos sobre patrimônio, autores como José Reginaldo Gonçalves tratam a noção de perda como uma invenção inscrita discursivamente. Independente da concepção adotada, contudo, é inegável a presença da busca por símbolos ou rastros de um passado em ameaça, seja esta um sintoma da consciência e forma de ser no tempo, ou uma construção discursiva.

Pensando a relação dessa problemática com os usos do espaço urbano de uma cidade específica, a noção de “lugares de memória” parece adequada, pois estes compõem o cotidiano público dos habitantes. Segundo Pierre Nora, autor que utiliza esse conceito, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”⁴⁶¹, e esses “lugares de memória são, antes de tudo, restos”⁴⁶². Os lugares de memória são a materialização desta, fragmentada, assim como os rastros e restos a que se direciona e significa. Os espaços da cidade constroem-se entre antigos e novos caminhos, e, atualmente, percebe-se a escolha de alguns locais como simbólicos de um passado que, muitas vezes, é concebido enquanto representativo da identidade de uma comunidade ou da cidade como um todo.

A parte escolhida como centro administrativo do município de Paulista tem convivido com mudanças e permanências em seu cotidiano. Os lugares de memória são selecionados entre diversas formas de viver e pensar o espaço urbano desta cidade. Os moradores, tão diversos e com sociabilidades cada vez mais difusas, podem ver de diferentes formas os lugares, apropriar-se deles também. O jogo entre memória e esquecimento dá sentido a lutas pelos rastros do passado industrial. As intervenções e falas, contudo, podem partir de várias direções. A luta pelos espaços pode ser diária, interligada aos seus próprios consumidores. No entanto, paralelamente, ou de forma entrecruzada, a participação de instituições de preservação interfere e enriquece de problemáticas a relação com os lugares de memória.

Paulista, recentemente, foi alvo de mais de um processo de tombamento, através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), referente a elementos isolados ou conjuntos específicos presentes na cidade. Especificamente em sua área central, são encontrados bens oriundos do período de funcionamento da vila operária da CTP, que esteve presente durante quase todo o século XX no cotidiano da cidade. Três processos de

⁴⁵⁹ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993., p.7

⁴⁶⁰ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura**. 7. Ed – São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 114-119.

⁴⁶¹ NORA, op. cit. p.12.

⁴⁶² Ibidem, p.7.

tombamento têm como objeto os bens construídos nesse período: o do casarão dos Lundgren, conhecido como Casa Grande e Jardim do Coronel; o das chaminés e outros imóveis das fábricas Arthur e Aurora; e o da Igreja Santa Isabel. O desenvolvimento da malha urbana da cidade, principalmente em torno das fábricas, é importante elemento nos usos do espaço público do local, e objeto de rememoração e representações da cidade por sua população.

Os espaços públicos das cidades vivem uma constante luta de apropriação, e os lugares de memória também se inscrevem nesta disputa. A política patrimonial escolhe, estabelece parâmetros, seleciona o que pode ser feito do local ou objeto tombado. Os moradores têm suas representações para além deste instrumento de políticas públicas culturais. A cidade contemporânea, sendo entrecortada pelo capital, convive desde sua ocupação com este fator também nos usos dos lugares de memória. Dessa forma, os tombamentos, a comercialização do espaço urbano e a relação dos moradores com os lugares de memória constroem outros usos, outros lugares, e recortam, mais uma vez, a ocupação e o uso do espaço urbano da cidade do Paulista.

5.2 A Política de Tombamento e o Patrimônio Cultural da “Cidade das Chaminés”

Quem vai ao centro de Paulista, em algum momento, irá deparar-se com várias casas parecidas, mesmo que agora os azulejos, as pinturas e os portões tentem marcar a personalidade de cada uma. Antes mesmo de tentar caminhar nas ruas da sede municipal, transitando por rodovias como a PE-15 e a BR-101, é possível avistar, pelo menos, a mais alta das quatro chaminés ainda de pé, a da Fábrica Arthur. Os que caminham, sem dúvida, vão passar próximos ao Jardim do Coronel, bem no meio do fluxo de pessoas indo e vindo das ruas do comércio, e à Igreja de Santa Isabel, toda em tijolo aparente. O percurso de quem vem do bairro de Jardim Paulista pode ser, ainda, povoado pelas três chaminés da Fábrica Aurora.

As chaminés são como um sinal de que se está em Paulista. Não admira, mesmo que estejam fora de funcionamento, que as chaminés originem a alcunha da cidade. “As quatro chaminés representam ainda hoje o mais importante referencial da cidade do Paulista”⁴⁶³. A “cidade das chaminés”, já chamada dessa forma no título da obra do antropólogo José Sérgio Leite Lopes, dá boas vindas aos seus visitantes, ostentando justamente as chaminés como, possivelmente, suas maiores construções em sentido vertical. Há muito isoladas por altos muros, essas linhas vertiginosas da paisagem paulistense estariam sem uso e sem manutenção.

⁴⁶³ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur:** nº0404375-5/2010. Recife, 2010.

No entanto, a primeira intervenção de um órgão de preservação de bens culturais não incide sobre o ambiente de trabalho relacionado à boa parte da população.



Fotografia 21 – Chaminés. As três chaminés da Fábrica Aurora (mais próximas) e a chaminé da Fábrica Arthur (no fundo da imagem), s/d. Fonte: acervo pessoal de José Sérgio Leite Lopes.

As chaminés testemunham, do alto, o movimento de pessoas andando pelas ruas do centro de Paulista. Sua altura, inclusive, permite que sejam vistas de áreas mais distantes. Quem caminha na parte central da cidade, antiga vila operária, quase sempre faz o percurso ao redor das grades de uma mansão, seja fazendo o retorno de carro, seja para chegar e voltar de ônibus. Possivelmente, irão ver ferrugem, um pedacinho ou outro de grade faltando. Neste caminho, também é possível comprar inúmeros artigos aos ambulantes, desde utilitários a alimentação. Dentro das grades, com exceção do segurança, ninguém é visto. O enorme casarão, o jardim cheio de árvores, o coreto, um busto, todos distantes dos transeuntes. Quase uma década após o tombamento da Casa e Jardim do Coronel, esse espaço continua fechado, assim como esteve desde 1967, quando seu último morador resolveu deixar a cidade.

A chamada Casa Grande e também o Jardim do Coronel foram os primeiros elementos, com alguma ligação com o passado de vila operária, a integrar um processo de tombamento, em 2002. Um símbolo da presença centralizadora e domínio dos Lundgren, o casarão representou essa força da imagem patronal ao ser o primeiro elemento a ser incluído na discussão sobre o tombamento e preservação dos bens culturais de Paulista, mesmo que a descaracterização da vila já viesse ocorrendo ao longo dos anos anteriores, com construção de

e ampliação de vias como a PE-15, a modificação de diversos imóveis, e a própria falta de manutenção das chaminés e outros elementos fabris após o encerramento das atividades das fábricas.

O casarão, localizado em área central da sede do município de Paulista, está rodeado por um terreno com exuberante vegetação arbórea e fechado por grades e muro. A área tem como limite as ruas Epitácio Pessoa, da Mangueira, Presidente Vargas e Francisco da Costa. Este conjunto, chamado de Casa Grande e Jardim do Coronel, foi construído como residência da família Lundgren, na primeira década do século XX. Edificado na área desmembrada da propriedade denominada “Engenho Jardim”, o terreno, em sua porção maior, teria sido comprado posteriormente por Anna Elizabeth Herman Lundgren⁴⁶⁴. Atualmente, a edificação está localizada em meio a uma área de 23.584,00 m². O imóvel completo também é uma adição em dois momentos, pois o casarão é a junção de duas construções geminadas.



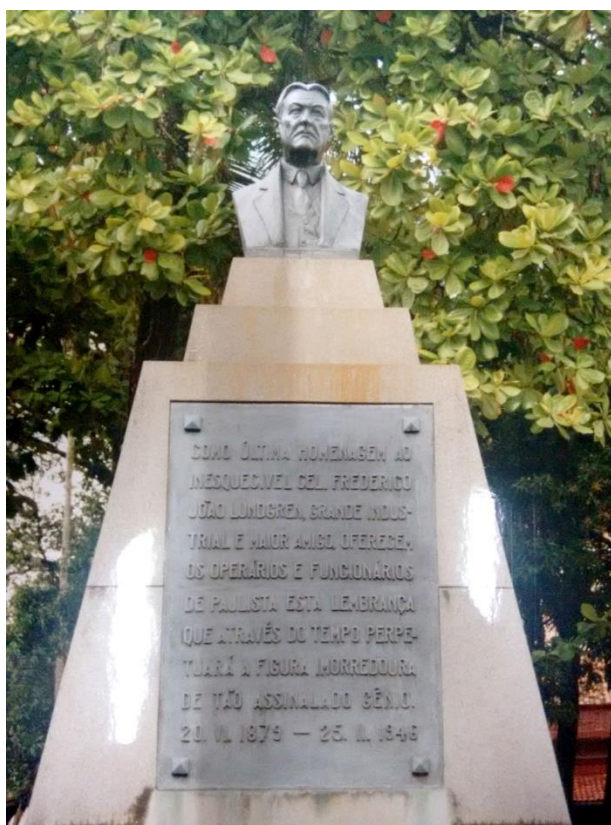
Fotografia 22 – Casa Grande e Jardim do Coronel, s/d. Fonte: Prefeitura de Paulista⁴⁶⁵.

⁴⁶⁴ Segundo a Certidão de Propriedade e Ônus, anexada ao processo da Casa Grande e Jardim do Coronel, essa segunda compra teria sido registrada no livro nº 23 fl. 79v, datada de 20/08/1910 (Olinda) pelo Tabelião Francisco Lins Caldas Filho. Cf. FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel**: nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁴⁶⁵ Disponível em: <https://www.paulista.pe.gov.br/site/noticias/detalhes/2410> (último acesso em 08/08/2016).

A primeira, construída nas primeiras décadas do século XX, é uma casa térrea, com área de 377 m², cercada por alpendres com sustentação de colunas metálicas e calhas para condução de águas pluvial. Apresenta cobertura de telhas tipo capa-canal, arrematada por empenas laterais triangulares com pequenas aberturas e platibanda frontal decorada com modinatura de pilastras, frisos e comijas ⁴⁶⁶.

Já a segunda edificação, distante duas décadas da primeira, tem área bem maior, sendo constituída por quatro pavimentos repetidos. Este segundo prédio teria sido construído para uso de cada um dos filhos do casal Herman e Anna Elizabeth Lundgren: Herman Junior, Frederico, Arthur, Alberto e Ana Louise. Frederico Lundgren figura, no entanto, como principal personalidade da família na vila operária, nas primeiras décadas do século XX. O coronel, como era conhecido, vai ter um busto no jardim da propriedade, o qual até hoje pode ser visto próximo ao coreto. Na placa podem ser lidas as seguintes palavras: “Como última homenagem ao inesquecível Cel. Frederico João Lundgren, grande industrial e maior amigo. Os operários e funcionários de Paulista esta lembrança que através do tempo perpetuará a figura imorredoura de tão assinalado gênio. 20.VI.1875 – 25.II. 1946”.



Fotografia 23 – Busto do Coronel Frederico Lundgren.
 Fonte: FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE.
Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel: nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁴⁶⁶ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE.
Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel: nº 0017/2002. Recife, 2002.

O busto representaria, provavelmente, uma homenagem feita na ocasião da morte de Frederico. O “coronel” administrava a Companhia de Tecidos Paulista desde o falecimento do pai, Herman, em 1914, e aparece em depoimentos e relatos escritos sobre a vila operária como uma das figuras mais presentes desta família no cotidiano dos moradores. Suas representações e mitos são parte das narrativas sobre a cidade, e estabelecem relação com vários de seus lugares. Referente a casa e jardim, a parte externa do prédio seria o local onde o Coronel recepcionaria e analisaria a capacidade de seus novos funcionários. Porém, já após sua morte, o local, que já era aberto como uma praça nos finais de semana, abrigaria um parque e zoológico funcionando aos domingos. O secretário de Turismo, Demétrio Cabral, quando do processo de tombamento, ressalta, entre outros pontos, o valor emocional deste imóvel para os paulistenses.

A área em frente ao Casarão é conhecida como Jardim do Coronel e tem um grande significado para a população paulistense, não apenas pelo seu valor histórico, como também pelo seu valor ambiental uma vez que o referido jardim se constitui em uma área verde bastante aprazível, única existente no centro urbano, compondo um conjunto de aproximadamente 96 árvores algumas delas centenárias, além do valor emocional pois no passado, o referido jardim, funcionava como zoológico e parque de diversões para os filhos dos operários da Companhia de Tecidos Paulista. Como morador desta cidade, somos conscientes do grande valor que tem este conjunto para a comunidade paulistense⁴⁶⁷.

A proposta de tombamento, contudo, não parte do poder público da cidade de Paulista. Ainda não havia uma legislação própria para a seleção e preservação de bens históricos ou culturais no âmbito municipal, apesar de provavelmente existir um Conselho de Preservação desde 1980. O tombamento é solicitado pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), em 16 de Julho de 2002. Poucos meses antes, havia sido aprovado o projeto de construção de um centro comercial no Jardim do Coronel. O projeto aprovado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Paulista é descrito no seu alvará de aprovação da seguinte maneira: “Edificação para uso comercial e de serviços [...], composto por 163 lojas, a ser implantada no terreno onde existe a casa grande da família Lundgren, à praça Coronel João Frederico Lundgren – Centro [...]. A área total a ser construída, das lojas, é de 5.154,95 m²”⁴⁶⁸.

A eminente ameaça de descaracterização da paisagem, tão presente no cotidiano dos moradores de Paulista, provavelmente motivou o direcionamento de esforços pela preservação

⁴⁶⁷ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel:** nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁴⁶⁸ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel:** nº 0017/2002. Recife, 2002.

da Casa Grande, mas também do Jardim do Coronel. Contudo, a Companhia de Tecidos Paulista tenta impugnar esse processo. Dentre os diversos pontos, muitos pequenos detalhes jurídicos que compõem a impugnação, a Companhia menciona que “o uso de serviços foi recomendado para todas as áreas de preservação levantadas pela FIDEM no município de Paulista, em 1978, acrescentando-se que este Centro gerará empregos e incrementará a renda no âmbito do município” ⁴⁶⁹. O projeto em questão foi desenvolvido pelo Arquiteto Moisés Agamenon Sampaio Andrade, responsável, também, pela “elaboração e negociação da legislação estadual de tombamento e do decreto que a regulamentou, quando a sua atividade como secretário adjunto da então Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Estado de Pernambuco” ⁴⁷⁰.

A Companhia, além de questionar a própria proposta de tombamento, a contrapõe, dessa forma, com o desenvolvimento urbano da cidade do Paulista. O imóvel, sem uso por tantos anos, deveria fazer parte do desenvolvimento, gerando empregos, melhoria no setor econômico, e ainda supriria parte da deficiência em serviços do centro do município. O uso do imóvel, o qual se mantém fechado pelos próprios proprietários por décadas, é reivindicado para “tirá-lo do mundo meramente contemplativo, para recolocá-la, preservado, no dia a dia da população, como coisa viva, de importância, a ser reapropriada pela sociedade de Paulista”⁴⁷¹. O discurso do uso de um espaço significativo para a população é tomado de empréstimo e modificado para justificar a intervenção pretendida. No entanto, ao mesmo tempo, a CTP se utiliza do inventário da FIDEM para desvalorizar o imóvel como passível de tombamento.

A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM traçou, em 1978, um plano de preservação dos sítios históricos da Região Metropolitana do Recife ⁴⁷². Se, no processo da Casa Grande e Jardim do Coronel, o relatório é utilizado na tentativa de impedir o status estadual de patrimônio histórico, pois estes bens não teriam sido incluídos como de interesse, naquele momento, por outro lado, é utilizado como referência para o

⁴⁶⁹ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel:** nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁴⁷⁰ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel:** nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁴⁷¹ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel:** nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁴⁷² FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel:** nº 0017/2002. Recife, 2002.; FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur:** nº0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

reconhecimento da importância das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista para Pernambuco e, especificamente, para o município de Paulista. Segundo Souza:

Desde o final da década de 1970 até 2010, ano em que foi iniciado o processo de tombamento das quatro chaminés das fábricas Arthur e Aurora, do Cruzeiro e da antiga Casa da Administração da fábrica Arthur, as habitações dos ex-operários e edifícios localizados no centro de Paulista passaram a ser reconhecidos como patrimônio cultural, relevantes tanto para esse município quanto para o Estado de Pernambuco⁴⁷³.

Diferindo do primeiro processo referente a um bem originário da vila operária, o da Casa Grande e Jardim do Coronel, a proposta de tombamento das chaminés das fábricas da CTP é de autoria da própria Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Entretanto, foi impulsionada ou motivada em função das “denúncias” de uma possível ameaça à sua preservação⁴⁷⁴. Contudo, antes do processo de tombamento estadual, uma medida municipal também já havia listado as chaminés, a casa da administração e o cruzeiro, todos dentro dos terrenos das fábricas, como patrimônio cultural de relevância para a cidade: a instituição dos Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), pela Lei nº 3772/2003 de Uso e Ocupação do Solo do Município de Paulista. Três anos mais tarde, era criada a Lei nº 3.921/2006, que apresentava uma definição para os imóveis que poderiam ser considerados como IEPs⁴⁷⁵.

Entre eles, destacam-se sete construídos pela iniciativa da família dos Lundgren e localizados na área central ao antigo núcleo de Paulista: a ‘Casa-Grande e o Jardim do Coronel’, a ‘Igreja de Santa Isabel’, a ‘Fábrica Aurora – Chaminés’, a ‘Fábrica Arthur – Cruzeiro e chaminés – Prédio administrativo’, o ‘Prédio da 1ª Loja de Tecidos Paulista’, o ‘Prédio do INSS’ e a ‘Casa de Saúde e Maternidade Chalé II’⁴⁷⁶.

Bens remanescentes de períodos anteriores à vila operária, como a Igreja Nossa Senhora do Ó, a Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Médicos e a de Nossa Senhora dos Prazeres, também foram objetos anteriores da política patrimonial. Entretanto, a área central da cidade tem a predominância de elementos mais antigos construídos pela Companhia de Tecidos Paulista, ou em período de controle social dos Lundgren no núcleo fabril, que se torna a sede do município ainda na primeira metade do século XX. Dessa forma, os itens listados como de interesse de preservação para o município pela instituição dos IEPs estão

⁴⁷³ SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis**: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.p.149.

⁴⁷⁴ A denúncia parece ter partido da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Comarca do Paulista Curadoria do Patrimônio Cultural.

⁴⁷⁵ SOUZA, op. cit. p.151.

⁴⁷⁶ Ibidem, p.152.

distribuídos em diversos espaços da cidade. Entretanto, o bairro Centro teria sete imóveis selecionados, todos eles vestígios do período de Paulista enquanto uma cidade-empresa, sendo, também, rastros de experiências imbricadas ao processo de produção industrial, mas que iam muito além deste.

A proposta de tombamento estadual, que inicialmente apenas se referia às chaminés, aborda, além de levantamento histórico da área, a situação estrutural das instalações das fábricas, comparando as chaminés com os demais elementos. “As instalações físicas das fábricas se encontram em processo de arruinamento. Têm-se notícias de andamento de projetos que definem outros usos a serem implantados nas áreas do antigo complexo fabril”⁴⁷⁷. Diferindo destes, as chaminés “mantêm-se aparentemente estáveis e íntegras, constituindo o testemunho vivo do período de apogeu da cidade em função de sua indústria têxtil, parecendo ‘sentinelas’ das áreas sob seu domínio”⁴⁷⁸. Como mais um argumento desta proposta, as chaminés são evocadas como elemento de manutenção da memória dos moradores da cidade.

A preservação, através do Tombamento, desses elementos que fizeram com que Paulista ficasse conhecida como ‘a cidade das chaminés’, surge como principal alternativa de se manter viva na memória dos paulistenses contemporâneos e das gerações futuras, a lembrança da época em que o município adquiriu notoriedade econômica e relevância nacional⁴⁷⁹.

Analisando as propostas de preservação, tanto em âmbito municipal quanto estadual, é possível perceber a indicação de edifícios ou elementos isolados das antigas vilas operárias da CTP, que compõem mais de um dos bairros centrais da cidade, algo que já teria ocorrido no levantamento realizado em 1978. Segundo Paula Aragão Souza, o inventário de vilas operárias da Região Metropolitana do Recife, feito pelo FIDEM, teria, no caso de Paulista, indicado itens isolados justamente em torno da condição de integridade dos bens. O inventário traça zonas específicas das vilas operárias, mas indica apenas para duas áreas “preservação das características essenciais das edificações quanto à forma, escala, materiais de vedação e de revestimento”⁴⁸⁰.

⁴⁷⁷ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. Processo de **Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur**: nº0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

⁴⁷⁸ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. Processo de **Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur**: nº0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

⁴⁷⁹ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. Processo de **Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur**: nº0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

⁴⁸⁰ FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (FIDEM). **Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife** (PPSH-RMR). Recife, 1978.

Observa-se que, mesmo partindo do pressuposto da relevância de ‘conjuntos habitacionais’ e do aspecto de ‘tipicidade das soluções arquitetônicas’, esse entendimento mais abrangente do que constitui um bem patrimonial não se refletiu na consideração dos diferentes atributos ainda presentes no núcleo. Apesar do reconhecimento do atributo estrutural relativo à malha urbana construída, a compreensão do que caracteriza sua condição de integridade, de completude e do aspecto de intacto dos remanescentes na localidade repercutiu em uma delimitação fragmentada do antigo núcleo, segregando as áreas habitacionais dos operários das demais áreas que também estiveram relacionadas ao mesmo processo industrial na localidade ⁴⁸¹.

A seleção dos IEPs e a intervenção da FUNDARPE parecem ter ligação imediata com a iminência de descaracterização ou destruição de imóveis específicos. Entretanto, não há indícios de discussão ou análise das vilas operárias como conjunto passível de ser inventariado e tombado. Dessa forma, a própria patrimonialização como salvaguarda desses “testemunhos vivos” do desenvolvimento industrial é realizada fragmentariamente. Os processos de tombamento propostos até o momento consideram os elementos isolados remanescentes da vila operária. Esses impasses e problemas podem ser percebidos desde o inventário da FIDEM, o que provavelmente motivou a criação de um Conselho de Preservação na cidade, o qual não aparece, contudo, como grupo realmente atuante. Relegando-se, assim, essa discussão a outros atores da cidade, sem ligação específica com a administração do município.

A relação entre patrimônio e memória é bastante complexa. A patrimonialização e os usos desses vestígios como monumentos, museus, ou qualquer outra forma consumível, reconstroem esses objetos. “O discurso patrimonial transformou em uma visão aceitável e consumível” o processo produtivo industrial, e “oculta ou dissimula aqueles traços que evocariam os sinais de sofrimento inerente a alguns processos produtivos” ⁴⁸². A fábrica deixaria de ser fábrica para dar espaço às representações feitas sobre ela. O sofrimento, a disciplina, as péssimas condições de trabalho, a baixa remuneração, e tantos outros pontos, os quais podem ser qualificados como negativos, dão espaço ao “progresso” e notoriedade econômica. Dessa forma, existiria uma inversão de funções e sentidos, “o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória” ⁴⁸³.

A incidência da política de patrimônio no Brasil, para a salvaguarda dos vestígios industriais, como é o caso dos tombamentos conduzidos pela FUNDARPE, aborda-os como símbolos da identidade da cidade, e fundamenta-se, apesar do problema levantado, em uma

⁴⁸¹ SOUZA, op. cit. pp.150-151.

⁴⁸² FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio industrial:** lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio* – vol.II, nº1 – jan/jun de 2009.p.23.

⁴⁸³ FERREIRA, op. cit. p.22.

ampliação da própria noção de patrimônio. O sentido de patrimônio, atrelado às políticas nacionais e estaduais, no Brasil, deriva da noção europeia, que esteve relacionada à consolidação dos Estados Nacionais⁴⁸⁴ e, também, imbricada a uma construção ou visão específica de identidade brasileira nas décadas iniciais de atividade do SPHAN, atual IPHAN⁴⁸⁵. Apesar do Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, elaborado em 1936, ter uma concepção mais ampla⁴⁸⁶, as ações conduzidas por esta instituição nacional seguem a marcha de centralização dos símbolos nacionais.

Foram selecionados os tipos de bens que representariam o país. “Não havia lugar para o ecletismo, visto como uma profusão de estilos estrangeiros e também como marco de modernização da Primeira República”⁴⁸⁷. Os critérios adotados para o tombamento terminavam por privilegiar bens que representam os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes⁴⁸⁸. O Estado, já predominante desde o início da política patrimonial no país, juntamente com técnicos específicos, provavelmente arquitetos e historiadores, selecionavam, quase que exclusivamente, edificações consideradas pelo valor arquitetônico e ligação com o período colonial. O estado de Minas Gerais, com sua arquitetura barroca, dessa forma, é apontado como local de maior atuação do IPHAN, em suas décadas iniciais⁴⁸⁹.

Nesse modelo de política de patrimônio, ao lado de um significado cultural, estaria, contudo, “um significado jurídico quase único: preservar se identificava, quase que automaticamente, com ‘tombar’”⁴⁹⁰. Entretanto, há algum tempo, a ideia de patrimônio na contemporaneidade “vem assumindo outros contornos e outras funções sociais”⁴⁹¹. A partir de debates e acordos internacionais, como a Carta de Veneza⁴⁹², e também propostas de âmbito nacional, a Constituinte de 1988 “trazia novo texto sobre a matéria, que ampliava a

⁴⁸⁴ A relação entre patrimônio e uma História Nacional da França é discutida largamente por François Hartog (2013).

⁴⁸⁵ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

⁴⁸⁶ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Patrimônio como categoria de pensamento** In ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009 pp.63-64

⁴⁸⁷ MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. Anais do I Seminário Internacional História do Tempore Presente. Florianópolis UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.p.1825

⁴⁸⁸ GONÇALVES, 2002, op. cit. p.64.

⁴⁸⁹ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas**. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007 p.14. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/59. (Último acesso: 10 de Julho de 2017).

⁴⁹⁰ CASTRIOTA, op. cit. p.13.

⁴⁹¹ FERREIRA, 2009, op. cit. p.22.

⁴⁹² Cf. CASTRIOTA, op. cit. p. 16.

noção de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural”⁴⁹³. O foco da política patrimonial não seria apenas a preservação do “imóvel inserido na paisagem que o emoldurava, mas, sobretudo, inferir-lhe o nexo na trama de representações do espaço que lhe era afeto, fosse rural ou urbano”⁴⁹⁴. Contudo, apesar dos debates e discurso mais amplo terem chegado ao IPHAN e órgãos de âmbitos estaduais e municipais, os critérios e ações seguem, em parte, os moldes das políticas anteriores.

No que concerne à trajetória do SPHAN, é interessante perceber como, apesar da absorção pelo seu discurso de novos conceitos, especialmente a partir da influência da Carta de Veneza, que introduz as ideias de sítio urbano e da utilização social dos monumentos, o seu trabalho continua na mesma linha, considerando a cidade como objeto estético a se preservar, sem considerar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento socioeconômico⁴⁹⁵.

Na perspectiva apresentada pelo trecho acima, a estética ou os valores arquitetônicos acabam prevalecendo, apesar da introdução das novidades discutidas durante anos, em âmbito internacional e nacional. Esse entrelaçamento de interesses e contribuições na trajetória da política patrimonial brasileira, provavelmente, permite, em mais de um órgão pernambucano, a abordagem de elementos isolados do centro de Paulista, utilizando-se do argumento e critério de integridade dos imóveis. Contudo, nacionalmente, já se tornou possível a preservação de conjuntos na paisagem urbana, discutindo-se formas não só de preservar, mas de conservar práticas culturais imbricadas aos usos desses lugares.

A cidade aparece como um conjunto passível de ser preservado. Sendo o patrimônio urbano um objeto não estático por excelência e que, a partir dos anos 1960, vai se consolidando⁴⁹⁶. Dessa forma, a ação sobre o patrimônio urbano passa a ser muito mais que tomar determinadas edificações, “é, antes, conservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural”⁴⁹⁷. Entretanto, o valor do patrimônio industrial, com edificações e relações sociais muito mais recentes e, na maioria das vezes, localizadas em áreas urbanas de grande interesse econômico, demora muito mais a ser introduzido no discurso ou ação dos órgãos de patrimônio no Brasil, apesar dos debates no âmbito acadêmico.

⁴⁹³ PINSKY, Carla Bassanezi ; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.p.287.

⁴⁹⁴ Ibidem, p.288.

⁴⁹⁵ CASTRIOTA, op. cit. p.16.

⁴⁹⁶ Ibidem, p.18.

⁴⁹⁷ CASTRIOTA, op. cit. p.17.

A Grã-Bretanha pode ser apontada como o primeiro país a encarar a necessidade de se proceder ao inventário do patrimônio industrial⁴⁹⁸, no que é seguida por diversos países europeus, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, as ações direcionadas ao patrimônio industrial se expandem e, aos poucos, se consolidam a partir da própria ampliação daquilo que é considerado bem cultural. A Conferência do Patrimônio Industrial, ocorrida em julho de 2003, na cidade de Nizhny Tagil, na Rússia, foi antecedida por outros avanços pontuais. A Carta de Veneza, de 1964, inclui o patrimônio industrial em suas considerações, timidamente mencionando que as marcas dos ofícios comuns poderiam vir a ganhar significado ao longo do tempo⁴⁹⁹. E surgia, em 1978, o TICCIIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*)⁵⁰⁰.

Os estudos acadêmicos discutiram a importância do estudo e preservação do patrimônio industrial. Uma área específica pode ser delimitada, inclusive, a Arqueologia Industrial, termo pouco comum no Brasil. Contudo, o país não fica distante das discussões, que começam até mesmo antes da criação do IPHAN, e seguem em décadas seguintes com as contribuições de nomes como os de Ruy Gama, Warren Dean, Philip Gunn e Telma Correia, Edgar De Decca e Maria Auxiliadora de Decca, Ulpiano Bezerra de Meneses e Odilon Nogueira de Matos e Bandeira Júnior⁵⁰¹, cujos trabalhos apresentavam e debatiam a presença e importância de indústrias no país, desde usinas e engenhos a fábricas nas cidades grandes.

O estudo do patrimônio industrial pode ser pensado como campo que engloba memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana⁵⁰². Encarar o patrimônio industrial como representativo da economia envolve-se na questão da perda ou desaparecimento de uma forma de produção. Segundo Ferreira, essas tecnologias utilizadas nas últimas décadas do século XIX, e na primeira metade do século XX, vão se tornando obsoletas na metade seguinte. “Os vestígios materiais e imateriais dessas atividades são testemunhos de mudanças culturais que acompanham os modelos produtivos que se sucedem”⁵⁰³. Entretanto, a rede ligada a essa produção envolve muitas outras tramas, toda uma rotina de trabalho, sociabilidades, hábitos cotidianos, práticas de lazer.

Apesar dos debates e da introdução de novas bases que fundamentam a proteção do patrimônio industrial, a absorção dessas novidades não significa uma definição clara e ampla

⁴⁹⁸ Cf. MENEGUELLO, op. cit.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 1821.

⁵⁰⁰ Ibidem, p.182.1

⁵⁰¹ Ibidem, p.1824

⁵⁰² Ibidem, p. 1819.

⁵⁰³ FERREIRA, 2009, op. cit. p.23.

das diretrizes junto aos órgãos responsáveis pela preservação em âmbito jurídico. Segundo Cristina Meneguello, os bens referentes ao aparato ligado à indústria, incluindo vias de transporte, fábricas, galpões e as vilas, são complexas redes interligadas, e “sua salvaguarda isolada é insuficiente para a compreensão da rede de recebimento de matéria-prima, produção e escoamento que definem a atividade industrial”⁵⁰⁴. No caso das ações da FUNDARPE e do próprio município, referentes ao que seria o patrimônio industrial de Paulista, ocorre a predominância da salvaguarda isolada.

Como já mencionado, a proposta de tombamento de elementos das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista é motivada pelo possível “risco de degradação ou destruição das chaminés das antigas fábricas têxteis existentes no Município do Paulista”⁵⁰⁵. Para a área do Jardim do Coronel, que tem o tombamento iniciado em 2002, juntamente com a Casa Grande, os proprietários também tinham planejado um empreendimento comercial que poderia descaracterizar este lugar bem no centro da cidade. Entretanto, os imóveis e estrutura deixada pela CTP após o fechamento das fábricas Arthur e Aurora já haviam sofrido modificações significativas. Boa parte da Fábrica Artur teria sido destruída para a ampliação da rodovia estadual 15 (PE-15), para a construção de outros imóveis e um centro comercial, onde atualmente funciona a Faculdade Joaquim Nabuco. A rodovia foi duplicada em todo o trecho dentro do território de Paulista, inclusive no centro. A parte da obra que se direcionava ao território de Paulista ocorreu entre 2001-2005, integrando a segunda fase de modernização da rodovia, 8,3 km que passavam também por Abreu e Lima.

A Fábrica Arthur teve a sua área bastante reduzida quando da duplicação da rodovia PE 15 e loteamento da área do lado esquerdo da rodovia onde hoje existem construções como o Fórum de Paulista, a sede do MPPE da comarca do Paulista, um edifício construído para abrigar um shopping, hoje transformado na Faculdade Joaquim Nabuco, e edifícios comerciais e de serviços⁵⁰⁶.

Além de aumentar o fluxo de veículos e possibilitar a construção de novos elementos nos espaços do bairro Centro, a duplicação da rodovia inseria mudanças de ritmo para a cidade, incluindo a diminuição de um dos ambientes mais utilizados como lugar de sociabilidade durante muitos anos, a Praça Agamenon Magalhães. Apesar dessa modificação considerável no espaço urbano de Paulista, que requeria a demolição de parte da Fábrica

⁵⁰⁴ MENEGUELLO, op. cit. p. 1820.

⁵⁰⁵ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur:** nº0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

⁵⁰⁶ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur:** nº0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

Arthur, nenhum tipo de ação na tentativa de preservar ou estabelecer diretrizes para essas intervenções parece ter ocorrido através de órgãos do Estado. Apesar da proximidade entre a data das obras e do processo de tombamento da Casa Grande e Jardim do Coronel, a tentativa de preservação de elementos das Fábricas Arthur e Aurora só ocorre em 2010, quando mais uma vez, alega-se um eminente risco de destruição.

Para além do fluxo de interesses, principalmente entre desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio cultural, a introdução incipiente da noção de patrimônio industrial, no Brasil, pode ser notada em ações como as direcionadas a Paulista, a partir do isolamento dos bens, mas, principalmente, quando contrastadas com a omissão no período de duplicação da rodovia PE-15. A possibilidade de um reconhecimento e preservação dos vestígios enquanto o conjunto da vila operária não parece ter sido considerado, ou analisado durante nenhum dos processos de tombamento. A vila operária não foi pensada como um núcleo industrial que tinha seu significado conjunto das vivências do trabalho e do viver a cidade com essa conexão.

Nesse sentido, autores como Cristina Meneguelo consideram que “o caminho para a valoração do patrimônio industrial não pode residir exclusivamente na atuação dos órgãos governamentais de preservação, mas na atuação da sociedade organizada”⁵⁰⁷. A escrita do patrimônio cultural de Paulista envolve outros atores além dos órgãos governamentais de preservação. A participação de artistas, políticos ou intelectuais que se consideram pertencentes à comunidade de Paulista amplia as disputas pelos lugares de memória e, ao mesmo tempo, constrói esses lugares, propõe usos. A cidade, contudo, não para, e os usos se entrecruzam nas novas casas, nos corredores do *shopping*, nas antigas praças, nas Igrejas.

5.3 Movimento Pró-Museu: os lugares de memória em disputa.

O centro da cidade de Paulista presenciaria uma movimentação diferente da usual, em um dia de junho do ano 2006. O Jardim do Coronel, como ficou conhecido o espaço cerrado por grades, onde moravam os donos da Companhia de Tecidos Paulista, estando sempre rodeado pelos transeuntes que precisam percorrê-lo pelas laterais ao caminhar nessa área, nunca tinha sido, no entanto, abraçado. Talvez tenha recebido olhares carregados de boas lembranças, dos domingos de sol, dos namoricos, da diversão de criança ao brincar no parque

⁵⁰⁷ MENEGUELLO, op. cit. p. 1826.

e admirar os animais do pequeno zoológico. Pode até ter sido observado com ressentimento ou nostalgia, por remeter aos anteriores “donos” da cidade e às fábricas que um dia movimentavam aquele lugar com seu ritmo de tempo, suas regras, com trabalho.

O abraço, porém, era novidade. Mesmo que os sentimentos dos que viveram anos importantes de suas vidas próximos ao Jardim o tivessem abraçado na mente, como se acariciassem os resquícios de um passado que se perdera, o abraço físico ainda não tinha acontecido até aquele dia em 2006. Envolveram-no para não o perder e, ao mesmo tempo, para tê-lo reconhecido como lugar de suas memórias, lugar pertencente a todos que compartilhavam e precisavam conhecer os significados do Jardim do Coronel. Se antes a cidade parecia pertencer a uma única pessoa ou apenas a uma família, agora, os impasses enrustados na vida dos paulistenses há muito tempo mostravam-se ainda presentes.



Fotografia 24 – Abraço do Jardim do Coronel, 2006. Fonte: Perfil do Movimento Pró-Museu em rede social ⁵⁰⁸.

A Companhia de Tecidos Paulista abandonara o cotidiano dos moradores, mas não completamente. Ainda proprietária de muitos espaços que foram construídos ou comprados nos seus anos de funcionamento na cidade pernambucana, a empresa desejava transformar a área do jardim num centro comercial, tendo que, para este fim, derrubar árvores e parte do muro e do gradil. Uma possível descaracterização ou destruição daquele espaço poderia ter

⁵⁰⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/promuseu> (último acesso em: 30 de Maio de 2016).

múltiplas significações em meio à população cada vez mais diversificada. “A antiga identidade operária, focada quase que exclusivamente nas relações de trabalho, deslocou-se, abrindo caminho para o surgimento de outras formas de pertencimento e reconhecimento, individual e coletivo”⁵⁰⁹.

Sobre essa diversificação da população, a presença de novos atores na construção do espaço urbano da cidade é enfatizada pelos escritores Amaro Poeta e Bernadete Serpa⁵¹⁰. Ambos, ao falarem sobre o abandono dos elementos da vila operária e a falta de conhecimento sobre a história da cidade, ressaltam o massivo contingente de novos moradores, devido à instalação das vilas da COHAB, em Paulista, que não tinham conexão alguma com o cotidiano das vilas operárias. E essa falta de conexão fazia com que boa parte da população, além de desconhecer esse passado, não atribuísse ou reconhecesse os significados dados pelos antigos moradores.

O desmonte da cidade empresarial estabelece relações com o distanciamento dos moradores mais novos da cidade, muitos dos quais nem conheceram a vila em seu período de funcionamento. Entretanto, as diversas identidades não se estabeleceriam em Paulista apenas pela derrocada do modelo fabril ou pela emergência de novos atores, mas pela “perda de conexão e manutenção dos antigos quadros sociais de memória”⁵¹¹. A fragmentação, o esfacelamento e a perda da memória voltam nossa relação com o tempo histórico para a tentativa de preservação dos seus fragmentos, transformando espaços, lugares e objetos em monumentos carregados de significações. Pierre Nora analisa essa materialização da memória e, assim como Reinhart Koselleck e François Hartog, destaca a aceleração do tempo, o distanciamento apressado das experiências construídas, como transformações sinalizadoras desse novo relacionamento.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há meios de memória⁵¹².

⁵⁰⁹ SILVA, R. A. C.. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem histórica do centro do paulista.** Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Fundação Joaquim Nabuco, FUNDAJ, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.p.37.

⁵¹⁰ Ricardo Andrade C. Silva, 2016. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

⁵¹¹ SILVA, 2006, op. cit. p.37.

⁵¹² NORA, op. cit. p.7.

E “o tempo, atualmente, se afunda numa velocidade que esvazia todas as medidas”⁵¹³. As medidas, às quais Antonio Paulo Rezende se refere, podem ser pensadas aqui como referenciais. Entre a década de 1990 e os dias atuais, Paulista vem passando por transformações do espaço urbano, e a utilização deste dialoga com a diversificação da própria população. Os labirintos afetivos constroem-se no efêmero, e a efemeridade ameaça não sustentar raízes. O abraço, nas palavras de um poeta, pode eternizar o tempo e preencher todo o espaço, pode dar aconchego, aproximar corpos. O entrelaçar de braços em torno de um lugar simboliza sentimentos de um abraço, de afeto, aproximação, desejo de reter o que se cerca. A Casa-grande dos Lundgren e o seu jardim sendo abraçados sinalizam a ação conjunta de membros de variados setores sociais da cidade em busca da preservação e utilização pública dos “lugares de memória” de Paulista, principalmente os que integravam a cidade-fábrica.

O ato simbólico, como um grito de socorro, acontecia cerca de quatro anos após ter sido realizada a solicitação, através do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), do tombamento da “Casa Grande e do Jardim do Coronel”. Este estaria ameaçado de sofrer modificações significativas em sua aparência tão conhecida pelos moradores de Paulista, mesmo para os que nunca viram suas grades abertas. A Companhia de Tecidos Paulista, empresa da família Lundgren, pretendia utilizar o espaço da casa e jardim para a implementação de um Centro de serviços, o qual já contava com alvará⁵¹⁴ da prefeitura, anterior ao início do processo.

Apesar da intervenção já planejada para a Casa Grande e Jardim do Coronel ter sido julgada inadequada pela FUNDARPE⁵¹⁵, o processo de tombamento só vai ser concluído em 2009. Dessa forma, até que fosse lançada uma resolução favorável ao tombamento, o empreendimento não estava fora de questão. E mesmo com as exigências propostas para o tombamento, a propriedade continuava sendo da Companhia de Tecidos Paulista, detentora do direito de decidir seu uso futuro, mesmo que seguindo as recomendações da equipe técnica da política patrimonial do Estado. Mantendo-se a visibilidade do imóvel, a arborização e seus outros elementos (coreto e busto), a Casa Grande e Jardim do Coronel poderiam transformar-se em outro lugar de consumo.

⁵¹³ REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **As sedução do efêmero e a construção da história:** As múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo In ERTZOGUE, Marina; PARENTE, Temis Gomes(orgs.). **História e Sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006. p.37.

⁵¹⁴ No Alvará de aprovação da prefeitura, que seria anterior à solicitação de tombamento, diz-se que a edificação com 163 lojas, ocuparia uma área a ser construída totalizando 5.154,95 m².

⁵¹⁵ Os critérios da primeira análise dos técnicos da FUNDARPE basearam-se na manutenção da visibilidade e destaque da Casa Grande, além da preservação de parcela do solo e das árvores.

Esse processo de tombamento, e provavelmente também o ânimo avivado após a visita do professor José Sérgio Leite Lopes, em 2005, entrecruzam-se com “fortes demandas pela recuperação e a sistematização da memória social da cidade por parte de agentes significativos do espaço público local”⁵¹⁶. Essa demanda ocorre justamente em uma situação de transformações nessas antigas cidades industriais. Existiria uma “dispersão de sua força de trabalho, antes concentrada localmente, por toda a região metropolitana, aumentando os fluxos de deslocamento de trabalhadores”⁵¹⁷. Além das mudanças no fluxo de movimentação e cotidiano dos antigos moradores da área central de Paulista, “o patrimônio histórico potencial representado pelas vilas segue sendo descaracterizado e transformado, sem constituir-se num recurso de políticas públicas voltadas para a história e a cultura locais”⁵¹⁸.

Em Paulista, essa demanda pela “recuperação e sistematização” da memória da cidade seria expressa tanto por membros do sindicato dos tecelões - o que teria motivado a produção do documentário *Tecido Memória* - quanto por jovens de formação universitária, professores e outras figuras públicas da cidade, e este último grupo iria reunir-se, a partir de 2005, em torno de um movimento autodenominado “Movimento Pró-Museu”. A emergência de movimentos imbricados à situação de descaracterização e reestruturação dos espaços urbanos com potenciais patrimônios históricos e culturais teria ocorrido, também, em outras localidades da Região Metropolitana do Recife.

Em diversas áreas industriais antigas, como as ex-vilas operárias de fábricas têxteis (e de outros setores industriais) na área metropolitana de Recife, movimentos sociais locais esboçam lutas por maior participação dos moradores na administração local, procurando minorar os impactos que desfiguram o formato tradicional desses bairros, como, por exemplo, no caso extremo da conversão de estradas locais em complexos de autoestradas, destruindo, devido ao seu traçado avaliado em termos econômicos estritos, a paisagem usual, o que aconteceu na própria cidade de Paulista⁵¹⁹.

Em Paulista, o “Movimento Pró-Museu” recebe esse nome remetendo-se ao objetivo principal do grupo. Além de pressionar pela conclusão favorável à preservação total do conjunto Casa Grande e Jardim do Coronel, o movimento tem como sua principal bandeira a proposta de uso deste local pelos moradores de Paulista como museu, segundo indica o

⁵¹⁶ LEITE LOPES, J. S. **Memória e Transformação Social:** trabalhadores de cidades industriais. Conferência no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 24 de agosto de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000300004 (Último acesso em 13/08/2016). p.597.

⁵¹⁷ Ibidem, p.598.

⁵¹⁸ Ibidem, p.598.

⁵¹⁹ LEITE LOPES, 2011, op. cit. p.598.

depoimento de Ricardo Andrade Silva ⁵²⁰, coordenador do movimento. O objetivo principal e inicial do grupo ainda não foi alcançado. Contudo, a atuação dos seus membros desde o final de 2005, quando foi criado, até os dias atuais, ampliou-se com o direcionamento de ações para outros lugares de memória, em Paulista, e com a tentativa de envolvimento e aproximação do restante da população na luta pela apropriação desses lugares.

O Padre Valdemir⁵²¹ (Paróquia de Santa Isabel), Ricardo Andrade e Josevaldo Bezerra (Movimento PRÓ-MUSEU), Marcondes Andrade (Empresário do Setor Turístico), Bernadete Serpa (Academia de Letras do Paulista) e o Vereador Braz Seabra são apontados pelo próprio Ricardo Andrade, em sua dissertação de mestrado⁵²², como os principais protagonistas do ato simbólico abraçando o Jardim do Coronel, e do movimento que pressionava o poder público por providências, cada qual com sua relação afetiva com a cidade-fábrica e com os seus resquícios cravados na paisagem.

Com o outono chegando à sua vida, Bernadete não gostaria de despedida com sabor de esquecimento. Afirma: “eu não queria me despedir sem antes ter deixado registros da minha passagem por esta terra que me viu nascer e por quem nutro uma enorme paixão” ⁵²³. Se os sentimentos de Bernadete tingem as palavras de cores e significados, as palavras do músico Joel Andrade, pai de Ricardo Andrade, foram escolhidas como canção que representa a cidade, oficialmente, em 1973⁵²⁴. “Em cima o céu é mais azul, é mais bonito, embaixo a brisa tem aroma de eucalipto, teu povo é mais ordeiro e mais gentil, Paulista fração linda do Brasil” ⁵²⁵. O eucalipto era utilizado como lenha para as fábricas, e o povo ordeiro trabalhava em cada canto da vila e de Paulista. Cada qual com seu enlace com Paulista, seja dos dias da infância e adolescência na vila operária, seja dos dias com menos certezas, ouvindo as histórias de outros enlaces, outros sentidos.

A busca por resgatar, recriar, ou registrar esse passado na vila operária segue a trajetória de alguns dos membros do movimento e seus colaboradores. Bernadete Gomes Serpa Lopes nasceu ainda na década de 1930, em Paulista. A professora aposentada usa parte do seu tempo para a escrita. Sua cidade natal é tema do seu livro “A vida na minha aldeia”, no qual narra suas experiências de infância e adolescência. Entre as ruas, praças e parques,

⁵²⁰ **Ricardo Andrade C. Silva**, 2016. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

⁵²¹ O citado Padre era da Paróquia de Santa Elizabeth quando dos atos em torno da Casa Grande e Jardim do Coronel e da Própria Igreja de Santa Isabel.

⁵²² Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional da Fundação Joaquim Nabuco, defendida em 2006.

⁵²³ LOPES, op. cit. p.16.

⁵²⁴ SILVA, 2016, op. cit.

⁵²⁵ Disponível em: http://www.paulista.pe.gov.br/site/default/conheca_paulista/o-hino (Último acesso em 13/08/2016).

Bernadete entremeia algumas críticas a histórias nostálgicas. A autora tece narrativas formando belos quadros. Em depoimento⁵²⁶, muitas são as semelhanças com a história já construída em seus escritos, encontra-se discurso de nostalgia e saudade, apesar da recorrente ressalva sobre a falta de liberdade.

Outra personalidade em torno do movimento pró-museu, e da qual tivemos acesso à produção literária, é Amaro Poeta. Um dos seus livros sobre a cidade que o acolheu ainda menino intitula-se “Paulista Terra e Gente”. Chegando à vila já em um período de “desmonte”, na década de 1960, Amaro busca, em poesia, contar uma história de Paulista. A sua narrativa, aparentemente mais distanciada que a de Bernadete, contudo, segue o mesmo tom nostálgico, com críticas pontuais à exploração e cerceamentos no cotidiano dos trabalhadores. Os dois livros, tanto o de Bernadete quanto o de Amaro, foram escritos, ou pelo menos publicados, em período posterior aos primeiros processos de tombamento e à formação do “Movimento Pró-Museu”. Dessa maneira, as histórias narradas podem ter relação com o próprio envolvimento destas duas figuras públicas com as demandas por salvaguarda e preservação dos lugares de memória e rastros dos primeiros anos em que viveram em Paulista. O poeta de Paulista escreve, ainda, sobre o movimento. Em prosa o descreve como um “movimento para defender a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade do Paulista”⁵²⁷. E, em poesia, diz:

Paulista das Chaminés
E as Chaminés do Paulista
Hoje é patrimônio histórico
Do tombamento a conquista,
Apontando o infinito
Não foge da nossa vista⁵²⁸.

Ainda segundo Ricardo Andrade Silva, agora em artigo, o abraço em torno da “Casa Grande e Jardim do Coronel”, que contou com a participação de centenas de pessoas, teria motivado o executivo a “encaminhar à Câmara uma proposta, que logo após virou a Lei nº 3.921/2006, criando os IEP’s (Imóveis Especiais de Preservação)”⁵²⁹. Contudo, já no ano de 2003, teria sido iniciada a instituição desses imóveis, além do processo de tombamento estadual, “voltada para a salvaguarda dos remanescentes da CTP [...], instituição dos Imóveis Especiais de Preservação (IEP’s), pela Lei Nº 3772/2003, de Uso e Ocupação do Solo do

⁵²⁶ Bernadete Gomes Serpa Lopes, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

⁵²⁷ POETA, op. cit. p.181.

⁵²⁸ POETA, op. cit. p.182.

⁵²⁹ SILVA, 2008, op. cit.

Município de Paulista”⁵³⁰. A Lei N° 3.921/2006, contudo, apresentou uma definição para os imóveis que poderiam ser considerados como IEP’s⁵³¹.

Há indícios do envolvimento dos membros do movimento em debates sobre andamento do próprio processo de tombamento. Em ata de presença de audiência pública na Câmara de Vereadores do Paulista com a FUNDARPE e o Conselho Estadual de Cultura, anexada ao processo Da Casa Grande e Jardim do Coronel, é possível encontrar o nome de Ricardo, como coordenador do Movimento Pró-Museu, o de Amaro Poeta, o do vereador Braz Seabra e também o de Marcondes Andrade. Em 2007, contudo, era colocado em prática um projeto para envolver a população nessas discussões. Segundo Ricardo Andrade Silva:

O Movimento Pró-Museu realizou um seminário sobre o centro da cidade em 2006 e formulou em 2007, um projeto intitulado “Cartões Postais do Paulista”, tentando sensibilizar, sobretudo as novas gerações, colocando na agenda cultural da cidade o debate sobre a importância do patrimônio⁵³².

O projeto possuiria quatro etapas, uma destinada ao patrimônio material do século XX, outra referente ao patrimônio do período colonial e, em seguida, as etapas do patrimônio imaterial e do natural⁵³³. A primeira etapa teria sido realizada entre os meses de setembro e outubro de 2007, consistindo em uma votação que podia ser feita on-line no site do movimento⁵³⁴ e em urnas eletrônicas em locais públicos da cidade. Segundo Amaro Poeta⁵³⁵, a votação presencial teria contado com a ajuda da Rede Globo. Os moradores de Paulista poderiam escolher, entre os diversos imóveis do século XX da cidade, o seu cartão postal. Ou seja, o movimento pretendia colocar os moradores comuns para selecionar qual lugar ou edifício melhor representaria o município.

A proposta do movimento apoiava-se na analogia com os cartões-postais, os quais são feitos a partir da seleção de paisagens de um lugar. E, “se o cartão-postal congela no segundo da fotografia aquilo que foi capturado pelo olhar sensível, a paisagem que foi registrada revela, para além da imagem do segundo capturado, a apropriação dos lugares em camadas de

⁵³⁰ SOUZA, op. cit. p.151.

⁵³¹ Ibidem, p. 151.

⁵³² SILVA, 2008, op. cit.

⁵³³ SILVA, 2008, op. cit.

⁵³⁴ O endereço eletrônico do movimento, www.promuseu.org (último acesso em 26/07/2016) parece estar desativado. No site da Faculdade Joaquim Nabuco, o lançamento da página on-line do Pró-Museu é anunciado no dia 27 de agosto de 2007. <http://www.joaquimnabuco.edu.br/galeria/detalhar/cid/1/gal/5/fid/3> (Último acesso em 27/07/2016).

⁵³⁵ POETA, op. cit. p.181.

tempo sobrepostas, próprias da cultura”⁵³⁶. Apesar do local de trabalho, a fábrica, ser considerado forte marca no cotidiano da antiga vila operária, as chaminés, vistas apenas quando se olha para o alto, há anos cercadas por altos muros, não foram o lugar mais votado pelos paulistenses. Em primeiro lugar, teria sido escolhida a Igreja Santa Isabel, que funciona no bairro centro desde sua fundação, e, em segundo, o conjunto referente à “Casa Grande e Jardim do Coronel”, fechado desde 1967⁵³⁷, mas parte marcante da paisagem e muito próximo dos pedestres que transitam pelo centro.



Fotografia 25 – Igreja Santa Isabel vista do alto. S/d. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura.

A ideia de cartões postais referindo-se aos lugares de memória ainda entrelaça a demanda por preservação à perspectiva do consumo turístico desses espaços. O movimento critica a destruição ou a não valorização desses lugares em nome do desenvolvimento. Entretanto, segue a lógica de sua utilização como objetos de turismo. A noção de uma urbanização ou desenvolvimento sustentável, que envolveria os patrimônios culturais e naturais da cidade, estaria na base da proposta do grupo. O coordenador do movimento, Ricardo Andrade Silva, destaca a luta frente à especulação imobiliária, sendo, naquele

⁵³⁶ VERAS, Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal:** a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano. 2014. 467 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento urbano, Recife, 2014. p. 24.

⁵³⁷ SILVA, 2008, op. cit.

momento, a Companhia de Tecidos Paulista a maior detentora de propriedades na cidade. Dessa forma,

O Movimento Pró-Museu articula-se com diferentes agentes culturais, na perspectiva do estabelecimento de uma política pública voltada para a preservação do patrimônio material e imaterial, de forma sustentável, garantindo às futuras gerações um pouco de sua memória coletiva, e um permanente debate acerca de suas novas e velhas identidades⁵³⁸.

O projeto teria como proposta, especificamente para o uso da Casa Grande e Jardim do Coronel, a criação de um centro cultural, incluindo museu, biblioteca e um arquivo. “O CPDOC Paulista (Centro de Preservação e Documentação da Memória e da Identidade do Paulista), um espaço aberto, destinado a exposições de arte, digitalização de material iconográfico e pesquisas no campo da arquivologia, historiografia e história oral”⁵³⁹. Segundo Bernadete, em entrevista, um membro da família Lundgren seria favorável à transformação da Casa Grande e Jardim do Coronel em um centro cultural. Nilson Lundgren figura tanto no depoimento de Bernadete quanto no de Ricardo como preocupado com a memória e o legado de sua família. A escritora compara, inclusive, os irmãos Nilson e Carlos, pois este último teria preocupações mais ligadas ao lucro. Em anexo ao processo de tombamento da Casa Grande e Jardim do Coronel, a carta de renúncia de Nilson à diretoria da Companhia de Tecidos Paulista pode ser indício de possíveis discordâncias quanto ao patrimônio da família⁵⁴⁰. Um artigo da revista ISTOÉ, de 1993, relata, ainda, diversas disputas dentro do Grupo Lundgren, que é ainda mais amplo que as propriedades da CTP.

A expectativa pela transformação do casarão em centro cultural dura anos. Bernadete ainda afirma que o filho de Nilson, Eduardo Lundgren, estaria à frente da viabilização e planejamento desse instituto. Em notícia recente, divulgada por um veículo on-line de comunicação⁵⁴¹, foi anunciada a transformação do casarão em “instituto sobre a indústria nordestina”. Em vídeo, o neto de Herman, Nilson, apresenta as dependências da residência e como estão sendo organizados espaços sobre a história da família. Entretanto, mais uma vez, não se tem uma previsão de sua abertura ao público, ou de que forma será permitido esse

⁵³⁸ Cf. SILVA, 2008, op. cit.

⁵³⁹ Ibidem.

⁵⁴⁰ Na carta de renúncia ao cargo de Diretor-Presidente da CTP, Nilson Lundgren afirma: “Já não possuo mais as condições físicas e psicológicas de antigamente para suportar a luta que temos travado contra aqueles que, dia a dia, tentam destruir o que os antepassados da Família Lundgren tão [sic] construíram em tantas décadas de trabalho e dedicação”. Mesmo não sendo possível precisar exatamente ao que se refere o neto de Herman Lundgren, seu posicionamento aparece aqui como uma ressalva de que a própria empresa não se configura em uma entidade homogênea, havendo disputas em torno desses bens, já que os que são alvo de processos de tombamento aparecem como propriedade da sociedade anônima Companhia de Tecidos Paulista.

⁵⁴¹ Cf. <http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/casarao-dos-lundgren-o-misterioso-cartao-postal-da-cidade-do-paulista/> (Último acesso em 27/07/2016).

acesso. Em parte, este questionamento é apresentado, anteriormente, por José Sérgio Leite Lopes:

Resta saber como se processarão as negociações com o que resta da CTP, seu poder econômico tendo força junto ao poder municipal; e se haverá vontade deste último de estimular a organização do centro cultural pretendido, e como se darão ali as disputas em torno da memória. De qualquer forma, a perspectiva do apagamento da memória deste grupo social não se confirma facilmente, com a reconversão de antigos grupos sociais para novas disputas e com o aparecimento de outros agentes sociais (com suas subseqüentes gerações) e a apropriação de instrumentos de políticas públicas e novos direitos sociais ⁵⁴².

A atuação dos membros e colaboradores do Movimento Pró-Museu, apesar de levantar como principal bandeira a criação do centro cultural, vai além desse projeto, amplia-se durante os anos seguintes ao processo de tombamento da Casa Grande e Jardim do Coronel. Segundo Ricardo Andrade Silva, o movimento organizou outros atos culturais na luta pela preservação e reconhecimento dos “lugares de memória” da cidade como patrimônio cultural de Pernambuco, incluindo as chaminés⁵⁴³. O envolvimento teria sido parecido com o desempenhado no processo anterior: convocação de debates com a FUNDARPE, o Conselho de Cultura e também com os futuros investidores da área. O estabelecimento comercial projetado para funcionar na área da desativada Fábrica Arthur aparecia divulgado com o nome Northway Shopping. Entretanto, os representantes do movimento teriam criticado o estrangeirismo e a falta de relação com a cidade, já que o empreendimento estava sendo instalado em lugar significativo da memória local.

Ao discordar do estrangeirismo na denominação do shopping, sem referência alguma à história e cultura do município, o Movimento Pró-Museu organizou consulta popular em março. Com participação de mais de duas mil pessoas, a designação Paulista Shopping obteve 40% dos votos. A sugestão foi encaminhada à ACLF Empreendimentos⁵⁴⁴.

O nome, Paulista Northway Shopping, teria sido fruto de negociações, e não um simples acolhimento do resultado da votação. O “Paulista Shopping” era como a maioria dos moradores de Paulista gostaria que o centro de compras se chamasse. No entanto, a partir de então, a ligação com a memória do município e a preservação do patrimônio presente no terreno do shopping foram utilizados como identidade dos investimentos nesse e em outros locais, apresentando-os, então, como empreendimentos sustentáveis, tanto do ponto de vista

⁵⁴² LEITE LOPES, 2011, op. cit. p.600.

⁵⁴³ **Ricardo Andrade C. Silva**, 2016. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

⁵⁴⁴ **Jornal do Commercio**. Recife, 28 de maio de 2013.

do patrimônio cultural quanto ambiental. As diversas modificações pelas quais o território municipal tem passado nos últimos anos já teriam destruído imóveis antigos, e também parte da vegetação. Bernadete relembra o período em que voltava do trabalho, no Recife, para casa, em Paulista. A cidade seria um pouco mais fria que a sua capital, além de ter um número vasto de eucaliptos. Contudo, “hoje em dia nem tem frio nem tem cheiro de eucalipto” ⁵⁴⁵.

As demandas do Movimento Pró-Museu, principalmente no que se refere às chaminés e Casa Grande e Jardim, giram em torno dos usos desses espaços pela diversidade de moradores, e que estes espaços possam contribuir para divulgar conhecimento sobre a cidade. Apesar de exigências incluídas nos processos de tombamento para “abrir e disponibilizar a área para visitação e uso público” ⁵⁴⁶, provavelmente resultado da ação do Movimento, a apropriação desses espaços como um lugar aberto ao público se entrecruza com questões mais complexas. A possibilidade de transitar não significa a utilização desse espaço por todos os paulistenses, para os quais, segundo a FUNDARPE, a casa e o jardim são significativos. Assim como no caso das chaminés e os outros elementos presentes no terreno da Fábrica Arthur, entremeados pelo *shopping*, a ocupação de outras áreas pode significar sua “gentrificação”.

O termo gentrificação, uma adaptação do termo em inglês *gentrification*, é utilizado, aqui, no mesmo sentido sobre o qual se refere Rogério Proença Leite, “para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento de mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais” ⁵⁴⁷. A política de patrimônio, em disputa, como uma forma de intervenção urbana, decide o que deve ser considerado um bem cultural. Em alguns casos, a requalificação urbana, como mais uma forma de intervenção, coloca em questão o próprio valor cultural de alguns bens. Um exemplo recente é o caso do Cais José Estelita, no Recife, que passa por uma luta pelo reconhecimento do seu valor cultural, reivindicando-se a sua preservação. A prefeitura do Recife, contudo, pretende seguir adiante com a venda da área para construtoras, as quais apresentam projetos que modificariam consideravelmente a paisagem, descaracterizando áreas bastante significativas da cidade.

Além da descaracterização da paisagem, a requalificação proposta apresenta um direcionamento que restringiria o uso desses espaços, deixando à margem a maior parte da

⁵⁴⁵ Bernadete Gomes Serpa Lopes, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

⁵⁴⁶ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel: nº 0017/2002. Recife, 2002.

⁵⁴⁷ LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.pp.19-20.

população, gentrificando outro espaço da cidade. Foram discutidas, então, alternativas para o uso da área, que possibilitem um acesso e uso que se estenda a uma parcela maior da população, algo ainda em suspenso devido aos impasses sobre a preservação do Cais.

Rogério Proença Leite analisa a *gentrification* do centro histórico do Recife, conhecido como Recife Antigo. Assim como no caso de Paulista, muitos espaços considerados patrimônios estavam inativos. “A reativação do sentido público desses espaços urbanos está condicionada às práticas de consumo, que muitas vezes transforma esses centros históricos em ‘enclaves’ para o lazer, turismo e consumo cultural de uma nova classe média”⁵⁴⁸. Entretanto, segundo Leite:

As políticas culturais e práticas sociais que segregam esses espaços para o consumo não contribuem necessariamente para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos, da mesma forma que não impedem que novas formas cotidianas de apropriação políticas dos lugares, marcadas pela publização e politização das diferenças, qualifiquem esses espaços da cidade como espaços públicos⁵⁴⁹.

As chaminés, o prédio da administração e o cruzeiro foram agregados aos espaços de consumo, os quais reconstroem seus usos, mas continuam sendo um constante espaço de luta e de apropriação no cotidiano público da cidade. O conjunto “Casa e Jardim do Coronel”, durante seu processo de tombamento, levantava questionamentos e impulsionou a movimentação em torno da requalificação do espaço e de sua utilização enquanto área aberta à população e lugar de memória. As reivindicações deste grupo de moradores da cidade dialogam com o movimento da política de tombamento, e desenvolve outras estratégias de rememoração.

Para além dos ambientes tombados, Bernadete Serpa ainda destaca mais um caso de impasse a respeito da propriedade dos Lundgren de espaços considerados culturalmente valiosos para a cidade. A vila do Alto do Sumaré, área destinada anteriormente à moradia de estrangeiros empregados nas fábricas, ainda com casas intactas e alugadas principalmente por artistas, seria local de concentração cultural da cidade. Em uma tentativa de aproximar a população do lugar e desenvolver novas funções para espaço, teria sido requisitado apoio da prefeitura e dos donos das casas para mantê-las alugadas apenas a pessoas do meio artístico. Contudo, a falta de interesse de ambas as partes teria impossibilitado o projeto⁵⁵⁰.

⁵⁴⁸ LEITE, op. cit. pp.22-23.

⁵⁴⁹ Ibidem, p.23.

⁵⁵⁰ **Bernadete Gomes Serpa Lopes**, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.



Fotografia 26 – Abraço da Igreja Santa Isabel. Fonte: Perfil do Movimento Pró-Museu em rede social, 2010⁵⁵¹.

O Movimento Pró-Museu transita por diversos espaços, já que constituído de pessoas públicas e, em sua maioria, bastante conhecidas também no meio político institucional do município. O movimento desenvolve diversas “estratégias de rememoração” ⁵⁵². Além de atos públicos, incluindo eventos culturais, a utilização de mídias e redes sociais on-line integram as formas de empreender um trabalho de educação patrimonial e também pressão ao poder público em torno da preservação dos seus lugares de memória, e aprofundam seus objetivos, direcionando-os para o debate sobre o seu uso destes lugares no cotidiano público da cidade. O âmbito da política de tombamento, no entanto, nem sempre aparece juntamente com as lutas cotidianas pela apropriação dos espaços públicos da cidade, incluindo aqueles que podem ser chamados de “lugares de memória”.

Ao recorrer à solicitação de abertura de processo de tombamento da Igreja Santa Isabel, em 2010, o Movimento utiliza a política patrimonial como mais uma estratégia de rememoração. A igreja, escolhida na primeira etapa do projeto “Cartões Postais do Paulista” como bem representativo da cidade, ainda não tinha sido reconhecida como patrimônio estadual oficialmente, integrando, apenas, a lista da Lei Municipal nº 3.921/2006 dos IEPs. Contudo, esta lei não apresenta nenhuma diretriz ou maiores detalhes sobre o uso dos imóveis listados. Diferindo das chaminés e dos outros resquícios das fábricas, assim como da “Casa

⁵⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/promuseu/> (último acesso em 30 de Maio de 2016)

⁵⁵² HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2002.p.20.

Grande e Jardim do Coronel”, a Igreja de Santa Isabel⁵⁵³ não tem seu uso ou função distanciada ou interrompida. As formas cotidianas de experimentar a sociabilidade dentro da igreja, assim como em seus degraus ou ao redor dela, podem ter mudado, ou apenas se transformado. Entretanto, sua aproximação do cotidiano público dos moradores, principalmente do centro, é mantida.

A igreja teria sido construída pelos Lundgren e, posteriormente, doada à Arquidiocese de Olinda e Recife. O interesse em fundar uma nova Igreja manteria relação com a monumentalidade da postura paternalista, principalmente de Frederico, mas também do Comendador Arthur Lundgren. O local também pode ser pensado como estratégico. Pretendia-se instalar o sindicato dos tecelões, com apoio de Agamenon Magalhães, justamente no local onde foi erguida a Igreja de Santa Isabel⁵⁵⁴. “A única igreja católica existente no centro do Paulista, antes da construção da Igreja de Santa Isabel até 1950, ficava dentro da fábrica velha e era de propriedade dos Lundgren (Capela São José Operário, inaugurada em 1901 e demolida em 2001 para a triplicação da PE-15)”⁵⁵⁵. A doação da igreja, contudo, não pode ser confirmada, pois o documento desapareceu. Dessa forma, a Igreja de Santa Isabel continua sendo de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista. A proposta de tombamento ressalta a significação desse imóvel na vida pública dos paulistenses da vila operária:

Foi na Igreja de Santa Isabel ou em seu pátio, onde silenciosas confissões expuseram dramas individuais ou familiares, conflitos e manifestações sindicais, a intermediação e o importante papel político desempenhado pelos seus párocos, e não somente a consagração de ritos e sacramentos religiosos. A formação cristã, mas também cidadã, através de órgãos como a LOC (Liga Católica Operária), a JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), ou a PJE (Pastoral da Juventude Estudantil) foram marcas na caminhada desta capela⁵⁵⁶.

A Companhia de Tecidos Paulista teria sido notificada, porém o processo não teve ritmo semelhante aos anteriores, estando ainda sem conclusão. A FUNDARPE alega a falta de uma planta da igreja⁵⁵⁷. Em 29 de junho de 2011, uma pequena nota do Diário de

⁵⁵³ A igreja, inaugurada apenas na década de 1950, teve sua pedra fundamental lançada em 13 de janeiro de 1946, na visita pastoral do Arcebispo D. Miguel de Lima Valverde à Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres, que abrangia Paulista e o distrito Abreu e Lima. A Igreja de Santa Isabel possui estilo arquitetônico eclético, apresentando traços de estilos romano, neoclássico e neogótico.

⁵⁵⁴ ALCÂNTARA, op. cit. pp.96-97.

⁵⁵⁵ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Igreja Santa Isabel:** nº0405996-6/ 2010. Recife, 2010.

⁵⁵⁶ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Igreja Santa Isabel:** nº0405996-6/ 2010. Recife, 2010.

⁵⁵⁷ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Igreja Santa Isabel:** nº0405996-6/ 2010. Recife, 2010.

Pernambuco, no caderno de vida urbana, aponta a falta de determinação política para proteger bens como a Igreja de Santa Isabel.

Procura-se. Desde 2010, o Movimento Pró-Museu encaminhou a solicitação de tombamento da igreja ao Conselho Estadual de Cultura, mas esse continua sem receber o Exame Técnico, que deveria ser enviado pela FUNDARPE. A explicação do órgão para o atraso estaria na dificuldade para localizar o paradeiro da planta da igreja, desconhecido da Arquidiocese, da paróquia e até da Companhia de Tecidos Paulista, responsável pela construção⁵⁵⁸.

Ainda sem conclusão, o processo da Igreja de Santa Isabel representaria mais uma forma de reação às modificações na malha urbana da cidade. O movimento recorre à política de tombamento utilizando-se das justificativas de preservação da identidade do município, relação afetiva da população e reconhecimento da importância histórica da Igreja de Santa Isabel. Todos os direitos de propriedade ainda são reservados aos Lundgren e, especificamente, à Companhia de Tecidos Paulista, a qual vem vendendo ou transformando em espaços de consumo muitas dessas propriedades. Mesmo sem uma ameaça de perda iminente, busca-se apropriação do reconhecimento legal, enquanto patrimônio, para afastar uma possível destruição desta igreja, de utilização constante e significativa para a maioria dos moradores das áreas das vilas operárias.

A atuação do Movimento Pró-Museu entrelaça a questão do patrimônio aos lugares de memória e usos da cidade, pois caminha paralelamente à política de tombamento, com objetivo de conseguir o reconhecimento e preservação dos imóveis ou bens considerados de valor histórico e cultural. Porém, mantém uma relação mais próxima e familiarizada com os lugares, com outras noções de patrimônio e pertencimento, pois seus membros integram a comunidade sobre a qual falam e têm suas experiências construídas nas vivências com esses espaços e com as narrativas sobre Paulista. O Movimento recria a identidade e a representação da cidade enquanto diz querer preservar e resgatar a memória de períodos anteriores. A memória é seletiva, assim como as estratégias de rememoração e a política patrimonial.

Os objetivos ampliam-se ao longo da trajetória do Movimento, contudo, seu direcionamento inicial abarca a noção de uso e apropriação dos lugares de memória, e com um foco principal nos bens oriundos do século XX, já que o próprio nome remete à proposta de utilização da “Casa Grande e Jardim do Coronel”. A industrialização, a constituição da vila operária e os caminhos entretecidos entre diversas histórias constroem a cidade, contudo, a

⁵⁵⁸ FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO– FUNDARPE. **Processo de Tombamento Igreja Santa Isabel:** nº0405996-6/ 2010. Recife, 2010.

constante resignificação dos usos e as lutas de apropriação dão vida mais complexa e fluída aos lugares de Paulista. A cidade não para, ela é criada e recriada entre transformações, mudanças e permanências. A Paulista atual cria sentidos para sua paisagem entrecortada de diversos espaços-tempos, os quais ainda se movimentam constantemente.

6 CONCLUSÃO

Quem construiu Tebas das sete portas? – perguntava ‘o leitor operário’ de Brecht⁵⁵⁹.

A pergunta do leitor operário de Brecht também esteve presente nos questionamentos da historiografia. Para além dos reis e suas gestas, os historiadores “cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado”⁵⁶⁰. Entre os esquecimentos, os indivíduos comuns, os mais pobres e os que se encontram à margem são trazidos à tona, apesar das dificuldades de encontrar seus rastros, principalmente sob suas perspectivas. Enquanto os grandes feitos pareciam ser sempre a obra da genialidade criativa ou a iniciativa dos ricos e poderosos, outros levantavam e faziam funcionar as engrenagens das máquinas.

Entre o final do século XIX e o século XX, a urbanização constante e crescente no Brasil fez surgir inúmeras cidades e expandiu tantas outras. Projetos de higienização e embelezamento embasaram as diversas intervenções no espaço urbano, compartimentando e disciplinando a população dos desprovidos de nome importante. No entanto, os procedimentos pensados para as cidades e a população urbana dialogavam com a dinâmica da vida das ruas, das fábricas e do campo. As disputas pela criação de cidades belas e disciplinadas tinham espaço entre os debates de médicos, urbanistas e engenheiros. Além disso, inscreviam-se em outras disputas de apropriações diárias dos espaços e lugares.

O espaço foi aqui pensado como parte intrínseca à relação com o tempo, sendo o movimento de ambos um entrelaçamento das experiências cotidianas. A cidade, moradia dos homens, é construída não pela obra de um ou dois homens, pois está em incessante reconstrução, dada aos usos e significados atribuídos por seus consumidores e ao mesmo tempo construtores. Os usos dos espaços fazem despontar lugares: a praça, a farmácia, a rua principal, os pontos de encontro. O título do presente trabalho faz alusão a esse movimento dos espaços-tempos que se criam da repetição dos usos, mas que continuam se deslocando, sobrepondo rastros, experiências, esquecimentos e significados.

Dessa forma, a partir de elementos que propiciassem a análise da atuação dos diversos atores sociais em relação aos espaços de Paulista, depreende-se que o seu espaço urbano foi construído a partir de diversos espaços-tempos que mantêm forte relação com o desenvolvimento da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista, levando em

⁵⁵⁹ GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.p.15.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 15.

consideração as vivências a partir desse núcleo urbano, incluindo suas diversas mudanças e as ausências.

A Companhia de Tecidos Paulista, instalada em período de crescente industrialização do país, tem sua fundação e mudança de administração para a família Lundgren revisitada em diversos momentos, e, na maioria das vezes, a imagem baseada na genialidade empreendedora e as representações de um projeto originário de lugares significativos como as vilas operárias, os roçados e a feira omitem ou ofuscam a atuação da mão-de-obra que reside e trabalha nas terras da empresa. A população de Paulista, largamente composta de pessoas que se deslocaram de suas moradias anteriores, vivencia a nova morada a partir de experiências e expectativas que não são iguais para cada uma delas.

As mudanças graduais nas vilas operárias são apresentadas, em memórias posteriores, como iniciativa calculada por uma administração que priorizava o bem-estar dos seus trabalhadores. O lugar de onde se fala, como em “Um Sueco Emigra para o Nordeste” propicia essa visão que, mais uma vez, omite as diversas disputas na utilização dos espaços, as quais mantêm relação muito próxima com as condições de trabalho e a tentativa de disciplinar o cotidiano da mão-de-obra. Buscando-se diminuição do custo de manutenção desses trabalhadores, em meio aos embates no mercado industrial têxtil e à necessidade de regular a enorme quantidade de pessoas empregadas nas fábricas, a Companhia de Tecidos Paulista empreende mudanças na organização espacial da cidade.

As ações da empresa dialogam, contudo, com as demandas e movimentação da própria população operária e de trabalhadores rurais, muitas vezes empenhando-se em reprimir suas exigências e comportamentos desviantes. O estudo do cotidiano público da área central da cidade de Paulista, a partir da comparação e diálogo entre as fontes produzidas pela própria empresa, e das memórias que viabilizaram o acesso à fala de ex-operários e ex-funcionários da Companhia de Tecidos Paulista, proporcionou a ampliação dos caminhos possíveis para abordar a construção dos diversos lugares da cidade durante os momentos de auge das vilas operárias. O fazer e habitar a cidade de Paulista entrecruza-se aos usos e significados atribuídos nas relações espaço-tempo.

A vida em Paulista das primeiras décadas do século XX foi marcada por forte postura autoritária da administração da Companhia, materializando as hierarquias e desmandos que envolviam as relações de trabalho na ocupação do espaço. A propriedade privada de apenas uma empresa sobre o território de Paulista foi parte integrante do seu processo de emancipação. Essa influência política e econômica que transformava um conjunto de propriedades em município possibilitava, também, a criação de regras próprias que, mesmo

destoantes das exigências políticas nacionais, como acontece durante o Estado-Novo, eram muitas vezes toleradas.

A análise da mobilização de líderes provindos das bases sindicais de Paulista, apadrinhados por Agamenon Magalhães, e de outras vozes direcionadas aos trabalhadores, possibilitou - já que expunham publicamente impasses da situação territorial do município - a observação de demandas cotidianas apropriadas e utilizadas ao longo das disputas por poder político no cenário de abertura política pós-Estado Novo. Este momento foi visto como uma brecha para mudanças que faziam transbordar as vilas operárias, mas também expandiam a cidade para além dos arredores das chaminés das fábricas Arthur e Aurora.

A Paulista do presente convive com seus diversos espaços-tempos sobrepostos, ainda que não facilmente identificados. No entanto, passando por diversas modificações, incluindo a construção de vilas de moradia popular, a instalação de outras fábricas e núcleos industriais, o desmonte de fábricas mais recentes e também o desmonte das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista, localizadas na parte central da cidade, algumas ausências e rastros são escolhidos como representativos da memória coletiva dos seus moradores. A partir da atuação de um grupo autônomo Movimento Pró-Museu e da produção artística ou acadêmica de seus membros, é possível identificar a relevância atribuída aos rastros das fábricas do centro da cidade.

A ênfase na relação com o patrimônio cultural aparece atrelada à reestruturação do espaço urbano em curso na cidade. No entanto, diversas modificações já haviam sido empreendidas nessa área, não sendo possível encontrar elementos que atestem a atuação de grupos ou instituições discutindo seu valor cultural e a necessidade de preservação de imóveis, ou até mesmo das vilas operárias de Paulista enquanto cidade-empresa ou cidade-fábrica. Possivelmente, esse cenário mantém ligação com a própria noção de patrimônio, entrecortada de muitos conceitos e ainda incipiente, se pensarmos a concepção de patrimônio industrial, ainda bastante discutida no meio acadêmico.

A partir da análise de determinados momentos das vilas operárias, observou-se, na construção de espaços-tempos, o (re)fazer da cidade, seja nos seus usos cotidianos, nas memórias ou nas representações do passado. A ocupação e usos da cidade, hierarquizada pela transposição das relações de trabalho, criam possibilidades singulares de sociabilidade atreladas à moradia, às atividades de lazer e à vida pública. A desapropriação de uma área da cidade marca as disputas constantes relativas aos cerceamentos das vivências dos trabalhadores. Vivências estas que criam lugares na cidade e atrelam as experiências e identidades aos símbolos eleitos como representativos de uma imagem de Paulista. Dessa

forma, o presente trabalho utilizou-se de um recorte múltiplo, partindo de questionamentos sobre a relação com o espaço urbano atual da cidade.

Assim como Paulista, outras cidades conviveram ou convivem com os rastros deixados pelo desmonte de núcleos industriais ou a desindustrialização de parte dos seus territórios, estabelecendo elementos singulares em contanto com os novos padrões de ocupação do espaço urbano. As diversas construtoras, no Brasil, selecionam e direcionam as modificações nesse sentido, sendo elas, agora, outra força em meio às disputas e apropriações pelos lugares das cidades. A Paulista atual começa a ver as chaminés sendo gradualmente acompanhadas pelos prédios dos condomínios, tão representativos dos padrões das cidades atuais. A área central parece despontar na especulação imobiliária como área valorizada.

As vilas operárias, como as de Paulista, são, em sua maioria, construídas ao redor das fábricas e, muitas vezes, transbordam seus limites tornando-se bairros ou cidades inteiras. A desindustrialização dessas áreas abre espaços considerados improdutivos no coração das cidades, figurando como locais extremamente disputados pelo capital. No entanto, a desindustrialização não deixa rastros apenas de fábricas desativadas, mas também marca os significados entrelaçados à vida e à cidade construídas por aqueles que habitaram as vilas operárias e a “Nova Paulista”.

Podendo constituir-se ainda como importantes elementos na criação de identidades da cidade, os vestígios dos núcleos industriais, convivendo com modificações, destruições, sobreposições, podem ser, então, rememorados, construindo-se, dessa maneira, novas narrativas sobre o passado e possibilidades múltiplas de (re)fazer a cidade que se conhecia. Dessa forma, ressalta-se aqui a necessidade de ampliação da análise da noção de patrimônio industrial atrelada aos usos e apropriações do espaço urbano entrecortado pela atividade industrial do século XX, para que sejam expandidas as perspectivas relativas à construção do espaço urbano das cidades atuais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos . 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALCANTARA, Laurita Maria de. **Paulista e sua história**: algumas contribuições.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **O lazer no Brasil**: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. Conexões, v.3, n. 1, 2005.
- ALVIM, M. R. B. . **A Sedução da Cidade**: Os Operários-Camponeses e A Fábrica dos Lundgren. 01. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998.
- _____. **Constituição da Família e Trabalho Industrial**: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária., Ano de obtenção: 1985.
- _____.; LEITE LOPES, J. S. **Uma autobiografia operária**: a memória entre a entrevista e o romance. Estudos Avançados 13 (37), 1999.
- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Espaços e Vivências Públicas de Lazer em Porto Alegre**: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. Rev.Bras. Cien. Esporte, v.23, n.I, p.109-121, set. 2001.
- BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro (org.). **República Brasileira em debate**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BATALHA, Claudio H. M. **A Geografia associativa**: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República *In* AZEVEDO, Elciene...[et al.].**Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura história da cultura.7. Ed – São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**. Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BRÊTAS, Angela. **Trabalho e Recreação**: uma visão panorâmica dos fundamentos, da organização e das realizações do serviço de recreação operária (1943-1945). Revista Esboços, nº16, UFSC.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANO, Jefferson. **A cidade dos cortiços:** os trabalhadores e o poder público em São Paulo no final do século XIX *In* AZEVEDO, Elciene...[et al.]. **Trabalhadores na cidade:** cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CARLOS, Ana Fani A.. **A cidade.** Sao Paulo: Contexto, 1992.

_____. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. (org.). **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** Conceitos e Temas. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi:** (da coluna Prestes a queda de Arraes): (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CERTEAU, Michel. **Andando na cidade.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 23, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano.** v.1: Artes de fazer. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

COELHO, Arnaldo Barbosa; LINS, João Batista; LEÃO, Hilton Carneiro. **Documentário Ilustrado do Tricentenário da Restauração Pernambucana, 1654-1954.** Recife: Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana, 1954.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. **Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial:** Problema ou Oportunidade? Oculum Ensaios. Campinas, Janeiro-Junho, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho:** o desmonte da cidade empresarial. ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 2013, Recife. Anais... Recife: [s. n.], 2013. p. 715-727.

Disponível em:
<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1710> (Último acesso em 12/08/2016).

_____. **A cidade-jardim:** os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.22.n.1.p.161-198. Jan-jun. 2014.

_____.; GUNN, Philip. **O mundo urbano das casas pernambucanas:** as cidades empresariais de Paulista e Rio Tinto. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 390-403.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade:** conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. DOUTORADO em História. Recife, 2003. Orientador: Prof. Dr. Antonio Pulo de Moraes Rezende.

DABAT, Christine Rufino. **“Caminhada Penosa”:** A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco in CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-2, 2008 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas:** cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

DEPAULE, Jean-Charles; TOPALOV, Christian. **A cidade através de suas palavras** In BRESCIANI, Maria Stella (org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

DEZEN-KEMPTER, E. **O lugar da indústria no patrimônio cultural.** Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.5, n.1, p.107-125, 2011. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** Editora Perspectiva S.A, São Paulo, 1976.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano v. 2. **o tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ERTZOGUE, Marina; PARENTE, Temis Gomes(orgs.). **História e Sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano v.3. **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio industrial**: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio* – vol.II, nº1 – jan/jun de 2009.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (FIDEM). **Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife** (PPSH-RMR). Recife, 1978.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO–FUNDARPE. **Processo de Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur**: nº 0404375-5 / 2010. Recife, 2010.

_____. **Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel**: nº 0017/2002. Recife, 2002.

_____. **Processo de Tombamento Igreja Santa Isabel**: nº0405996-6/ 2010. Recife, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOES, Raul. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Christianne Luce Gomes; MELO, Victor Andrade de. **Lazer no Brasil**: trajetória, possibilidades de pesquisa. *Movimento*, Porto Alegre, v.9, n. 1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003.

GOMES, Sandro Roberto de Santana. **Saúde e Salvação**: o sagrado e as rezadeiras de Paulista. Dissertação de Mestrado, Ciências da Religião, UNICAP, 2007.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza americana x mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). 1997 (Mestrado) – UFPE, Recife.

_____. **Cidade Vermelha**: a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955. 2011 (Doutorado) – UFPE, Recife.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Companhia das Letras, São Paulo: 1987.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, no 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

_____. **Regimes de Historicidade.** Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

KELLER, Paulo Fernandes. **Cotidiano Operário & Complexo Fabril:** fábrica com vila operária Paracambi-RJ. ENFOQUES – revista eletrônica do PPGSA/IFCS/UFRJ

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Uma História dos Conceitos:** problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10,1992, p.134-146.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio Industrial:** algumas questões em aberto. USJT-arq.urb-número3/ primeiro semestre de 2010.

_____. **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação.** Revista Brasileira do IPHAN. Herança Industrial. Nº 6 - Jan. / Fev. de 2007.

LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés,** Ano de obtenção: 1986.

_____. **Memória e Transformação Social:** trabalhadores de cidades industriais. Conferência no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 24 de agosto de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000300004 (Último acesso em 13/08/2016).

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LEVINE, Robert. **A velha usina:** Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política:** Pernambuco, o Anti-semitismo e a Questão Alemã durante o Estado Novo (1937-1945). Doutorado, UFPE-CFCH, Recife, 2005. Orientador: prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

LOPES, Bernadete Serpa Gomes. **A vida na minha aldeia.** Olinda: Babeco, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998.

MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao Lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

_____. **Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Thompson**. Est. Hist. Rio de Janeiro, vol.23, n°45, p. 5-26, janeiro-junho de 2010.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. Anais do I Seminário Internacional História do Tempore Presente. Florianópolis UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.

MILANO, Daniela Ketzer. **Habitações Operárias: evolução das imagens de representação**. URBANA, ano 3, n° 3, 2011 Dossiê: Patrimônio Industrial.

MONTEIRO, Charles. **Entre História Urbana e História da Cidade**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 101-112.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984.

PEIXOTO, Elza. **O Serviço de Recreação Operária e o Projeto de Conformação da Classe Operária no Brasil**. Pro-Posições, v.19, n. 1(55) – jan./abr. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n°16, 1995, p. 279-290.

_____. **Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano**. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. II, n°4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. (listar artigos)

_____;LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

POETA, Amaro. **Paulista terra e gente**. Olinda: Babeco, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº 3, 1989.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos**: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950 – Recife, Ed. Da UFPE. Recife 2001.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.

RÊGO, José Lins do. **O Moleque Ricardo**. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro: 1966.

REIS, JOSÉ CARLOS. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes (org.). **Recife**: que História é essa? Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1987.

_____. **(Des)encantos Modernos**: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. São Paulo, 1992 – USP (TESE).

_____. **O Recife**: histórias de uma cidade. 2. ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

SANTOS, Letícia de Carvalho. **Cotidiano e espaços de memória**: mulheres operárias na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1958-1980). Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo: 1988.

SANTOS FILHO, A. N. **Paulista entre Algumas Lembranças**. Paulista: s/ed, 1982.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura no frementes anos 20 . São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Eduardo Ramires Pinheiro de.; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciencias.; Humanas. Departamento de Historia.

Industrialização no Nordeste do Brasil. a indústria têxtil em Pernambuco - 1940-1990. Recife, 1999

SILVA, Joseli Maria. **Cultura e territorialidades urbanas** - uma abordagem da pequena cidade. Revista de História Regional 5(2):9-37. Inverno, 2000.

SILVA, R. A. C.. **Desenvolvimento local sustentável:** uma abordagem histórica do centro do paulista. Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Fundação Joaquim Nabuco, FUNDAJ, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.

_____. **Cartões-postais do Paulista-PE:** uma proposta de preservação do patrimônio. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2008.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1977.

SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes Recreativos:** Organização para o lazer in Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SOUZA, Paula Aragão de. **As Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis:** a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris. Recife: o autor, 2013.

SOUZA, Roberto Silva de. **A Revisão dos Limites entre Olinda E Paulista (PE)** Impulsionada pela Reivindicação de Indivíduos ao Acesso a Bens e Serviços in Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 2, mai/ago. 2007.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TECIDO MEMÓRIA. Produção e direção de Sergio Leite Lopes, Celso Brandão e Rosilene Alvim. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2009. DVD (70 min), son., color.

VELHO, Gilberto. **Estilo de vida urbano e modernidade.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995, p. 227-234.

VERAS, Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal:** a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano. 2014. 467 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento urbano, Recife, 2014.

APÊNDICE A - FONTES

Acervos Consultados:

Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC: Acervo Agamenon Magalhães.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Hemeroteca).

Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro – SINDITÊXTIL (antigo CIFTA).

Fundação Joaquim Nabuco (Setor de Microfilmagem).

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE.

Acervo Pessoal de José Sérgio Leite Lopes.

Acervo Documental da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE.

Jornais e Periódicos:

O Ienhador. Paulista, Março de 1908;

Gazeta de Paulista. Paulista, Maio a Junho de 1911/ Setembro de 1918;

O 21 de Maio. Paulista, Maio de 1933;

O 29 de Maio. Paulista, Maio de 1948;

O Realista. Paulista, 12 e 26 de Julho de 1953;

Tribuna Operária. Paulista, Outubro; Novembro de 1953/ Dezembro-Janeiro 1953-1954/ Fevereiro; Março-Abril; Maio de 1954;

Gazeta de Paulista. Paulista, Setembro; Outubro e Novembro de 1953/ Janeiro; Março; Abril-Maio de 1954.

A Província. Recife, 28 de maio de 1891.

Jornal do Commercio. Recife, 28 de maio de 2013

Folha da Manhã. Recife, 28 de janeiro de 1939; 1945-1949.

Folha do Povo. Recife, 1945-1949.

Anuário de Olinda. Olinda, 1956.

Jornal do Commercio. Recife, 28 de maio de 2013.

Diário da Manhã. Recife, 1930-1931.

Depoimentos:

Isabel, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

João Francisco, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

Luiz Barros, 2006. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes.

Seu Bené, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

Rosália, 2006. Entrevistador: José Sérgio; Celso Brandão.

Bernadete Gomes Serpa Lopes, 2015. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

Ricardo Andrade C. Silva, 2016. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

Amaro Poeta, 2016. Entrevistadora: Maria Clara da Silva Cavalcante.

Outras Fontes:

Testamento Serrado de Frederico João Lundgren. 23 de maio de 1948.

Relatório da Diretoria do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (sindicato profissional) correspondente ao ano de 1938, Rio de Janeiro.

Exposição sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, 1939. (AGM c 1939.02.00/3).

Ofício de Antônio Torres Galvão a Agamenon Magalhães encaminhando parecer do consultor jurídico do Ministério do Trabalho sobre questão de desconto de salário pela Cia. de Tecidos Paulista. Paulista (PE) (AGM c 1944.06.30/2);

Relatório de atividades dos Centros Educativos Operários. Recife (AGM c 1937.12.00/5);

Exposição da Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana (Pernambuco) sobre a "Fábrica de Fiação e Tecidos de Goiana". Goiana, 1939. (AGM c 1939.02.02).